

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL

Raquel Gonzalez Poubel Mendes

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO DE
SANTA MARIA: O EDIFÍCIO DA SULBRA**

Santa Maria, RS
2017

Raquel Gonzalez Poubel Mendes

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO DE SANTA
MARIA: O EDIFÍCIO DA SULBRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Santa Maria, RS
2017

Mendes, Raquel Gonzalez Poubel
Preservação do Patrimônio Arquitetônico Moderno de Santa
Maria: o edifício da SULBRA / Raquel Gonzalez Poubel
Mendes.- 2017.
157 p.; 30 cm

Orientador: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
RS, 2017

1. SULBRA 2. Inventário Arquitetônico 3. Patrimônio
Moderno 4. Patrimônio Cultural 5. Memória I. Lopes, Caryl
Eduardo Jovanovich II. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Raquel Gonzalez Poubel Mendes.

A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Avenida Itaimbé, 703/301, Bairro: Centro, Santa Maria, RS. CEP: 97.050-331

Fone (55) 3307-1325; E-mail: raquelpoubel@ymail.com

Raquel Gonzalez Poubel Mendes

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO DE SANTA
MARIA: O EDIFÍCIO DA SULBRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Aprovada em 27 de outubro de 2017:

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Giane de Campos Grigoletti, Dra. (UFSM)

Clarissa de Oliveira Pereira, Dra. (UNIFRA)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

À família que contruí: meu marido Renato e o nosso filho Rafael. Dedico também à minha querida mãe Isys, que prontamente aceitou o desafio de sair do Rio de Janeiro e se hospedar na minha casa para poder dar o suporte necessário ao meu filho durante a minha ausência para elaboração desta dissertação, assim como meu pai Romenil, que aguentou firmemente a saudade de sua esposa.

Vocês são tudo para mim!

AGRADECIMENTOS

Concretizar este trabalho, sem dúvida, não foi esforço somente meu. Aconteceu, principalmente, pelo auxílio, compreensão e carinho de algumas pessoas muito especiais. Agradeço àqueles que de alguma forma tiveram sua importância para elaboração deste trabalho:

- ao meu querido orientador Caryl Eduardo pela oportunidade concedida e pela confiança a mim depositada. Não poderia ter escolhido alguém melhor do que ele para me guiar nessa caminhada. Sua paciência, educação, dedicação e sua forma humana de se relacionar com as pessoas é encantadora. Se todos os professores fossem como ele, certamente a vida acadêmica seria outra.

- ao meu amado filho Rafael, tão novinho e tão compreensivo com a minha ausência relacionada aos estudos. A ele o meu amor incondicional;

- ao meu amado marido Renato, tão companheiro e grande incentivador da minha profissão e dos meus sonhos;

- à minha mãe Isys, que no momento em que falei que precisava de sua presença aqui em Santa Maria para poder cuidar do meu filho, de apenas 18 meses, prontamente se fez presente com todo seu carinho, amor e afeto;

- ao meu pai Romenil, por me "emprestar" sua linda esposa e aguentar sozinho a vida no Rio de Janeiro.

- aos amigos que fiz no Mestrado, principalmente os queridos Alberto Wolle e William Gontijo pelos seres humanos que são;

A todos que de alguma forma são responsáveis pela minha evolução espiritual, pela tentativa de ser um ser humano melhor, a cada dia nessa minha existência, o meu muito obrigada!

Não tem sentido livrarmo-nos do passado para pensar apenas no futuro. Até o fato de nisso se acreditar já é uma ilusão perigosa. A oposição entre futuro e passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada: somos nós que, para construí-lo, temos de dar-lhe tudo, dar-lhe até nossa vida. Mas para dar, é necessário possuir; e nós não possuímos outra vida, outro sangue, além dos tesouros herdados do passado e dirigidos, assimilados, recriados por nós. Entre todas as exigências da alma humana, nenhuma é mais vital que o passado.

(SIMONE WEIL)

RESUMO

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO DE SANTA MARIA: O EDIFÍCIO DA SULBRA

AUTOR: Raquel Gonzalez Poubel Mendes
ORIENTADOR: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Esta pesquisa surgiu como necessidade de preservação do edifício da SULBRA, localizado no bairro Centro, na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, que está atualmente sob o poder imobiliário que infelizmente deseja por um fim na sua história. Foi construído na década de cinquenta, possui características marcantes do modernismo encontradas em poucas edificações nesta cidade, e sinaliza a inserção deste estilo arquitetônico em território santamariense. A pesquisa estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica que teve como objetivo entender a importância da memória e dos lugares de memória, bem como o conceito de patrimônio cultural e os aspectos que abrangem a sua identificação. Apresenta uma metodologia que compreende pesquisa histórica da área e do objeto de estudo, além dos métodos de identificação do patrimônio cultural material, como o tombamento e o inventário. Por fim, tem-se o produto desta dissertação que é o inventário do prédio em questão como também a conclusão, que amarra de forma positiva a intenção deste estudo.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio Cultural. Patrimônio Moderno. Inventário. SULBRA.

ABSTRACT

PRESERVATION OF THE MODERN ARCHITECTURAL HERITAGE OF SANTA MARIA: SULBRA'S BUILDING

AUTHOR: Raquel Gonzalez Poubel Mendes
ADVISOR: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

This research emerged as a need to preserve Sulbra's building, located in the downtown area of Santa Maria, in the State of Rio Grande do Sul. Such building is in the hands of the real state power, which intends to demolish it. It was built in the fifties, has striking features of modernism found in few buildings in this city, and indicates the insertion of this architectural style in this territory. The research is based on a bibliographical review that aimed to understand the importance of memory and places of memory, as well as the concept of cultural heritage and the problematic that includes its identification. It presents a methodology that includes historical research of the area and object of study, besides the methods of identification of material cultural heritage, such as the trust-listed heritage and inventory. Lastly, there is here the product of this dissertation which is the inventory of the building at issue, as well as its conclusion, which positively asserts the intention of this study.

Keywords: Memory. Cultural Heritage. Modern Heritage. Inventory. SULBRA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edifício Taperinha, década de 1950	31
Figura 2 – Edifício Taperinha, década de 1960	31
Figura 3 – Mapa geográfico do estado do Rio Grande do Sul com ampliação (s/escala)	43
Figura 4 – Mapa do centro de Santa Maria (s/escala)	43
Figura 5 – Implantação e Planialtimétrico (s/escala)	44
Figura 6 – Vista aérea da cidade na década de 1930, com marcação do terreno ao fundo	47
Figura 7 – Capela do Colégio Centenário	47
Figura 8 – Colégio Centenário	47
Figura 9 – Trabalho de abertura da Rua do Acampamento	48
Figura 10 – Trabalho de abertura da Rua do Acampamento	48
Figura 11 – Rua do Acampamento, esquina com a Rua Gaspar Martins	48
Figura 12 – Colégio Metodista Centenário, e ao fundo, parte do Service Station já construído, 1950	49
Figura 13 – Ampliação da área circulada	49
Figura 14 – Construção do Hotel Restaurante e Salão de Exposições, 1953	50
Figura 15 – Construção do Pavilhão, sem data	50
Figura 16 – Planta do projeto datada de 1951, sem escala	51
Figura 17 – Planta do projeto datada de 1951, sem escala	52
Figura 18 – Planta do projeto datada de 1953, sem escala	52
Figura 19 – Selos 1ª EXFERSUL	53
Figura 20 – Selo 1ª EXFERSUL com o edifício da CIPRA	53
Figura 21 – Membros da Sulbra e seu complexo	54
Figura 22 – Fachada principal do edifício da Sulbra	55
Figura 23 – Salão de Exposições	55
Figura 24 – Salão de Exposições	55
Figura 25 – Salão de Exposições, 1957	56
Figura 26 – Salão de Exposições	56
Figura 27 – Planta de Situação e Localização, sem escala	57
Figura 28 – Planta Baixa do Pavimento Térreo, sem escala	58
Figura 29 – Planta Baixa Mezanino, sem escala	58
Figura 30 – Planta Baixa do Segundo Pavimento, sem escala	59
Figura 31 – Características originais das fachadas, 1998	59
Figura 32 – Características originais das fachadas	59
Figura 33 – Escada de acesso do Térreo ao Mezanino	60
Figura 34 – Mezanino	60
Figura 35 – Bar	60
Figura 36 – <i>Service Station</i>	60
Figura 37 – Visada Rua do Acampamento, 1998	61
Figura 38 – Planta do Pavimento Térreo do complexo, com marcação das Visadas	62
Figura 39 – Visada 1	62
Figura 40 – Visada 2	63
Figura 41 – Visada 3	63
Figura 42 – Visada 4	63
Figura 43 – Visada 5	64
Figura 44 – Visada 6	64

Figura 45 – Visada 7	64
Figura 46 – Visada 8	64
Figura 47 – Visada 9	64
Figura 48 – Visada 10	65
Figura 49 – Visada 11	65
Figura 50 – Visada 12	65
Figura 51 – Visada 13	65
Figura 52 – Visada 14	65
Figura 53 – Visada 15	65
Figura 54 – Visada 16	66
Figura 55 – Visada 17	66
Figura 56 – Visada 18	66
Figura 57 – Visada 19	67
Figura 58 – Visada 20	67
Figura 59 – Visada 21	67
Figura 60 – Planta Baixa do Mezanino	68
Figura 61 – Visada 22	68
Figura 62 – Visada 23	68
Figura 63 – Visada 24	68
Figura 64 – Visada 25	69
Figura 65 – Visada 26	69
Figura 66 – Visada 27	69
Figura 67 – Visada 28	69
Figura 68 – Visada 29	70
Figura 69 – Visada 30	70
Figura 70 – Planta Baixa Segundo Pavimento, sem escala	70
Figura 71 – Visada 31	71
Figura 72 – Visada 32	71
Figura 73 – Visada 33	71
Figura 74 – Visada 34	71
Figura 75 – Visada 35	72
Figura 76 – Visada 36	72
Figura 77 – Visada 37	72
Figura 78 – Visada 38	72
Figura 79 – Visada 39	73
Figura 80 – Visada 40	73
Figura 81 – Visada 41	73
Figura 82 – Visada 42	73
Figura 83 – Visada 43	74
Figura 84 – Visada 44	74
Figura 85 – Visada 45	75
Figura 86 – Imagem do site do IPLAN - Ficha de Inventário de Patrimônio Cultural	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMPHIC-SM	Conselho Municipal do Patimônio Histórico e Cultural de Santa Maria
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CIAMs	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
DOCOMOMO	<i>Documentation and Conservation of the Modern Movement</i>
EBA	Escola de Belas Artes
EXFERSUL	Exposição Filatélica Estadual
IBA	Inventário de Bens Arquitetônicos
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
INCEU	Inventário de Configuração de Espaços Urbanos
INRC	Inventário Nacional de Referenciais Culturais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLAN	Instituto de Planejamento do Município de Santa Maria.
MG	Minas Gerais
RS	Rio Grande do Sul
SESC	Serviço Social do Comércio
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SULBRA	Sul Brasileira de Comércio, Importação e Exportação S.A.
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	TEMA	16
1.2	DELIMITAÇÃO DO TEMA	16
1.3	PROBLEMAS DA PESQUISA	16
1.4	JUSTIFICATIVA	16
1.5	OBJETIVOS	18
1.5.1	Objetivo Geral	18
1.5.2	Objetivos Específicos	18
1.6	ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA	18
2.	PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO, TRAJETÓRIA E CONFLITOS	20
2.1	PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO	20
2.1.1	Memória e os Lugares de Memória	20
2.1.2	Acontecimentos importantes para a formação do Patrimônio Material no Brasil	21
2.2	PATRIMÔNIO E MUNDO CONTEMPORÂNEO	23
2.3	A ARQUITETURA MODERNA	25
2.3.1	A Arquitetura Moderna no Brasil	26
2.3.2	A Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul	28
2.3.3	A Arquitetura Moderna em Santa Maria	30
2.4	IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL NO BRASIL: O TOMBAMENTO E O INVENTÁRIO	32
2.4.1	Os efeitos do Tombamento	32
2.4.2	Os efeitos do Inventário	34
3.	MATERIAIS E MÉTODOS	37
3.1.	TIPO DE PESQUISA	37
3.1.1	Instrumento de coleta de dados	37
3.1.2	Análise de coleta de dados	37
3.1.3	Fontes de pesquisa	37
3.1.4	Cuidados éticos	38
3.1.5	Relevância para o desenvolvimento Regional/Nacional	38
3.2.	ETAPAS DA METODOLOGIA	39
3.3.	CATALOGAÇÃO	39
3.4.	FICHA DE INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE SANTA MARIA	39
3.5.	VALORES DE SELEÇÃO ESTABELECIDOS AOS BENS IVENTARIADOS	40
4.	IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL DE SANTA MARIA: O EDIFÍCIO DA SULBRA	42
4.1.	APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	42
4.1.1.	Localização	42
4.1.2.	Generalidades sobre a Cidade	44
4.2.	PESQUISA HISTÓRICA	45
4.2.1.	Pesquisa histórica da área	45
4.2.2.	Pesquisa histórica da edificação	49
4.3.	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA EDIFICAÇÃO	61
5.	PRODUTO DA DISSERTAÇÃO - O IVENTÁRIO DO EDIFÍCIO DA SULBRA	76

5.1	A LEI MUNICIPAL E A FICHA DO IPLAN	76
5.1.1.	Lei Municipal 3.999/96	76
5.1.2.	Inventário de Identificação e a ficha do IPLAN	77
5.1.3.	Ficha preenchida de Inventário	79
6.	CONCLUSÃO	146
	REFERÊNCIAS	149
	APÊNDICE	154

1 INTRODUÇÃO

Os bens culturais, portadores de referência à memória e à identidade de diversos grupos sociais, ou mesmo capazes de ilustrar uma tradição, são testemunhos vivos da evolução de cada comunidade ou sociedade. São produtos de toda a ação inteligente do homem, na tentativa de conhecer e adaptar-se ao meio ambiente; são resultados aparentes da cultura de um povo. Eles foram gerados, reproduzidos, aperfeiçoados e estabelecidos ao longo do tempo e da história.

O Patrimônio Cultural é formado por elementos que são capazes de diferenciar grupos e sociedades. E são essas diferenças que auxiliam um povo a entender quem realmente é, formando a sua identidade, permitindo desta forma que aqueles que fazem parte daquela comunidade possam reconhecer-se como semelhantes e que também são diferentes de outros grupos sociais.

O edifício da SULBRA – Sul Brasileira de Comércio, Importação e Exportação S.A. -, objeto de estudo deste trabalho, encontra-se com parte do seu projeto original preservado, entretanto algumas intervenções foram realizadas ao longo dos anos. A maioria das descaracterizações ocorreram no ano de 1998, e evidenciaram certa negligência do ponto de vista da preservação em relação ao projeto original. Aconteceram modificações de caráter físico, como: demolição do *Service Station*; do peitoril do mezanino; escadas internas; e dos pavilhões anexos, onde se situavam as oficinas. Também houve a ampliação do salão de exposições com panos de vidro, remoção dos revestimentos dos pilares em pedras e pavimentação na área externa com asfalto. Além dessas modificações físicas, o mezanino e o último pavimento foram desativados.

Observando que este edifício ainda preserva suas características originais, embora tenha sofrido algumas intervenções, e que se trata de um edifício considerado um marco na cidade de Santa Maria, surge a preocupação em adquirir instrumentos que garantam a proteção desde modelo arquitetônico como um patrimônio cultural a ser preservado, tão importante para a construção da história desta cidade.

Nesse contexto, esta dissertação parte do princípio que este objeto possui potencialidades, e que há necessidade de sua preservação para a proteção da história da cidade em questão. Através da exposição do problema da pesquisa, dos seus objetivos, justificativas, referencial teórico e metodologia, há a intenção de estabelecer conexões através da identificação e reconhecimento dos valores culturais

arquitetônicos existentes, para que assim possa ser entendido como patrimônio cultural edificado com potencial de preservação.

1.1 TEMA

O presente estudo tem como tema o Inventário do Patrimônio Material Arquitetônico Moderno da cidade de Santa Maria - RS.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este trabalho abordará o inventário de um edifício moderno, denominado Sulbra (Sulbrasileira de Comércio de Importação e Exportação S.A.), que se encontra, atualmente, nas mãos do poder imobiliário.

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

Partindo do princípio que o edifício da Sulbra é um patrimônio arquitetônico moderno da cidade de Santa Maria, como garantir sua preservação?

1.4 JUSTIFICATIVA

Este projeto se enquadra no perfil interdisciplinar do Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, uma vez que propõe um trabalho de preservação de um edifício de suma importância para a preservação da identidade da cidade e sua história.

Françoise Choay escreveu, referindo-se a Ruskin, que “para o autor de *As pedras de Veneza*, a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser” (CHOAY, 2001, p. 139). Desta forma, a preservação do patrimônio edificado nos permite repassar para as futuras gerações uma história a ser contada através do próprio elemento. Com ele é possível fazer uma leitura através dele mesmo, entender as escolhas nos usos dos materiais, a tipologia arquitetônica e tecnologias utilizadas.

Ao se falar em patrimônio histórico ou cultural, os espaços assumem significado de suma importância por serem instrumento da memória coletiva de uma determinada

sociedade, memória esta pertencente à um passado comum, de uma identidade social, fazendo com que determinado grupo se sinta fazendo parte daquele local. Pesavento (2002) afirma que memória é a “presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”.

O espaço considerado de relevância histórica quando se é contemplado, é capaz de trazer sensações e lembranças de um passado produzindo sentimentos que evocam sugestivas vivências que ali aconteceram, e assim, consegue explicar a realidade do presente. Através das edificações essa memória pode ser despertada, onde são capazes, com sua materialidade, de fazer rememorar a forma de vida daqueles que em determinada época delas utilizaram. Portanto, cada edificação carrega em si não somente o material que é composto, e sim, uma grande quantidade de vivências e significados que ali foram experimentados (TOMAZ, 2010).

No início do século XXI, o crescimento do reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio cultural, vêm estimulando positivamente as discussões sobre quais posturas devem ser adotadas para sua preservação. Construída na década de cinquenta, o edifício da SULBRA possui características marcantes do modernismo como: planta livre (térreo e último pavimento), janelas em fita protegidas por *brises soleil* verticais, panos de vidro e planta sob pilotis (SCHLEE, 2002). É uma das edificações que sinaliza a inserção do modernismo na cidade de Santa Maria.

Desta forma, este estudo se justifica pela necessidade de recuperação do edifício da SULBRA, que infelizmente, está sendo ameaçado pelo mercado imobiliário contemporâneo. Resguardá-lo é garantir a sobrevivência da memória e da história de um passado comum à uma comunidade.

A problemática da pesquisa surge da percepção da falta de conhecimento e envolvimento do Estado na intenção de preservar a propriedade em questão. A Carta de Burra (AUSTRÁLIA, 1999) refere-se aos cuidados a serem dispensados a um bem para poder preservar as características que são capazes de apresentar uma significação cultural.

Nesse contexto, a proposta parte da premissa que se deve proteger esse bem material que possui valor histórico, cultural e arquitetônico, além de valor afetivo para a população santamariense, através de um inventário, para haver subsídios palpáveis para posteriormente entrar com o ato de Tombamento.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo Geral

Apresentar uma proposta de preservação do edifício da SULBRA, através do inventário do conjunto de edificações e sua implantação na cidade de Santa Maria, para que gere subsídios para reconhecimento como patrimônio cultural.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Levantar o estado original do edifício.
- Obter informações das mudanças ocorridas ao longo dos tempos no conjunto.
- Justificar a importância da preservação deste edifício.
- Evidenciar a relevância deste objeto arquitetônico para a cidade de Santa Maria.
- Identificar diretrizes acerca do patrimônio cultural e a sua preservação.
- Elaborar e encaminhar material como base fundamentada para proceder ao tombamento municipal.

1.6 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho foi estruturado em seis capítulos com o objetivo de expor o tema que foi trabalhado nesta investigação com o intuito de alcançar os objetivos propostos.

No primeiro capítulo se apresenta o tema, o problema da pesquisa e, posteriormente, os objetivos que são desejados atingir com este estudo.

O trabalho foi organizado a partir de uma revisão bibliográfica, no segundo capítulo, que objetiva entender os principais conceitos relacionados ao patrimônio cultural, de forma sucinta, e os aspectos que envolvem sua identificação quanto patrimônio moderno. Segue, no terceiro capítulo, por uma explicação dos métodos utilizados na pesquisa, e por fim, no quarto capítulo, apresenta uma análise da identificação do patrimônio arquitetônico em questão, o edifício da SULBRA, no município de Santa Maria, e as principais questões envolvidas nesse processo.

Enfim, no quinto capítulo, encontra-se o produto desta dissertação. Há uma Ficha de Inventário de Identificação de Bens Imóveis de Santa Maria preenchida, e logo após, no desfecho deste trabalho, no sexto capítulo, há as conclusões.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO, TRAJETÓRIA E CONFLITOS

Neste capítulo, é apresentado um desdobramento teórico, embora sucinto, sobre os conceitos de cultura e patrimônio utilizados neste trabalho, trazendo à tona o valor da memória e os lugares de memória para o reconhecimento do patrimônio cultural, seguido de um breve relato dos acontecimentos mais relevantes para a formação deste tema no Brasil. Logo após, fala-se sobre a importância de sua preservação no mundo contemporâneo, acompanhado de um panorama da construção da arquitetura moderna no Brasil, no Rio Grande do Sul e na cidade de Santa Maria. Por fim, demonstra-se os efeitos da utilização dos instrumentos de tombamento e inventário para a formalização da preservação de um bem considerado cultural.

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO

2.1.1 Memória e os Lugares de Memória

É importante compreender como definir as ideias referentes aos espaços e seu valor adquirido como lugares de memória, quando se fala em preservar um bem considerado patrimônio cultural. Segundo Tomaz (2010):

Quando falamos de preservação do patrimônio histórico e cultural devemos considerar os espaços como lugares de memórias. Essas memórias assumem importante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos (TOMAZ, 2010, p. 1).

Pesavento (2002, p. 26) diz que memória, é a “presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento, capaz de trazer de volta aquilo que teve um lugar no passado”. Tomaz (2010) ainda acrescenta que:

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto,

carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p. 2).

A memória que é comum à um determinado grupo, chama-se memória coletiva, e, segundo Pollak (1989) colabora para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, na sua complementaridade. Na busca incansável pelo sentimento de pertença em um passado comum, com o objetivo de escrever uma trajetória, a cidade pode até traçar ou retraçar seu passado, pegando um punhado de seus elementos e remodelando-os. Assim, Pesavento (2002, p. 25) diz que “cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em narrativa”.

A cada geração que surge no decorrer dos tempos, a história comum passa a pertencer a cada uma delas. A memória de cada indivíduo está diretamente ligada às produções que remetem à um passado comum a todos. Bosi (1987, p. 199) afirma que “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história”.

Assim, de acordo com a descrição acima, o objeto de estudo desta pesquisa deve ser considerado como um lugar que merece ser guardado na memória não somente daqueles que viveram, como dos que vivem e poderão viver através do conhecimento da sua história e do seu significado para a sociedade local.

2.1.2 Acontecimentos importantes para a formação do Patrimônio Material no Brasil

Para muitas pessoas, a palavra patrimônio está vinculada à monumentos arquitetônicos antigos e principalmente, ao período colonial brasileiro. Lembra-se apenas dos casarios e igrejas de Ouro Preto (MG), Tiradentes (MG), Mariana (MG), com suas ruas estreitas em paralelepípedo, calçadas quase que inexistentes e aquele cenário típico de novela de época. Para profissionais da área, estes bens são conhecidos como bens de pedra e cal, fazendo uma singela referência ao material utilizado nas construções daquele tempo.

O caminho de implantação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no qual hoje é chamado de Instituto, está ligado diretamente à esta visão. Desde à década de 1930, quando foi criado no então governo de Getúlio Vargas, é referência nas práticas

preservacionistas no País. E foi em um tornado de acontecimentos em diversas esferas, como as políticas e culturais, que se originou esta intuição.

Com a criação do SPHAN (que passou por inúmeras mudanças até finalmente chegar ao que se conhece hoje como IPHAN), através do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, organizado por artistas e intelectuais da época¹, é que começa a se fortalecer o exercício prático em cima do patrimônio cultural brasileiro. A partir daí, ficou definido o que se considera Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Até o final da década de 1970, a noção de patrimônio estava diretamente ligada apenas à preservação dos bens imóveis. Posteriormente, juntaram os conceitos de conjuntos e sítios arquitetônicos que eram considerados de valor relevante para a sociedade (TOMAZ, 2010). Foram utilizados como verdadeiros tesouros do passado e ensinados na escola, de forma pedagógica, afim de instruir os valores nacionais para poder fortalecer o sentimento de nacionalidade ao brasileiro, como salienta Rodrigues (1998).

Esse conceito que se baseava apenas à preservação de bens imóveis, foi repensado, passando a adotar outras medidas de preservação que englobasse outras áreas da cultura brasileira. Assim, surgiu o ato de tombamento não somente para bens materiais, porém também para imateriais. O artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 diz:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Desta forma, como é possível observar, houve o reconhecimento de patrimônio cultural nacional, e sua necessidade de preservação possui uma história galgada em passos lentos, até sua consagração como importância salutar para a sociedade brasileira.

Quando o conceito de patrimônio histórico mudou para patrimônio cultural, absorvendo dimensões mais amplas, sentiu-se a necessidade de preservar não

¹ Lucio Costa, Luis Saia, Aloísio Magalhães e Sílvio Vasconcelos, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema e inclusive o próprio presidente Getúlio Vargas, que fez do seu mandato uma espécie de ferramenta para a ação.

somente àqueles monumentos considerados de valor histórico, como também, à diversidade de manifestações culturais que se mostram em uma sociedade.

2.2 PATRIMÔNIO E MUNDO CONTEMPORÂNEO

No decorrer dos tempos, para especificar diferentes sentidos, muitos adjetivos foram acrescentados à palavra patrimônio. A esta dissertação, o que interessa de fato, é a utilização dos termos que definirão uma gama de elementos ou bens².

Segundo Brandão (2001), o sentido de patrimônio diz respeito à um tempo histórico e à uma cultura³, ou seja, possui um contexto. Com o passar do tempo, esse significado se altera, seja pelo contexto cultural ou conforme a região geográfica, e dessa forma é relevante a compreensão do conceito que este significado passa a assumir, como é transportado e atraído, até chegar ao entendimento atual de patrimônio cultural.

A noção de patrimônio, para Choay (2001), deve ir muito além em ser apenas uma coleção inerte de documentos, objetos e edificações, uma vez que está fundada em desenvolvimentos sociais e até mesmo na antropologia e na história. Kersten (2000) salienta que a história é quem permite as diversas leituras de documentos e fatos enquanto a antropologia é quem se faz capaz de auxiliar no entendimento do outro.

Muitas vezes, pelo pensamento do homem nos dias atuais, ou até mesmo por motivos comerciais, prefere-se demolir o “velho”, já que é considerado por muitos um objeto impróprio, em desuso, e substituí-lo pelo novo, mais contemporâneo e funcional. Logicamente que este pensamento bate de frente com a ideia de preservar, valorar um bem patrimonial, de perpetuar uma história. Cuidar dos bens patrimoniais é garantir que a memória seja protegida, e assim possa ser imortalizada. Segundo Tomaz (2010):

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, quotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto

² Segundo a Carta de Burra do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios: O termo bem designa um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence (AUSTRÁLIA, 1999).

³ Assume-se aqui o conceito antropológico bastante difundido de cultura, elaborado por LéviStrauss, “que a vê como um código responsável pela ação de um grupo social (...) resultante de um pacto social implícito”.

considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. A conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história (TOMAZ, 2010, p. 5).

Ou seja, preservar tem como objetivo guardar a memória dos acontecimentos. A comunidade e os indivíduos devem se relacionar com o edifício a ser preservado, a fim de garantir sua identidade refletida nos lugares, uma vez que os indivíduos constroem sua memória no cotidiano. Preservar o patrimônio histórico, é sem dúvida, relacioná-lo com as relações humanas intimamente ligadas a ele.

A prerrogativa para estimular os sentidos e significados que um determinado bem possui para uma sociedade, é o que torna um bem com valor patrimonial, e assim, justifica-se sua preservação. Dependendo do seu contexto histórico, cada bem possui um significado diferente. Seus significados também são variáveis de acordo com os diferentes grupos sociais, culturais e econômicos, embora em muitos ângulos o contexto possa ser igual.

O termo patrimônio cultural é abrangente, e entende-se como o conjunto dos bens culturais que se refere às identidades coletivas. Este substituiu o vocábulo que era utilizado, o patrimônio histórico, que focava mais no monumento. Segundo Choay (2001), entre os séculos XIX e XX o conceito de patrimônio compreendia apenas os monumentos nacionais que eram considerados com força histórica e estética. Os beneficiados nessa conceituação de patrimônio eram as edificações, monumentos, valorizando sua materialidade.

Assim, a noção de patrimônio ficou mais enriquecida, mais fortalecida, pois passou a fazer parte não somente o monumento, mas também a arquitetura, a paisagem, a arqueologia, a tradição, a gastronomia, as artes, e desta forma passaram a ser valorizados pelas comunidades, governos, e entidades internacionais.

Esta ampliação do conceito de cultura, e conseqüentemente de patrimônio, é um artifício muito interessante para esclarecer as diferentes relações que o patrimônio pode apresentar. E essa perspectiva é um dos eixos que norteiam essa pesquisa, que tem como objetivo propor a identificação de um dos patrimônios materiais de Santa Maria.

2.3 A ARQUITETURA MODERNA

Conhecida como Arquitetura Moderna, a produção arquitetônica de grande parte do século XX, tinha como característica um conjunto de variadas escolas arquitetônicas e de movimentos. É possível encontrar sua origem em diversos lugares: Na Bauhaus (Alemanha), com Le Corbusier (França) e com Frank Lloyd Wright (EUA). Mas, para o historiador e crítico da arquitetura Benévolo (1994), existiram duas fortes vertentes do movimento moderno: o chamado *International Style* (Européia) e a Arquitetura Orgânica (Americana).

Foi um movimento considerado multifacetado, porém formado por diretrizes que foram seguidas por arquitetos de diferentes tendências e escolas, como por exemplo, a rejeição ao repertório formal do passado, aversão ao conceito de estilo, contexto industrial e conceito de economia.

O surgimento do Movimento Moderno teve como ponto de partida as mudanças ocorridas pelo mundo depois das diversas guerras e revoluções que aconteceram no decorrer do século XX. O Movimento, com o objetivo de suavizar a situação de caos que era possível observar em todo o mundo, trouxe consigo diversas ideias. Segundo Benévolo (1994):

O movimento moderno compreende um grande número de contribuições individuais e coletivas, e não é possível fixar sua origem num só lugar ou num único ambiente cultural. Aquilo que se pode constatar com segurança é a coerência dos diversos resultados que se tem a partir aproximadamente de 1927, quando é possível determinar também uma linha comum de trabalho entre as pessoas e os grupos de diversas nações (BENEVOLO, 1994, p. 403).

Ele pode ser considerado uma fase de mudança, na qual representa a passagem de uma cultural altamente tradicional, para uma totalmente renovada.

[...] o Movimento Moderno significou um movimento de vanguarda, impregnado de ideologismos e desejo de renovação social e estética e a sua propagação no contexto social trazia uma visão de otimismo, de mudança, de evolução. O desejo de progresso, de renovação urbana, de modernização, de desenvolvimento tecnológico, de novos equipamentos, de edifícios modernos foi muito mais que os anseios de uma vanguarda artística, mas um conjunto de valores que se estabeleceu no âmago da sociedade, do popular ao político [...] (MARQUES, 2002, p. 84).

Surgiu, na arquitetura, como uma reação às condições de trabalho e consumo que a Revolução Industrial defendia, e a partir dos anos 1950 foram intensificando gradativamente os questionamentos sobre as condições da arquitetura no Movimento Moderno, seus princípios e paradigmas, e propagou-se de forma internacional, definindo novas formas de pensar e projetar arquitetura, entre outras coisas, a utilização do passado e da história como parâmetro de referência de decisões projetuais (MARQUES, 2002).

Diversas inovações tecnológicas apareceram, dentre elas um novo modo de desenho e construção, possibilitando aos arquitetos uma maior liberdade na criação. Segundo Reis (1995), com a chegada do aço, do concreto armado e do vidro, as edificações tiveram a possibilidade de novas configurações de planta, vãos livres, sistema de planta-livre oferecendo maior flexibilidade; utilização do concreto armado, edifícios ganhando alturas como os arranha-céus, uso de pilotis, panos de vidro contínuos nas fachadas, dentre outros.

Foi no final do século XX que a arquitetura moderna passou a ser considerada patrimônio cultural. Devido a pequena distância temporal entre a produção da arquitetura moderna e seu reconhecimento como patrimônio, houve dificuldade para entendimento de que as recomendações para preservação, apresentadas no documento do ICOMOS, passariam a ser utilizadas como padrões de projetos de intervenção. Além disso, é possível observar uma relativa contemporaneidade nas técnicas e na produção das formas com as quais foram produzidas, com o objetivo de favorecer sua compreensão (OKSMAN, 2011).

2.3.1 Arquitetura Moderna no Brasil

Segundo Bruand (1981), a inserção de uma intitulada Nova Arquitetura no Brasil foi um processo que se desenvolveu de forma lenta, levando em consideração o panorama econômico, social e geográfico de cada região do país. De acordo com o avanço do pensamento de certos grupos interessados em criar situações que fossem favoráveis para disseminar a implantação de ideias novas, a evolução acontecia. Por este fato, é importante mencionar a Semana de Arte Moderna (1922), que aconteceu através de um grupo de artistas que idealizavam o evento não somente como uma manifestação artística, e sim também como uma atitude desafiadora em relação à

opinião pública, que ainda era muito atrasada em relação às tentativas de transformações no país.

Gregori Warchavchik, arquiteto russo que foi formado na Itália, chega ao Brasil um ano após a Semana de 22, com uma efervecente afirmação do nacionalismo que tinha como objetivo a construção de uma identidade nacional. Este deve ter sido, possivelmente, um dos fatores favoráveis para o mesmo ter se adaptado ao país, encontrando assim um local fraterno para poder aplicar seus conhecimentos adquiridos na Europa. Foi no ano de 1927/28, que o arquiteto construiu para sua família, a casa que ficou conhecida como sua primeira manifestação prática de uma nova arquitetura, chamada de A Casa Modernista (BRUAND, 1981).

Le Corbusier visita o Brasil no ano de 1927, e fica surpreso ao perceber, na cidade de São Paulo, a chamada Nova Arquitetura. Além de levar esta notícia para a Europa, nomeia Warchavchik como delegado do CIAM para a América Latina. Já no ano de 1930 ocorreu a Exposição de Artes na Casa Rua Itápolis, também projeto de Warchavchik, onde suas ideias repercutiram no Rio de Janeiro, capital federal da época, e assim Lúcio Costa, diretor da Escola de Belas Artes (1930-1931), resolve introduzir a disciplina chamada Arquitetura Moderna, chamando-o para ministrar as aulas (BRUAND, 1981).

Lúcio Costa, no ano de 1934, ganha o concurso para o projeto da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, em Monlevade – MG, e nele já demonstra com clareza sua preocupação dos ideais modernos em relação às condições locais. Este projeto trata de uma cidade operária que abriga residências, cinema, igreja, escola, clube e mercado, onde Lúcio Costa projeta edificações sob pilotis (BRUAND, 1981).

No ano de 1935/36, a rigidez da arquitetura de Gregori começou a gerar muitos conflitos, e a partir daí inicia-se um processo de releitura de suas propostas juntamente com as da Arquitetura Internacional, fazendo uma relação entre elas e o contexto existente no país. Este processo foi importante para a formação efetiva da arquitetura Moderna no Brasil, onde Lúcio Costa, com seu refinado conhecimento sobre a importância da arquitetura que foi produzida no passado, percebeu que a Nova Arquitetura não tinha como objetivo desvalorizar a produção anterior, e sim uma base para a construção de uma arquitetura que foi coerente com sua época e local.

Bruand (1981) afirma que o fracasso da disciplina de Arquitetura Moderna na EBA gera muitas reflexões sobre a Nova Arquitetura. Além disso, a presença de Affonso Reidy na prefeitura do Rio de Janeiro, muito influenciado pela teoria

funcionalista, favoreceu a construção de novos edifícios modernos, assim como a construção do Cine Ipanema, no qual Raphael Galvão venceu o concurso, trazendo assim uma nova produção arquitetônica.

O ministro Gustavo Capanema, que almejava a construção de um edifício que abrigasse o Ministério da Educação e Saúde, reuniu um grupo de arquitetos que foi liderado por Lúcio Costa, formado por Carlos Leão, Affonso Reidy, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos, Oscar Niemeyer e o próprio Lúcio Costa. O ministro chama Le Corbusier para auxiliar a equipe, que influencia no projeto e no pensamento dos arquitetos brasileiros (BRUAND, 1981). Foi concebido de acordo com os fundamentos modernistas, representando a ruptura com as formas arquitetônicas e ornamentado com motivos historicistas e simbólicos que eram usados na época.

Como resultado, um bloco vertical principal sob pilotis, localizado na área central do terreno, com outro bloco anexo perpendicular atravessando-o, implantado no chão (BRUAND, 1981).

Segundo Bruand (1981), outros projetos importantes, que marcaram este momento histórico, foram: Associação Brasileira de Imprensa (1936), pelos irmãos Milton e Marcelo Roberto; Aeroporto Santos Dumont (1937-1938), também projetado pelos irmãos MM Roberto; Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont (1937), de autoria de Atílio Correa de Lima; Grande Hotel de Ouro Preto (1939), projetado por Oscar Niemeyer; Prédio de Resseguros do Brasil (1941-1944), com autoria dos irmãos MM Roberto e o Conjunto da Pampulha (1941), por Niemeyer. Por fim, marcando a segunda fase deste momento, a concepção de Brasília (1957), projetado por Lúcio Costa, assim como as principais obras por Niemeyer.

2.3.2 Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul

Quando o Modernismo chega em território gaúcho, era possível compreender que havia uma identidade oriunda do território carioca e paulista, e que a mesma deveria primeiro ser estudada, para que pudesse se desenvolver no estado da melhor forma possível. Os arquitetos tiveram a preocupação com o contexto que situação social, econômica e geográfica se encontrava, assim como ocorreu nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Marques (2002) afirma que, no século XX, na Região Sul do Brasil, a chegada das grandes tendências arquitetônicas ocorreu de maneira diferente e em um

momento posterior. Devido as diferenças geográficas, históricas e culturais, o estado do Rio Grande do Sul sofria com o distanciamento do incentivo cultural que acontecia nos grandes centros de cultura nacionais, como no eixo Rio-São Paulo.

Segundo Ribeiro (1987), a Nova Arquitetura começa a se desenvolver no estado a partir do final da Segunda Guerra e do período do Estado Novo, e por isso, foi marcada por um clima favorável que caracterizou pelo interesse de aprendizagem por aqueles que tinham a intenção de produzir de fato uma arquitetura de qualidade. Além disso, a inserção de uma arquitetura de qualidade no Rio Grande do Sul, para ele, foi favorecida pelo surto econômico que aconteceu no estado, principalmente na capital Porto Alegre que, em escala de província, foi de uma força avassaladora.

Ribeiro (1987) ainda afirma que foi nesse período que, na capital, a Avenida Farrapos foi aberta (via de extrema importância na cidade), e ali começaram a surgir os primeiros arranha-céus da cidade. Foi no projeto e execução desses edifícios que alguns arquitetos estrangeiros e outros autôditas, como Fernando Corona, trabalharam. Devido aos conceitos acadêmicos ainda imperarem sobre o que era produzido no estado, o que de fato foi projetado e/ou construído foi intitulado de Ecletismo Simplificado. Isso é possível observar em projeto – que não foi executado –, do Edifício Benno Mentz & Cia., de autoria dos arquitetos Franz Filsinger e Theo Wiedersphan. Depois deste projeto, Franz desenhou outras duas residências, que foram consideradas pioneiras, além de outras duas de autoria dos arquitetos João Antônio Monteiro Neto e de Karl Siegert, bem como de edifícios como o Agostinho Piccardo (1935), o Rio Branco (1933) e o Edifício Guaspari (1936).

Marques (2002) diz que quando o arquiteto Oscar Niemeyer esteve em Porto Alegre, em meados de 1948, o mesmo notou que eram raríssimas as construções que seguiam o estilo moderno, e que isso aconteceu devido à postura conservadora e introspectiva da cultura gaúcha, gerando um comportamento mais reservado, crítico e reflexivo, com as mudanças que aconteciam a cada momento.

Foi a partir da década de 1950, através da primeira geração de arquitetos modernos formados no RS, que a arquitetura moderna passou a se firmar em solo rio grandense. Nesta década, houve a consolidação da profissão do arquiteto no estado, e a arquitetura carioca foi introduzida no contexto gaúcho com obras reconhecidas como o Edifício Terezinha (1950), Edifício Esplanada (1952) e o Palácio da Justiça (1953) (MARQUES, 2002).

Durante o intervalo entre os anos 1950 e 1970, destaca-se a influência de projetos para a indústria alimentar, têxtil, automobilística e química, como a Refinaria Alberto Pasqualini em 1961 no município de Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre, com projeto de autoria de Carlos Maximiliano Fayet, Moacyr Moojen Marques, Cláudio Luiz Araújo e Miguel Alves Pereira (SEGAWA,1997).

No Rio Grande do Sul, o número de obras arquitetônicas modernas não é tão significativo como em outras partes do país. Porém, no final dos anos 1970 e de forma mais acentuada nos anos 1980, a idéia de verificação dos conceitos da arquitetura moderna e as discussões sobre o pós-modernismo, além dos estudos acadêmicos na área, foram mais fortes e intensos do que em qualquer outro estado brasileiro. Na década de 1980, devido o sentimento enraizado na população da colonização alemã durante o século XIX no estado, houve influência na forma de fazer arquitetura, gerando o reconhecimento da arquitetura tradicional do Rio Grande.

Marques (2002) afirma que foi construído em Caxias do Sul, entre os anos de 1984-1989, a sede do Serviço Social do Comércio (SESC), de autoria de João José Vallandro, Moacyr Moojen Marques e Carlos Alberto Hubner. Esta foi uma obra muito importante para o contexto arquitetônico gaúcho, uma vez que foi construída utilizando os aspectos formais regionalistas.

2.3.3 Arquitetura Moderna em Santa Maria

Assim como a capital Porto Alegre, a cidade de Santa Maria passa a sofrer modificações em seu cenário urbano, e da mesma forma começa a se espelhar nos exemplos das capitais culturais Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, teve como referência a capital do estado, que já produzia uma arquitetura própria, regionalista.

Segundo Schlee (2002), algumas obras são consideradas muito importantes e marcam o desenvolvimento de uma nova arquitetura na cidade, dentre as quais a Residência Datero Maciel (1936) construída pelo engenheiro Luiz Bollick, localizada na Rua Venâncio Aires, 1663; o Edifício Mauá (1945-1950) também pelo engenheiro Luiz Bollick, localizado na Avenida Rio Branco, esquina com a Silva Jardim; o prédio Central dos Correios e Telégrafos (1953), localizado na Rua Venâncio Aires, 1742; o prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (1952-1955), localizado na Rua Floriano Peixoto, esquina com a Astrogildo Ribeiro; o Edifício Taperinha (1955-1959), localizado na esquina da Rua do Acampamento com a Alberto

Pasqualini, projetado por Battistino Anele e Cláudio M. Rizzato, e executado pela construtora Tedesco; e o Coríntians Atlético Clube (1958 - 1959), projetado pelos arquitetos Emil Bered e Samuel Kruchin e executado pela construtora Tedesco dentre outros.

Arrussul (2009) ainda destaca que o Edifício Taperinha foi a obra mais impactante na época por se tratar do primeiro edifício de caráter modernista e vertical construído na cidade, e foi durante muitos anos o cartão postal de Santa Maria. Trata-se de um edifício misto – residencial e comercial - composto por restaurante, salão de festas, lavanderia, exaustores nas cozinhas e água quente, praças e jardins cobertos e ao ar livre, uma perfeita versão de *Unité D'habitation* idealizada por Le Corbusier na cidade de Marselha, como uma unidade de habitação autônoma. Possui apartamentos de dois, três e quatro dormitórios, que foram distribuídos em três blocos compostos por dezessete pavimentos. Propagandeava todas as novas tecnologias e vantagens que propiciavam o atendimento de todas as exigências de morar. Fachada composta por linhas homogêneas e simples, sendo capaz de mostrar uma rica plasticidade e um novo caráter para a cidade de Santa Maria (SCHLEE, 2002).

Figura 1 - Edifício Taperinha – década 1950.



Fonte: www.santamariafoto.blogspot.com.br.

Figura 2 - Edifício Taperinha – década 1960.



Fonte: Acervo Evandro Santos - retirado da web.

O Edifício da SULBRA, objeto de estudo desta pesquisa, também se enquadra nesse grupo seletivo de edificações modernas na cidade de Santa Maria. Segundo Schlee (2002):

Trata-se de uma edificação comercial, construída na década de 50⁴ e de autoria, até o momento, desconhecida. Construção de três pavimentos que fazia parte de um conjunto arquitetônico significativo: com posto de gasolina, oficina de conserto e montagem de veículos, alojamentos, bar e restaurante. Gleba bastante irregular reorganizada através de hábil implantação. Os edifícios foram dispostos perifericamente ao lote, como que percorrendo os seus limites, o que gerou duas praças internas. A primeira, fronteira à loja propriamente dita, e a segunda, equivalendo às oficinas. O edifício principal (onde ocorria a exposição permanente e venda de tratores, caminhões, motores, peças e acessórios) corresponde a um volume puro longitudinal apoiado em uma seqüência de pilares - pilotis. Térreo vazado e translúcido para exposição, diurna e noturna, de mercadorias. Primeiro e segundo pavimentos enclausurados e escondidos para a realização de negócios. No interior, a loja é servida por mezanino que, em forma de galeria periférica, garante ao espaço central pé direito e escala compatíveis. No exterior, a longa barra branca, marcada pela sacada enquadrada e cortada por duas faixas contínuas de brise-soleil (que escondem e protegem as aberturas), sugere modernidade e convida o transeunte a desvendá-la. Modernidade que se implantava e que era vendida (SCHLEE, 2002, p. 148).

O próprio campus da Universidade Federal de Santa Maria (1960) abriga a maior concentração de obras modernas da cidade, seja na arquitetura e no urbanismo, e nas artes da escultura, pintura e murais, que foram executados por artistas plásticos dos cursos do Centro de Artes e Letras da UFSM e introduzidas a partir de 1986.

2.4 IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL NO BRASIL: O INVENTÁRIO E O TOMBAMENTO

Este tópico tem por finalidade mostrar esses dois instrumentos de proteção ao patrimônio cultural: o tombamento e o inventário. O Tombamento está devidamente regulamentado em legislação, no Decreto-Lei n.º 25/37, ao contrário do inventário que não foi regulamentado por lei federal, e que por sinal está elencado no art. 216 da Constituição Federal de 1988, ou seja, o mesmo não precisa ser regulamentado para produzir os mesmos efeitos do tombamento.

2.4.1 Os efeitos do Tombamento

De início, o tombamento era o único procedimento que o Estado tinha para garantir a proteção de seus bens culturais. É um ato administrativo da autoridade competente, que tem por finalidade reconhecer o valor histórico, artístico, paisagístico,

⁴ A edificação passou por algumas reformas, principalmente no pavimento térreo e demolições, conforme foi descrito neste tópico.

arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, através dele passam a receber proteção especial (FONSECA, 2015).

Para realizar o tombamento, é necessário inscrever o bem em um dos Livros do Tombo (art.4º dec-lei 25/37), e assim passa a garantir os seus efeitos (FONSECA, 2015). Carvalho Filho (2005), enfatiza que:

Tombamento é a forma de intervenção na propriedade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro.
[...] o proprietário não pode, em nome de interesses egoísticos, usar e fruir livremente seus bens se estes traduzem interesse público por atrelados a fatores de ordem histórica, artística, cultural, científica, turística e paisagística. São esses bens que, embora permanecendo na propriedade do particular, passam a ser protegidos pelo Poder Público, que, para esse fim, impõe algumas restrições quanto a seu uso pelo proprietário (CARVALHO FILHO, 2005, p. 216).

O objetivo do tombamento é manter a integridade dos bens, uma vez que há interesse do poder público por sua proteção devido às suas características peculiares. O Estado intervém na propriedade privada, com seu papel institucional de agente protetor, com a função de atender o interesse coletivo de preservação.

O art. 13 do Decreto-Lei 25/37, traduz os efeitos do tombamento na propriedade privada. O primeiro deles, fala sobre a hipótese de um tombamento acontecer sobre um bem privado, e então deve-se levar o fato ao respectivo Ofício de Registro de Imóveis, averbando ao lado da transcrição do imóvel (FONSECA, 2015).

Já no art. 18 do mesmo Decreto-Lei, são apresentadas restrições que abrangem também a vizinhança do prédio tombado. Mostra que, sem autorização do órgão competente, é vedado fazer qualquer construção que possa impedir ou reduzir a visibilidade do edifício que está sob proteção, como também colocar qualquer tipo de anúncio. Se por algum motivo for violado esse artigo, poderá acarretar na destruição da obra ou retirada do anúncio, além de pagamento de multa.

O art. 17, impede o proprietário de qualquer possibilidade de destruir, demolir ou mutilar o bem tombado. Além disso, para efetuar mesmo que seja uma restauração, o proprietário é obrigado a pedir autorização do órgão público competente, assim como se observa no trecho a seguir:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa (BRASIL, 1937).

Isso quer dizer que o proprietário é obrigado a manter o bem tombado com suas características culturais e que deve conserva-lo, podendo sofrer com sérias consequências jurídicas.

2.4.2 Os efeitos do Inventário

Inventário é um procedimento de proteção e promoção do patrimônio cultural listado juntamente do tombamento no art. 216, §1º da Constituição Federal de 1988. Porém não se deve confundi-los. Miranda (2008) mostra as seguintes diferenças entre os atos:

O Inventário e o Tombamento não se confundem. Trata-se de instrumentos de efeitos absolutamente diversos, embora ambos sejam institutos jurídicos vocacionados para a proteção do patrimônio cultural. O inventário é instituto de efeitos jurídicos muito mais brandos do que o tombamento, mostrando-se como uma alternativa interessante para a proteção do patrimônio cultural sem a necessidade da Administração Pública de se valer do obtuso e, não raras vezes, impopular instrumento do tombamento (MIRANDA, 2008, p. 1).

De uma forma mais simples, o mesmo autor define o inventário:

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (MIRANDA, 2008, p.1).

Isso quer dizer que, inventariar é descrever de forma detalhada as características que são específicas de um bem, como seu estado de conservação, sua localidade e qualquer outra informação que seja importante e pertinente. É catalogar os valores de um bem.

Inventariar, significa encontrar, tornar conhecido, identificar, assim como consta no dicionário. Portanto, é descrever de forma acurada cada bem que é considerado, de modo a permitir sua adequada classificação, que é tarefa primordial (IPHAN, 2000)

Segundo Fonseca (2015), o inventário é um instrumento que se encontra especificado na Constituição Federal com o objetivo de proteger o patrimônio cultural brasileiro. Porém ao contrário do ato de tombamento, que possui suas consequências previstas na legislação desde a Constituição de 1937, o inventário não possui regulamentação em lei.

Os inventários de conhecimento são ferramentas relevantes para o planejamento e estabelecimento de diretrizes de proteção dos bens culturais. A partir destes, é possível identificar as áreas sensíveis e forma mais adequada de gestão. Destaca-se ainda a possibilidade de utilizar o inventário como meio de acautelamento preventivo, assim como Cunha Filho (2000) destaca a prática francesa:

Com esse pensamento, procedem, por exemplo, os franceses, que para classificar e oferecer garantias jurídicas a seus monumentos, dividem-os em *classé* (correspondente à tombados, só que com um pouco mais de flexibilidade: “no que tange aos monumentos classe, nenhuma demolição, restauração, ou alteração pode ser efetuada sem o consentimento do ministério”) e *inscrit* (correspondente ao inventário, só que com um pouco mais de segurança: “no caso dos monumentos inscrits, o proprietário deve notificar o ministério com quatro meses de antecedência sobre qualquer modificação que pretenda fazer no edifício”) (CUNHA FILHO, 2000, p. 125).

Desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, no artigo 216, diz que os inventários são suscetíveis de amparo legal como instrumento de proteção de bens culturais, assim como afirma:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Neste sentido, o papel da pesquisa é identificar o que de fato atribui valor para uma determinada sociedade, e qual será a contribuição que esse valor permitirá para que sejam formados, mantidos ou transformados de forma positiva os padrões culturais. A utilização desta forma de pensar nos trabalhos de inventário, faz com que se atribua aos bens o seu papel mais importante, que é a função de ser capaz de construir identidades coletivas, assim como afirma Londres (2000):

Dentro dessa perspectiva, um trabalho de inventário não poderia ficar limitado a considerar o bem na sua feição material e formal, mas deveria tratar também de seu processo histórico de produção e transmissão, e buscar acrescentar à pesquisa os diferentes sentidos e valores que são atribuídos a

esses bens. Ao lado dos valores históricos, artísticos, etnográficos etc. há um valor de referência, ou seja, o papel de determinados bens culturais na construção das identidades coletivas (LONDRES, 2000, p. 34).

Foram estudados os quatro tipos de instrumentos para se fazer um inventário aplicável à espaços construídos, ambos produzidos pelo IPHAN: o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), o Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU), o Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA) e o Inventário Nacional de Referenciais Culturais (INRC). Estes instrumentos são utilizados para bens que possuem referência nacional, e por este caso, constatou-se não ser necessário para este objeto de estudo.

Assim, pesquisou-se outra forma de abordar o assunto, e verificou-se que seria mais interessante utilizar o método de inventário do IPLAN, já que trata de um bem arquitetônico com potencial de relevância cultural para a cidade de Santa Maria.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo se inicia fazendo uma breve apresentação dos problemas na identificação do patrimônio cultural trazendo consigo os métodos e os princípios que foram empregados para desenvolver cada parte dessa pesquisa. Além disso, o trabalho apropriou-se dos valores de seleção estabelecidos aos bens imóveis inventariados pelo IPHAE, utilizando o edifício da SULBRA, localizado no município de Santa Maria no Rio Grande do Sul, como objeto de estudo.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa é classificada como investigativa de caráter exploratório-descritiva. Possui metodologia do tipo qualitativa, fundamentalmente baseada em estudos de caso.

3.1.1 Instrumentos de coleta de dados

As ferramentas que foram utilizadas para coletar os dados foram: análise de documentos, estudo de referências bibliográficas sobre o assunto, fotografias antigas e atuais, visitas técnicas *in loco*, estudo do projeto original e suas modificações no decorrer dos tempos e qualquer outro material de registro e pesquisa que foram capazes de enriquecer o conteúdo deste trabalho.

3.1.2 Análise de coleta de dados

Todos os materiais que foram coletados, foram devidamente examinados e estudados, passando por todas as fases que compreendem a leitura: a leitura exploratória, a seletiva, analítica e reflexiva/interpretativa. Buscou-se, através dessa leitura, obter todas as informações pertinentes para elaboração desta pesquisa.

3.1.3 Fontes de pesquisa

É a pesquisa profunda através da aquisição de dados referentes ao histórico da área, do prédio e seu entorno, bem como todo o processo de sua formação. Nesta

etapa foram consultados o Arquivo Histórico de Santa Maria, assim como o trabalho final de graduação do arquiteto Alberto Brilhante Wolle, que faz um levantamento sobre o edifício em questão.

A função da pesquisa bibliográfica é trazer um diálogo entre as informações relevantes para o desenvolvimento do projeto, juntamente com o tema proposto de trabalho. Desta forma, esta questão foi levantada através de livros, revistas, artigos, legislações, e todo tipo de publicação e estudo que pudesse servir de apoio para embasar esta pesquisa.

3.1.4 Cuidados Éticos

Foram resguardados e devidamente atribuídos os créditos de todas as fontes consultadas, bem como protegidos os documentos analisados.

3.1.5 Relevância para o desenvolvimento Regional/Nacional

O edifício da SULBRA, embora não tenha sido tombado pelo município e nem pelo estado, é um objeto arquitetônico de extrema importância, inserido em um contexto histórico relevante para a cidade de Santa Maria.

Este projeto possui valor enquanto monumento, uma vez que se trata de um dos poucos edifícios modernos encontrados na cidade de Santa Maria. É um marco arquitetônico, político e social. Possui sutilezas arquitetônicas únicas, encontradas em poucas edificações no município, além do valor considerável para a cidade, pois era um ponto de referência importante em sua economia por oferecer serviços e produtos de uma empresa que se destacava publicamente em todo o país.

Desta forma, é indispensável dar atenção a este prédio, mesmo que já tenha sofrido algumas intervenções durante o passar dos anos e usos, e não deixar que o poder imobiliário e a ganância sejam capazes de destruir um bem de relevância cultural.

É indiscutível a importância de levantar uma discussão e reflexão sobre a preservação dos bens culturais arquitetônicos, que são capazes de transmitir o contexto de uma época através deles. A contribuição deste trabalho é a proteção da identidade, da cultura, dos fatos de um tempo, para que outras gerações possam se beneficiar com a leitura e conhecimento de sua história.

3.2 ETAPAS DA METODOLOGIA

A primeira etapa foi a visita em campo, para poder sentir o que aquela arquitetura é capaz de transmitir, além de ter o entendimento geral sobre o assunto abordado. Através desta visita, foi possível colher materiais que puderam ajudar na sustentação dessa pesquisa e no inventário, tais como fotos, detalhes arquitetônicos, alterações no projeto e informações pertinentes para o reconhecimento da área em questão.

Já na segunda etapa, foi o momento de levantar todo o referencial teórico, com o objetivo de embasar este trabalho e entender o que de fato é esta arquitetura para a cidade de Santa Maria. Ao mesmo tempo, buscou-se todo tipo de informação pertinente que pudesse servir para compreensão do assunto, como plantas gerais, imagens, dentre outros.

Na terceira etapa entrou a análise de todo o material coletado para formalizar essa dissertação.

Por fim, a última etapa deste estudo foi a elaboração do material para respaldar todo o questionamento levantado, que é um inventário, para posteriormente entrar com o parecer de tombamento municipal, segundo Lei Municipal Nº 3999, de 24-09-1996. Este é o produto final desta dissertação.

3.3 CATALOGAÇÃO

Os resultados alcançados através dos levantamentos que foram feitos na etapa anterior serviram de base e instrumento de referência para poder fazer o inventário, bem como registrar o edifício da Sulbra, por meio da ficha inventariante da edificação.

Utilizou-se a Ficha de Inventário de Identificação de Bens Imóveis de Santa Maria. A escolha deste método de inventariar foi de extrema importância, uma vez que a pesquisadora pôde ter maior entendimento e percepção dos dados que foram levantados do bem a ser inventariado.

3.4 FICHA DE INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE SANTA MARIA-RS

Para solicitação de tombamento de um bem cultural na cidade de Santa Maria, existe a Lei 3.999/96 que dispõe sobre como proceder para elevar uma edificação à Patrimônio Cultural da Cidade de Santa Maria. Além disso, existe uma ficha modelo presente no site do IPLAN, no qual serve como guia orientador para preenchimento das informações necessárias para posterior avaliação do COMPHIC (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural), para enfim iniciar o processo de tombamento do bem em caráter municipal.

3.5 VALORES DE SELEÇÃO ESTABELECIDOS AOS BENS IVENTARIADOS

Identificar em algum lugar o patrimônio cultural, presume-se atribuir uma escala de valores aos bens que estão sendo avaliados, que podem variar de acordo com quem os atribui. No caso desta pesquisa, apropriou-se dos valores de seleção para os bens imóveis do IPHAE, uma vez que este prédio possui grande relevância para a cidade de Santa Maria. Segue abaixo a descrição desses valores, segundo Denardin (2017):

Instância Cultural – Valor tradicional ou evocativo: significado referencial para a comunidade. Significado afetivo; Referência coletiva: por seu significado torna-se ponto de referência coletiva.

O edifício da SULBRA é uma referência para a comunidade devido ao seu significado e importância cultural para a sociedade santa-mariense. Na época em que foi construído, era um ponto de referência para cidade, seja economicamente falando - uma vez que fornecia produtos de uma empresa que era destaque à nível nacional - seja pela sua arquitetura imponente, com suas qualidades formais modernas evidentes.

Instância Morfológica – Valor arquitetônico: edificações que ofereçam interesse pelas qualidades formais que apresentam.

Estas características arquitetônicas o torna um dos poucos exemplares remanescentes na cidade e, se considerarmos que sua construção é anterior à construção de Brasília, o grande exemplar do modernismo no Brasil, ele pode ser tido como pioneiro neste estilo arquitetônico na cidade de Santa Maria.

Instância Funcional - Compatibilização com a estrutura urbana: delimitação não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano; Uso tradicional: permanência de usos originais nas estruturas existentes.

Por seguir as características do modernismo, funcionalmente o conjunto se compatibiliza com a estrutura urbana, não acarretando conflitos com o seu entorno. É importante salientar que mantém o mesmo uso desde sua construção: venda de máquinas e veículos, antes agrícolas e atualmente automotivos, o que demonstra que este objeto possui uma identidade fixa para esta população. É impossível não associar sua imagem à venda de veículos e à cidade de Santa Maria.

Instância Técnica – Bom estado de conservação: obras que resistiram ao tempo sem adequada manutenção.

Apesar das alterações sofridas no decorrer dos anos, descritos no item 4.2.2 desta dissertação, está bem conservado resistindo às mudanças estilísticas e de gosto ocorridas ao longo do tempo.

Instância Paisagística – Compatibilização com a paisagem urbana: em harmonia com a diversidade da paisagem, com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia; Conjunto de unidades – cenário: sua inexistência descaracteriza o cenário que compõe, o valor existe no conjunto de unidades.

Se integra harmonicamente com o seu entorno, seja em escala, seja em tipologia. Este é um dos motivos mais marcantes da necessidade da sua preservação, pois seu desaparecimento descaracterizará o cenário que compõe a área. Pensar na Rua do Acampamento é lembrar do edifício da SULBRA. O valor referencial existe no conjunto de unidades.

Instância Legal – Proteção Municipal: incidência de legislação de preservação em nível municipal.

Legalmente possui certo grau de proteção municipal por estar localizado na Zona 2 do Centro Histórico da cidade, delimitado como área especial de preservação do patrimônio cultural, onde existem normas de cunho diferenciado para padrões construtivos. Porém, com as alterações de gestão e da legislação esta segurança é relativa pois é possível observar flexibilizações nas leis. Por isto se busca a inventariação, com o objetivo de reforçar a importância da preservação desse edifício que possui grande valor patrimonial para a cidade de Santa Maria.

4 IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL DE SANTA MARIA: O EDIFÍCIO DA SULBRA

Este tópico trata especificamente da análise resultante da aplicação da metodologia ao objeto de estudo, o edifício da Sulbra, no município de Santa Maria. Desta forma, apresenta-se um breve panorama de informações gerais sobre a localização e generalidades sobre a cidade, bem como o histórico envolvendo a área e o edifício em questão. Na sequência apresenta-se a análise do inventário de identificação arquitetônica.

4.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

4.1.1 Localização

O edifício da SULBRA, está localizado na cidade de Santa Maria, região central do estado do Rio Grande do Sul (Figura 3), distante 286 quilômetros da capital gaúcha Porto Alegre. Suas coordenadas são -29,68417 de latitude e -53,80694 de longitude, e possui uma altitude média de 113 metros acima do nível do mar.

Santa Maria é considerada o centro geográfico do estado, e possui como principais acessos rodoviários as BRs 287, 392 e 158. Limita-se à Leste com o município de Restinga Seca; à Oeste, com parte do município de São Gabriel, e com os municípios de Dilermando de Aguiar e São Pedro do Sul; à Norte com os municípios de São Martinho da Serra, Itaára, Júlio de Castilho e Silveira Martins e ao Sul, com Formigueiro, São Sepé e parte do município de São Gabriel.

O prédio situa-se onde hoje está instalado a revenda de automóveis chamada Carhouse Toyota, na Rua do Acampamento, n.º 703, esquina com a Rua Gaspar Martins, no bairro Centro (Figura 4). A área é classificada no Plano Diretor como Zona A, Sub-Zona A1, e seu terreno possui uma área equivalente a 5.041,95m². Está a aproximadamente mil metros do Calçadão, o principal centro comercial da cidade, em local de intenso movimento de carros e pessoas.

Figura 5 - Implantação e Planialtimétrico (s/escala).



Fonte: Prefeitura de Santa Maria, alterado pela autora, 2017.

A gleba situa-se em um dos pontos mais altos da topografia urbana central da cidade (cotas 150 e 152), ou seja, no eixo principal de escoamento, que é na direção Norte-Sul onde se desenvolve a Rua do Acampamento, principal e mais antiga rua da cidade (Figura 5).

4.1.2 Generalidades sobre a cidade

Santa Maria é uma cidade considerada de média estrutura, e possui grande influência para as cidades vizinhas da Região Central do Rio Grande do Sul. Sua economia gira em torno do setor terciário, como o comércio, médico hospitalar, educacional e militar. Em segundo lugar na economia encontra-se a agropecuária (setor primário) e em terceiro, as indústrias de médio e pequeno porte que estão diretamente ligadas à agricultura, mobiliários, calçados e metalurgia.

Por se tratar de uma região central, a cidade foi um ponto estratégico nas questões históricas vinculadas às batalhas com os países da Região do Prata, e isso explica o fato de os investimentos federais, na época, referentes à segurança nacional serem concentrados no município. Desta forma, construiu-se uma estrutura e inclinação em sua economia voltados para a prestação de serviços públicos federais, como os militares (Exército e Aeronáutica) e os da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Conhecida como A Cidade Universitária e como A Cidade Cultura, pelo fato de ter em seu território a primeira universidade federal do interior do estado e um grande número de escolas públicas e privadas, é grande referência em Museus por possuir grande acervo histórico, paleontológico e arqueológico, o que gera grande movimento turístico. Entre museus e memoriais, há 16 espaços das mais diversas modalidades e assuntos; mais de vinte sítios paleontológicos e tendo reconhecimento internacional na área.

O município é dotado de uma gama de prédios históricos conservados, dentre eles o Theatro Treze de Maio, o Clube Caixeiral de Santa Maria, a Vila Belga, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, o Banco Nacional do Comércio e a Estação Ferroviária.

4.2 PESQUISA HISTÓRICA

4.2.1 Pesquisa histórica da área

Sugundo Schlee (2002), a cidade de Santa Maria, desde os primeiros anos de sua ocupação, foi oriunda de um acampamento militar, e seguiu um modelo preciso organizacional. Tal modelo vinha sendo utilizado em todo o Brasil, de forma sistemática, desde o início do século XVIII. Um modelo que tinha como premissa a retilineidade das vias e que se estruturava a partir de uma praça principal, porém que concediam possíveis mudanças de acordo com as dificuldades que poderiam aparecer pelo sítio de implantação.

Através de acordos formados pelos militares, o jeito de traçar as cidades era descrito de forma estratégica, afim de garantir a segurança da área e do país.

Ao que tudo indica, o acampamento militar da Partida Portuguesa da 2ª Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites foi levantado de forma organizada,

como mandava a tradição, e foi ele quem deu origem à cidade de Santa Maria, como Schlee descreve:

Na parte mais alta e plana do terreno, foi definida uma espécie de praça (um terreiro); junto a este descampado, foi escolhido um local para a construção da capela; e, partindo do centro da praça, seguindo o espigão norte-sul, foi demarcada uma via, os povoadores armaram os seus primitivos ranchos (SCHLEE, 2002, p. 11).

Esta via que foi demarcada, em que os povoadores armaram seus ranchos, foi chamada de Rua São Paulo, e teve seu nome preservado até o ano de 1832, quando passou a ser denominada Acampamento⁵ (SCHLEE, 2002). É nesta rua tão importante para a cidade de Santa Maria que está localizado o edifício da SULBRA. Exatamente no ponto onde hoje está localizado o edifício, existia um estreitamento em seu gabarito devido à topografia e também pela existência da primeira edificação do Colégio Centenário, que se encontrava precisamente no eixo desta rua (Figura 7).

Conforme depoimento ao arquiteto Alberto Wolle, no ano de 2006, o Engenheiro Flávio Rolim, que morou na edificação vizinha ao lote, afirmou que a topografia do local acompanhava o desnível que existe no atual muro do Colégio Centenário, aproximadamente 5 metros, e que durante o período de abertura da rua, parte do nível do terreno foi rebaixado para a cota que se observa nos dias atuais.

Nas fotos abaixo, tem-se uma vista aérea da cidade e Santa Maria, na década de 1930, mostrando ao fundo onde encontrava-se o terreno que mais tarde seria da Sulbra (Figura 6). Além disso, há quatro fotos da época cedidas pelo antigo Acervo do Instituto Metodista Centenário, duas primeiras (Figuras 7 e 8) que mostram o desnível na rua em relação à Capela e ao Bloco do Colégio Centenário, assim como outras duas fotos que mostram a abertura da rua, após a demolição da Capela do Colégio (Figuras 9 e 10) até o ano de 2006⁶ (Figura 11), onde é possível observar o desnível configurado que atingiu também a área pertencente ao terreno da SULBRA.

⁵ Entre os anos 1878 e 1879, a Rua do Acampamento foi chamada de Rua 7 de Setembro, porém depois voltou ao nome anterior.

⁶ Esta foto, datada do ano de 2006, ainda mostra o Colégio Centenário antes do incêndio que acabou com grande parte da sua estrutura. No mais, tudo continua da mesma forma, assim como o desnível da rua, que é o assunto deste tópico.

Figura 6 - Vista aérea da cidade na década de 1930, com marcação do terreno ao fundo.



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Santa Maria, alterado por Alberto Wolle, 2006.

Figura 7 - Capela do Colégio Centenário.



Fonte: Acervo do Instituto Metodista Centenário

Figura 8 - Colégio Centenário.



Fonte: Acervo do Instituto Metodista Centenário.

Figura 9 e 10 - Trabalho de abertura da Rua Acampamento.



Fonte: Acervo do Instituto Metodista Centenário.

Figura 11 - Rua do Acampamento, esquina com a Rua Gaspar Martins.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Além disso, Flávio Rolim afirmou que a área pertenceu à família de Nelson Barros, e que na década de 1920, existia ali uma casa que fora demolida. Ainda disse que, posteriormente, o terreno foi vendido juntamente com outros vinculados à família de Ramon Diaz e Família Rolim para a empresa CIPRA⁷, com o objetivo de construir um Hotel Restaurante para atender viajantes, e um salão de exposição e venda de peças, veículos e maquinários agrícolas.

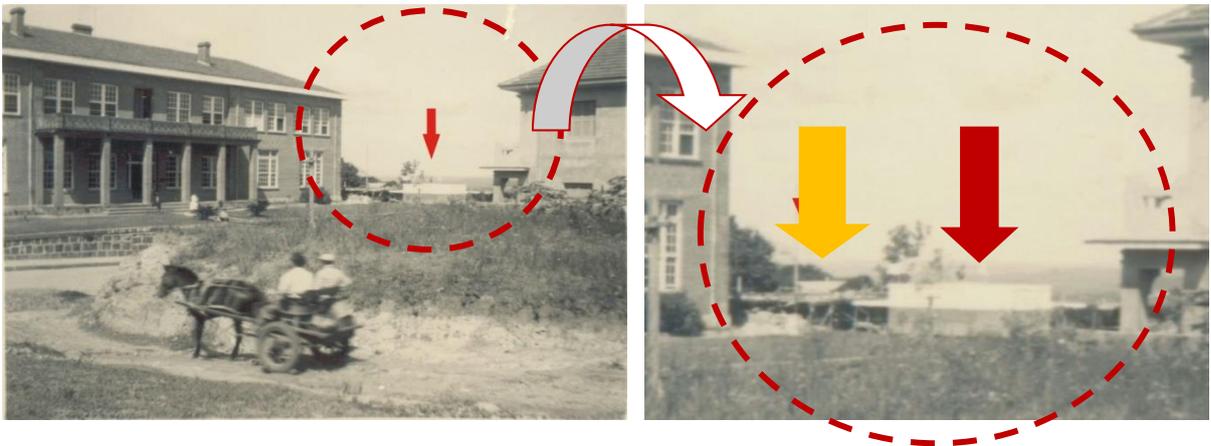
⁷ Empresa fundada em 1945, que representava marcas como Telefunken, Austin e Dodge. Foi o primeiro nome da SULBRA.

4.2.2 Pesquisa histórica da edificação

Ao que tudo indica, o projeto completo do complexo possivelmente foi executado em partes, e além disso, não é possível diagnosticar a ordem precisa das construções de cada bloco. Porém, as primeiras partes a serem edificadas foram o *Service Station*, onde localizavam-se as bombas de gasolina (demolido em 2006), e o bloco anexo que abrigava o bar e os boxes de manutenção dos veículos. No mesmo momento estava sendo construído o prédio que abrigaria o salão de exposições e o Hotel Restaurante. Esta noção é possível devido à documentação encontrada na elaboração desta pesquisa, como as fotos abaixo:

Figura 12 - Colégio Metodista Centenário, e ao fundo, parte do *Service Station* já construída, 1950.

Figura 13 - Ampliação da área circutada.

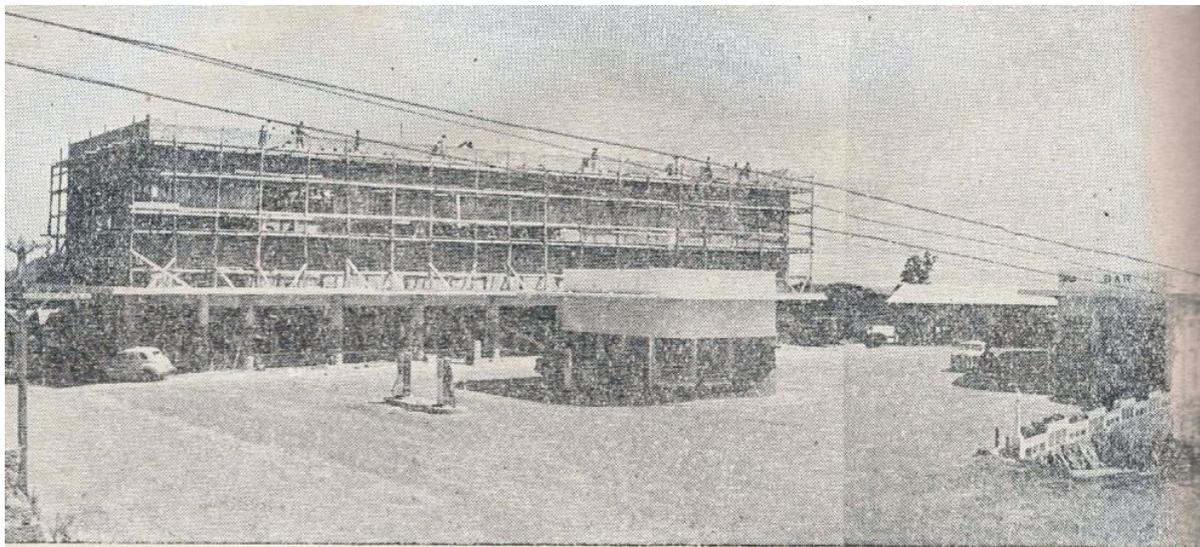


Fonte: Acervo do Instituto Metodista Centenário, alterado pela autora, 2017.

Na imagem ampliada, é possível observar à direita o *Service Station*, e ao lado dele, à esquerda, os andaimes de madeira da construção do Hotel Restaurante e Salão de Exposições, já no nível do mesanino.

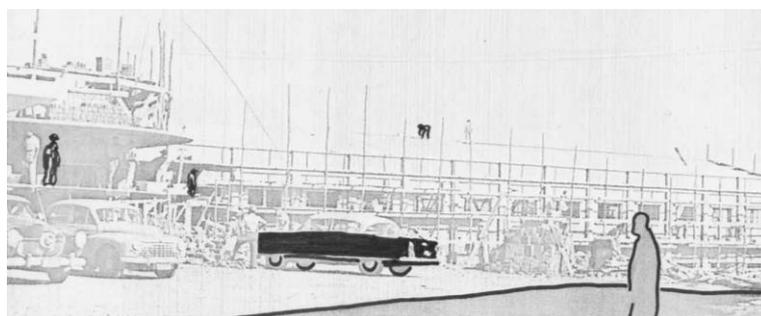
A figura 14 abaixo, do ano de 1953, mostra a construção do Hotel Restaurante e do Salão de Exposições, com o *Service Station* e o anexo do bar e box de veículos.

Figura 14 - Construção do Hotel Restaurante e Salão de Exposições, 1953.



Fonte: Acervo da Casa da Memória Edmundo Cardoso.

Figura 15 - Construção do pavilhão, sem data.



Fonte: Acervo Veísa Veículos.

A figura 15, mostra a construção do pavilhão que abriga as oficinas, que ocorreu após a conclusão do Hotel Restaurante e do Salão de Exposições.

De acordo com as plantas encontradas durante a fase de levantamento das informações desta pesquisa, foram observados dois estudos para o projeto principal. O primeiro estudo, data de 1951 e o segundo, de 1953. Ambos estudos possuem as assinaturas do Engenheiro e Construtor Luíz Bollick, que era um empresário do ramo da construção de renome na cidade naquela época, e de Floriano Dias, que era o proprietário da empresa Floriano Dias Construções, fundada em 1948, registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) sob o número

6553. Até o momento desconhece-se a autoria do projeto, porém é atribuída ao Engenheiro Luíz Bollick.

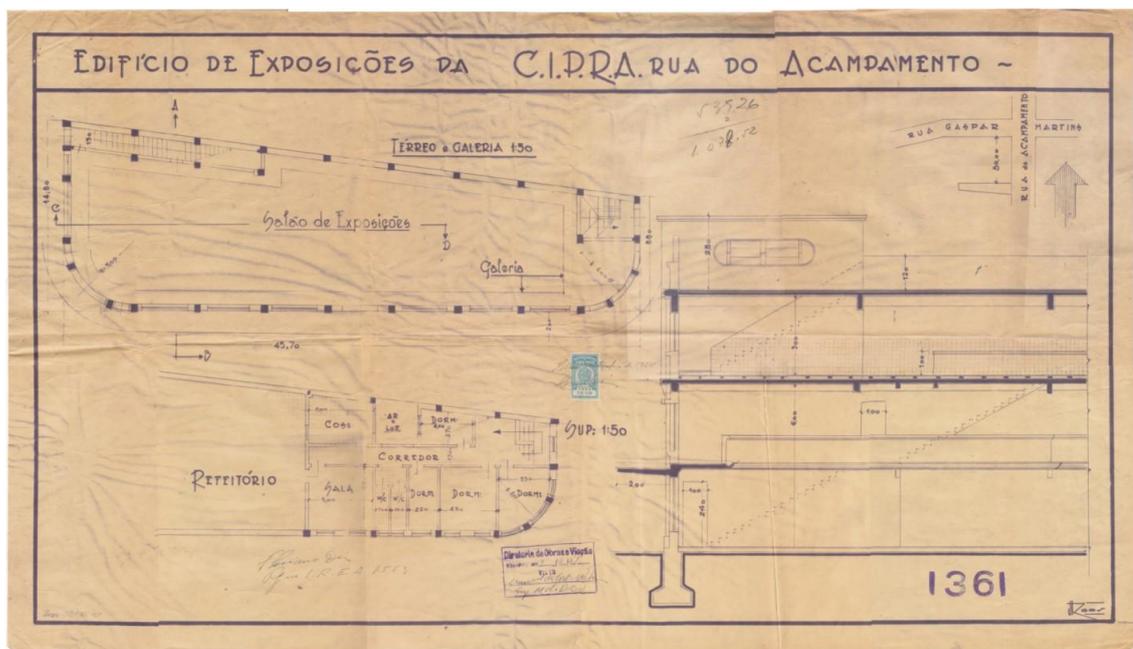
Apesar das duas propostas desenhadas, é importante comentar que nenhuma delas foi totalmente utilizada na construção, e assim foi aplicado um terceiro projeto.

A planta de 1951 (Figura 16), foi provavelmente o primeiro estudo, onde é possível observar o último pavimento sendo ocupado por refeitório, dormitórios e sanitários. A planta é desenhada pelo engenheiro Jaime Rooz e assinada por Floriado Dias e Luíz Bollick. Em uma outra prancha (Figura 17), vê-se o projeto para construção do *Service Station*, em português Estação de Serviço, que servia para o atendimento e abastecimento dos veículos, na CIPRA. Hoje, esta parte do projeto está demolida. O episódio aconteceu em 1998, quando a edificação sofreu alterações para o projeto de venda de automóveis da Revenda Toyota.

Já a planta de 1953 (Figura 18), tem como proposta uma quantidade maior de dormitórios, que serviam de hospedagem para os viajantes, além de banheiros, copa, cozinha, lavanderia e refeitório. O desenho é feito por Maria Helena Brenner e também assinada por Luíz Bollick.

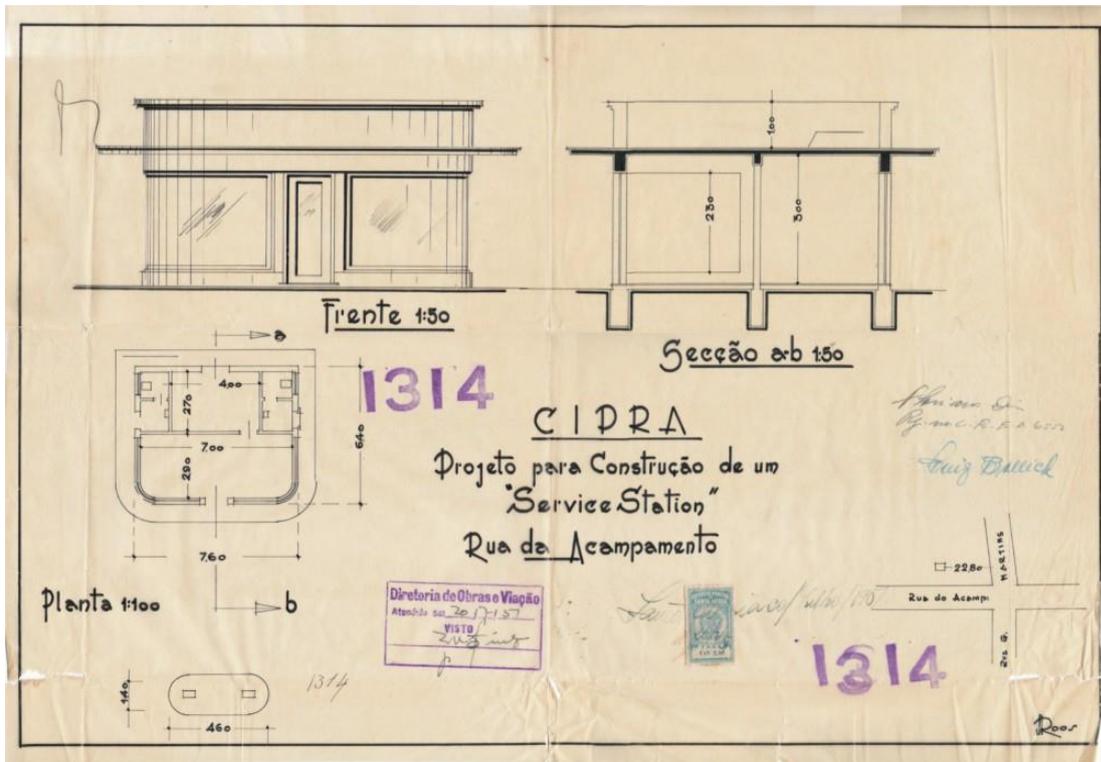
As plantas encontram-se a seguir:

Figura 16 - Planta do projeto datado de 1951, sem escala.



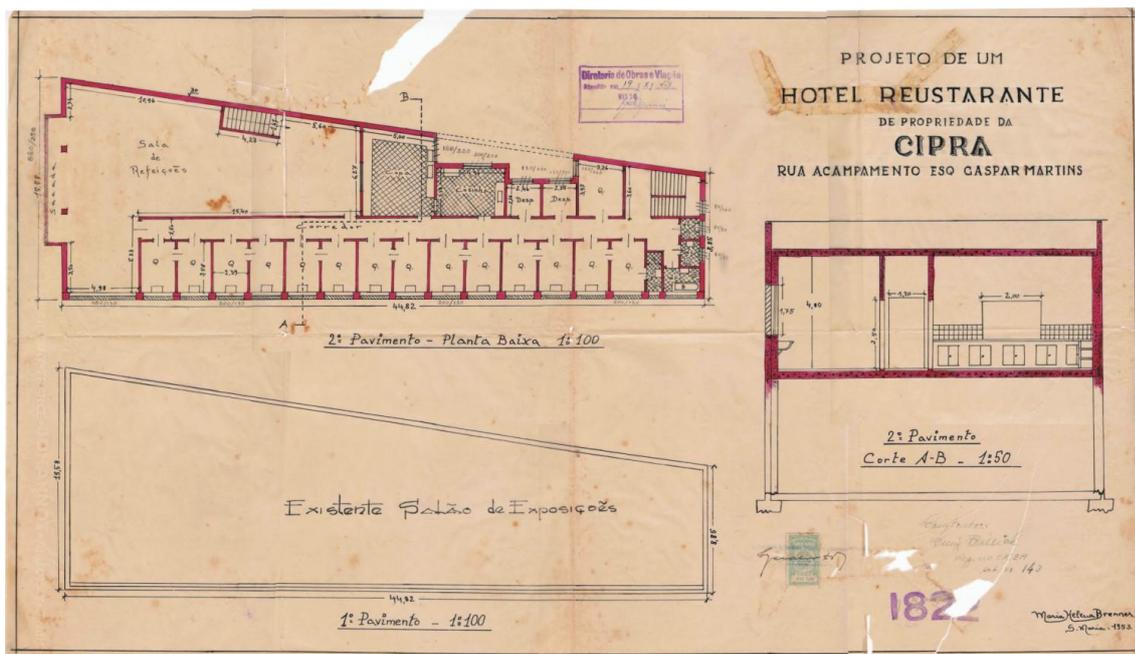
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Figura 17 - Planta do projeto datado de 1951, sem escala.



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Figura 18 - Planta do projeto datado de 1953, sem escala.



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Infelizmente não é possível datar ao certo quando as obras do complexo foram definitivamente concluídas. Porém, o *Service Station*, o Hotel Restaurante e o Salão de Exposições foram finalizados entre os anos 1953 e 1954. Obtêm-se esta conclusão ao analisar as datas que constam na última planta do prédio principal – datada de 1953 -, e também pelo acontecimento da 1ª EXFERSUL (Exposição Filatélica Estadual), nos dias 14 a 16 de novembro de 1954, em Santa Maria. Em ato de comemoração e divulgação do evento, houve a impressão de selos especiais, onde em sua ilustração apareciam os edifícios comerciais e os produtos industriais vendidos no município (Figuras 19 e 20), com o objetivo de mostrar o que era considerado de valor e renome para a cidade de Santa Maria.

Na figura 20, o selo mostra o edifício da CIPRA já concluído, o que se leva a acreditar que sua construção foi finalizada entre os anos de 1953 e 1954, conforme a data publicada.

Figura 19 - Selos 1ª EXFERSUL.



Fonte: Acervo Alberto Wolle.

Figura 20 - Selo 1ª EXFERSUL com o edifício da CIPRA



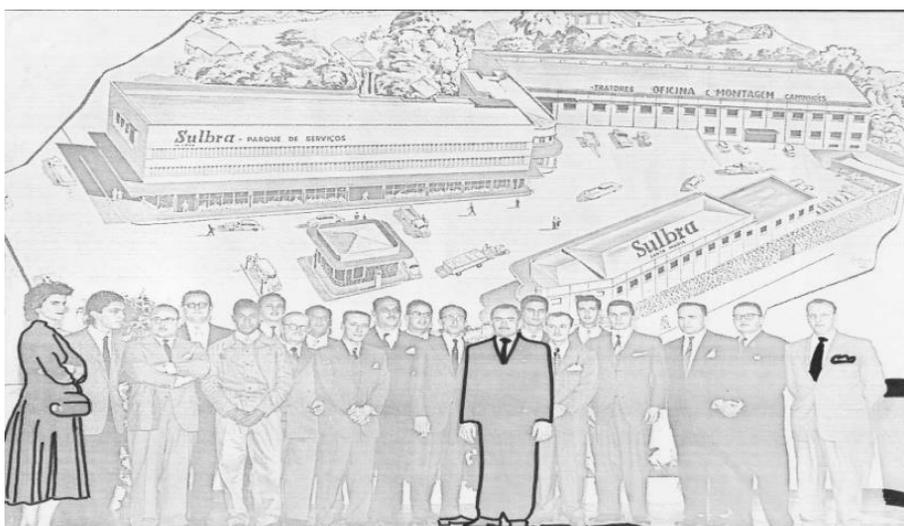
Fonte: Acervo Alberto Wolle.

É relevante salientar que, a utilização da imagem do prédio da CIPRA nesses selos, além dos estudos realizados neste trabalho, mostra a considerável importância deste complexo para a cidade de Santa Maria. Era um ponto de referência para a economia da cidade por oferecer serviços e produtos de uma empresa que era destaque em todo o país, além de possuir características arquitetônicas muito marcantes e únicas, presente em poucas edificações da cidade.

Posteriormente a empresa deixa de ser CIPRA e passa a ser chamada de Parque de Serviços da SULBRA (Sul Brasileira de Comércio, Importação e Exportação S.A.), como até hoje é conhecida na memória da população santamariense.

Além de ter sido o construtor da edificação, Luíz Bollick passou a fazer parte do Conselho Fiscal da SULBRA, tendo participação nos negócios da empresa que tinha como presidente A. Berni. Na imagem abaixo (Figura 21), é possível ver os membros da empresa e ao fundo, uma imagem do complexo do Parque de Serviços e suas instalações, como o *Service Station*, bar e pavilhões de manutenção de veículos.

Figura 21 - Membros da Sulbra e seu complexo.



Fonte: Acervo Veísa Veículos.

Na próxima imagem (Figura 22) é possível observar a edificação já concluída, sem data registrada. Esta foto é o que se tem de mais próximo encontrado até o momento, onde mostra o conjunto ainda com suas prováveis características originais.

Figura 22 - Fachada principal do Edifício da Sulbra



Fonte: Acervo da Veísa Veículos.

Figura 23 - Salão de Exposições.



Fonte: Acervo da Veísa Veículos.

Figura 24 - Salão de Exposições.



Fonte: Acervo da Veísa Veículos.

Figura 25 - Salão de Exposições, 1957.



Fonte: Acervo da Veísa Veículos.

Figura 26 - Salão de Exposições.

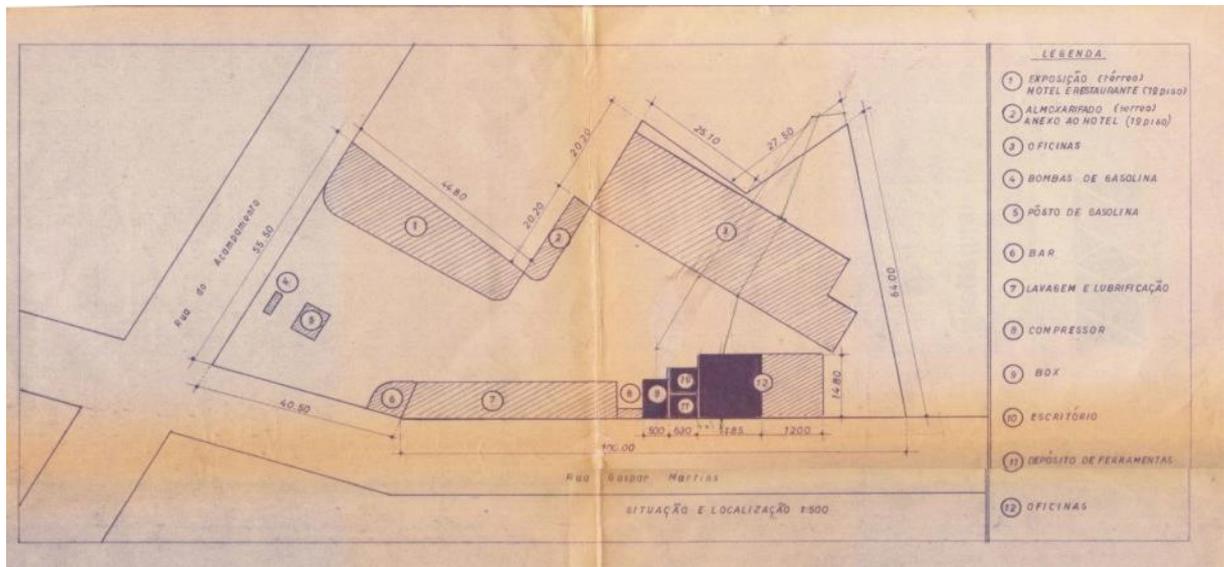


Fonte: Acervo da Veísa Veículos.

As figuras 23 e 24, mostram o salão de exposições e vendas de veículos e peças. O espaço também era multifuncional, sendo utilizado para lançamentos de modelos automotivos, além de jantares e coquetéis comemorativos, assim como congressos de funcionários (Figura 25) e recepções de autoridades que representavam marcas estrangeiras (Figura 26).

No total, o Parque de Serviços da SULBRA possuía, além do edifício que abrigava a Sala de Exposições e o Hotel Restaurante, toda a infra-estrutura necessária para a completa manutenção de qualquer veículo, como oficinas, posto de gasolina, espaço para lavagem e lubrificação, compressor, box, escritório, depósito e bar, como é possível analisar na planta a seguir (Figura 27).

Figura 27 - Planta de Situação e Localização, sem escala.

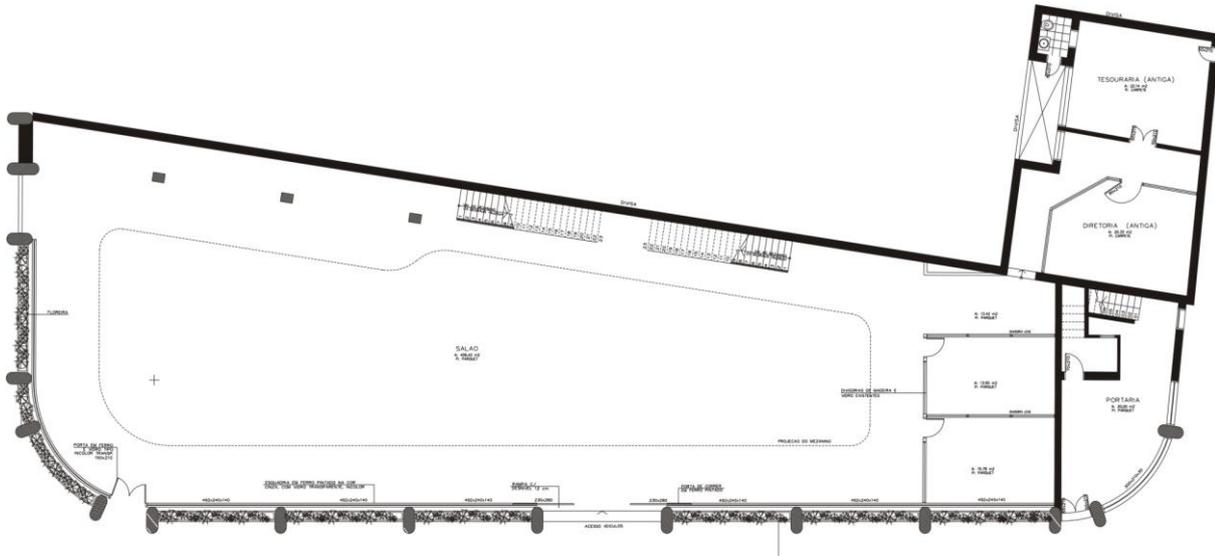


Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Os blocos que aparecem mais escuros no projeto, faziam parte do que ainda estava em aprovação no momento de elaboração desta planta (Figura 27). A mesma foi assinada pelo Engenheiro Flávio Lúcio Rolim no ano de 1964, revelando que parte do complexo foi edificada posteriormente à execução desta fase.

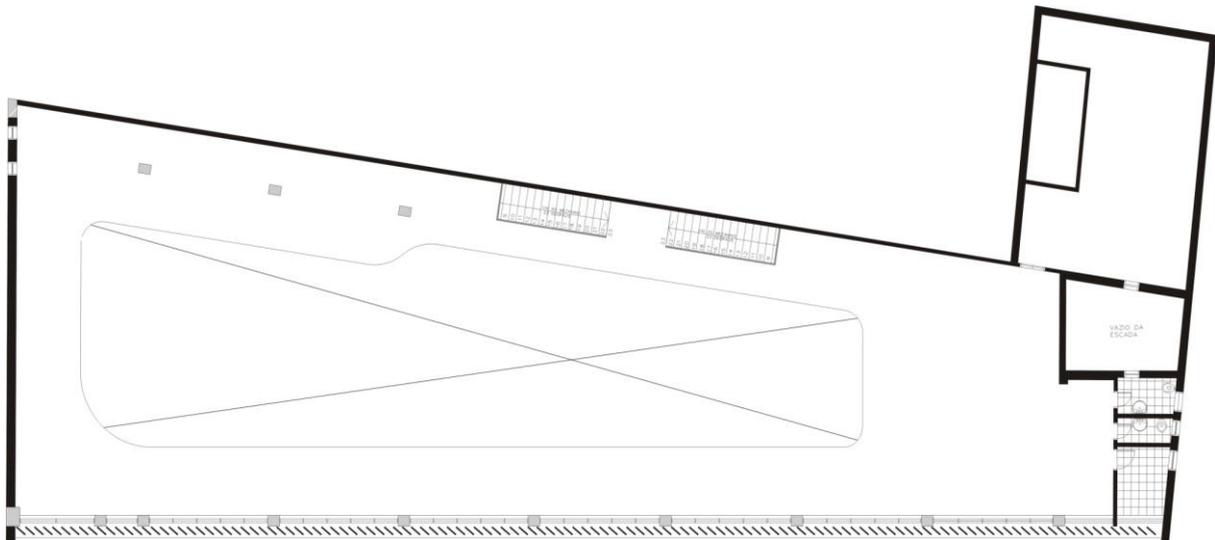
As plantas a seguir (Figuras 28 e 29) mostram as plantas baixas da edificação a partir de um levantamento feito *in loco* pela empresa Monserrat Arquitetura, no ano de 1997. É possível observar que a proposta, até então verificada nessas plantas feitas a mão, foi devidamente aceita e construída pela CIPRA. Parte-se do princípio que certamente aconteceram algumas modificações ao longo do tempo em relação à proposta original, mas nada que causasse uma grave descaracterização.

Figura 28 - Planta Baixa do Pavimento Térreo, sem escala.



Fonte: Acervo Monserrat Arquitetura.

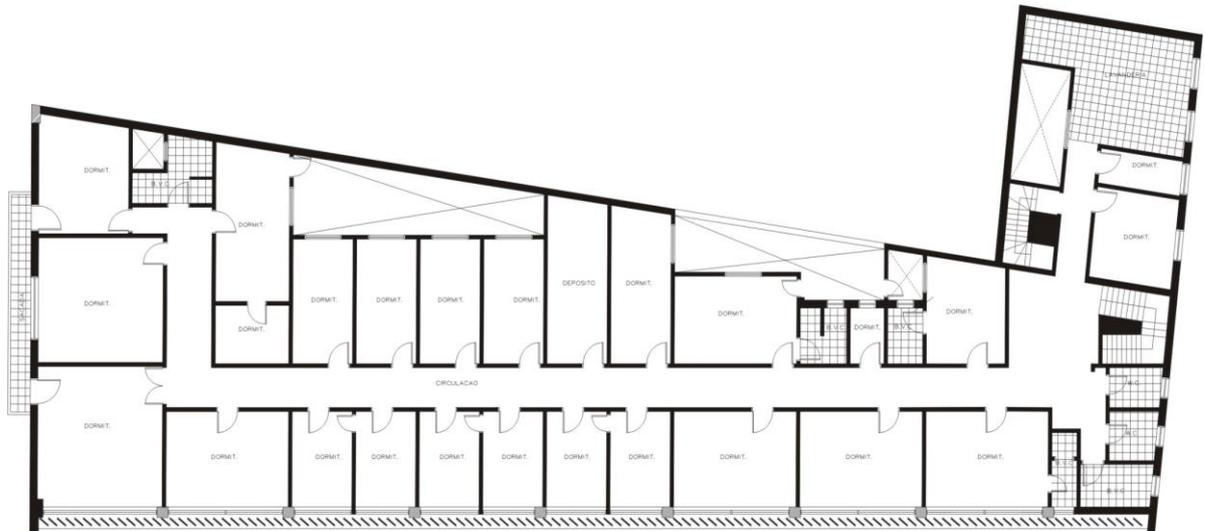
Figura 29 - Planta Baixa do Mesanino, sem escala.



Fonte: Acervo Monserrat Arquitetura.

A figura 30 mostra a terceira e, possivelmente, última proposta de projeto que foi definitivamente construída. Ao contrário das outras duas plantas ilustradas anteriormente, esta possui uma quantidade maior de dormitórios, onde retirou-se do programa a sala de refeições e construído um volume anexo ao lado da escada que dava acesso aos pavimentos. Não é possível definir claramente se essas alterações na proposta foram elaboradas desde a construção da edificação ou se ocorreram depois.

Figura 30 - Planta Baixa do Segundo Pavimento, sem escala.



Fonte: Acervo Monserrat Arquitetura.

As figuras 31 e 32 mostram a edificação antes das reformas que ocorreram no ano de 1998. Nesta época suas características originais ainda eram preservadas, como o revestimento em pedra nos pilares, vedação em vidro no salão de exposições que inclusive acompanhava a curvatura se alinhando aos pilares, aberturas circulares na fachada lateral e o anexo próximo ao volume principal, ambos na parte Sudoeste.

Figura 31 - Características originais das fachadas em 1998.



Fonte: Acervo Andrey Schlee.

Figura 32 - Características originais das fachadas.



Fonte: Acervo Andrey Schlee.

Nas próximas imagens (Figuras 33 e 34), aparecem o interior da edificação, ainda com as escadas e mezanino intactos. Hoje já não existe mais o guarda corpo

do mezanino e o vão foi fechado com placas de madeira. As escadas, infelizmente, foram demolidas e seus vãos foram fechados com concreto.

Figura 33 - Escadas de acesso do Têrreo ao Mezanino.



Fonte: Acervo Andrey Schlee.



Fonte: Acervo Andrey Schlee.

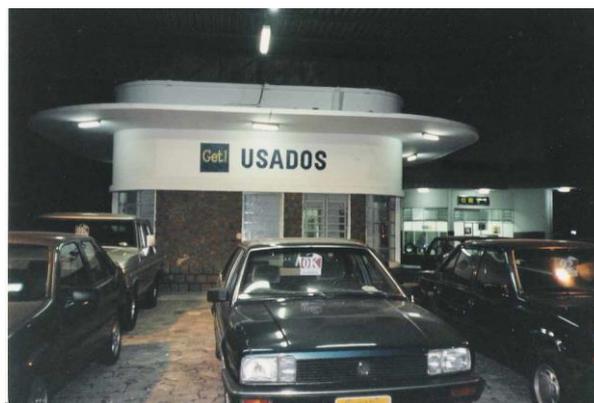
As figuras 35 e 36 mostram algumas partes do complexo que ainda estão preservados. A primeira, mostra onde era originalmente o bar, ainda com seu revestimento em pedra em parte da fachada frontal, enquanto a segunda, mostra o *Service Station* antes de ser demolido nas ultimas reformas.

Figura 35 - Bar.



Fonte: Acervo de Andrey Schlee.

Figura 36 - *Service Station*.



Fonte: Acervo de Andrey Schlee.

A imagem a seguir (Figura 37) mostra uma visada na Rua do Acampamento, sentido Avenida Fernando Ferrari, da parte do conjunto antes da descaracterização da edificação e da demolição do *Service Station*.

Figura 37 - Visada Rua do Acampamento, 1998.



Fonte: Acervo de Andrey Schlee.

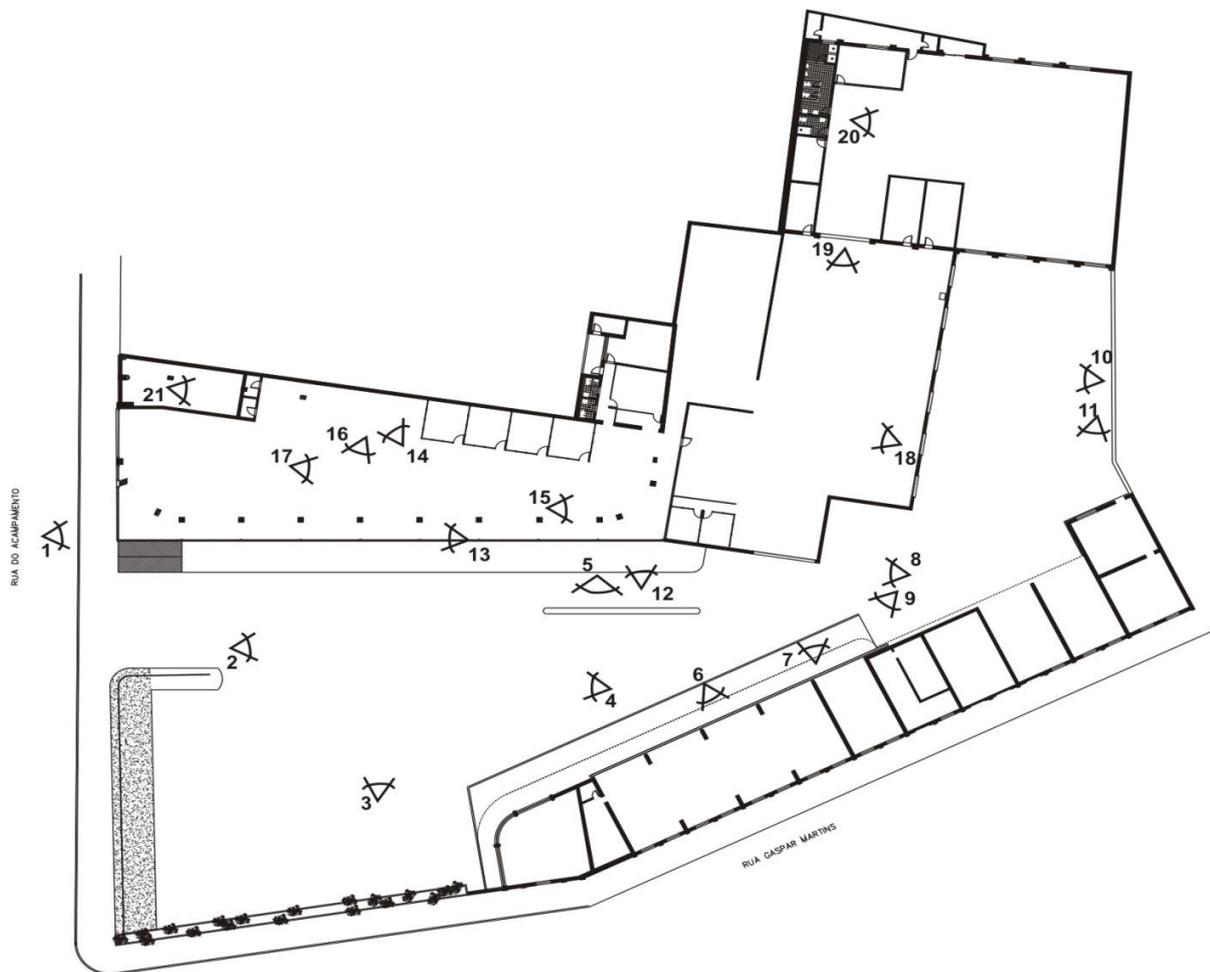
A construção do edifício da SULBRA foi um marco para a cidade de Santa Maria. Portador de uma arquitetura singular, possui valor para aqueles que, durante o período de seu funcionamento, puderam desfrutar de suas atribuições. É inegável sua relevância quanto objeto arquitetônico, e por isso a importância de sua preservação, para que possa perdurar na memória não somente daqueles que foram privilegiados em usufruir do seu complexo, como também daqueles que poderão entender a essência de sua formação.

4.3 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA EDIFICAÇÃO

Para melhor entendimento para posterior debate, foi feito um levantamento fotográfico das áreas pertencentes ao complexo, como vê-se a seguir. O levantamento foi feito no ano de 2006 pelo Arquiteto e Urbanista Alberto Brilhante Wolle, quando ainda era possível acessar o prédio.

Abaixo segue a planta do pavimento térreo (Figura 38) com a marcação das visadas fotográficas (Figuras 39 a 59).

Figura 38 - Planta do Pavimento Térreo do complexo, com marcação das vizadas



Fonte: Acervo Monserrat Arquitetura, alterada por Alberto Wolle, 2006.

Figura 39 - Visada 1.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 40 - Visada 2.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 41 - Visada 3.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 42 - Visada 4.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 43 - Visada 5.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 44 - Visada 6.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 45 - Visada 7.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 46 - Visada 8.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 47 - Visada 9.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 48 - Visada 10.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 49 - Visada 11.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 50 - Visada 12.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 51 - Visada 13.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 52 - Visada 14.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 53 - Visada 15.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 54 - Visada 16.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 55 - Visada 17.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 56 - Visada 18.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 57 - Visada 19.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 58 - Visada 20.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

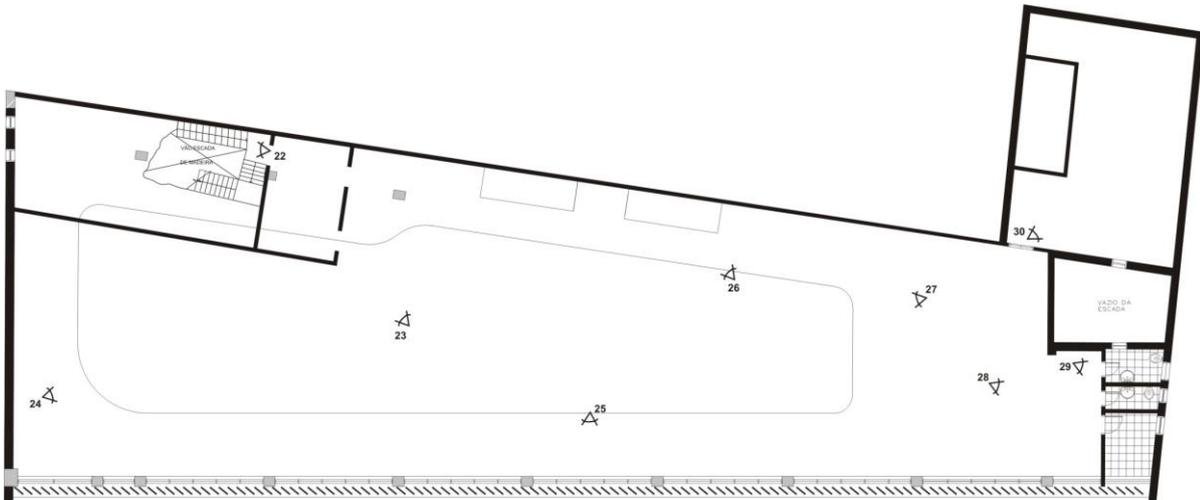
Figura 59 - Visada 21.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

A planta a seguir (Figura 60), mostra as visadas da planta baixa da edificação principal, no nível do mezanino (Figuras 61 a 69). Assim como as fotos anteriores, são datadas de 2006, com registro feito pelo Arquiteto Alberto Brilhante Wolle. Observa-se que o vão do mezanino foi fechado com estrutura metálica e placas de madeira, durante as obras de instalação da loja da Toyota, no ano de 1998. Além disso foi colocado no piso térreo forro de gesso, configurando o teto do respectivo andar.

Figura 60 - Planta Baixa do Mezanino.



Fonte: Acervo Monserrat Arquitetura, alterada por Alberto Wolle, 2006.

Figura 61 - Visada 22.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 62 - Visada 23.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 63 - Visada 24.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 64 - Visada 25.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 65 - Visada 26.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 66 - Visada 27.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 67 - Visada 28.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 68 - Visada 29.



Figura 69 - Visada 30.

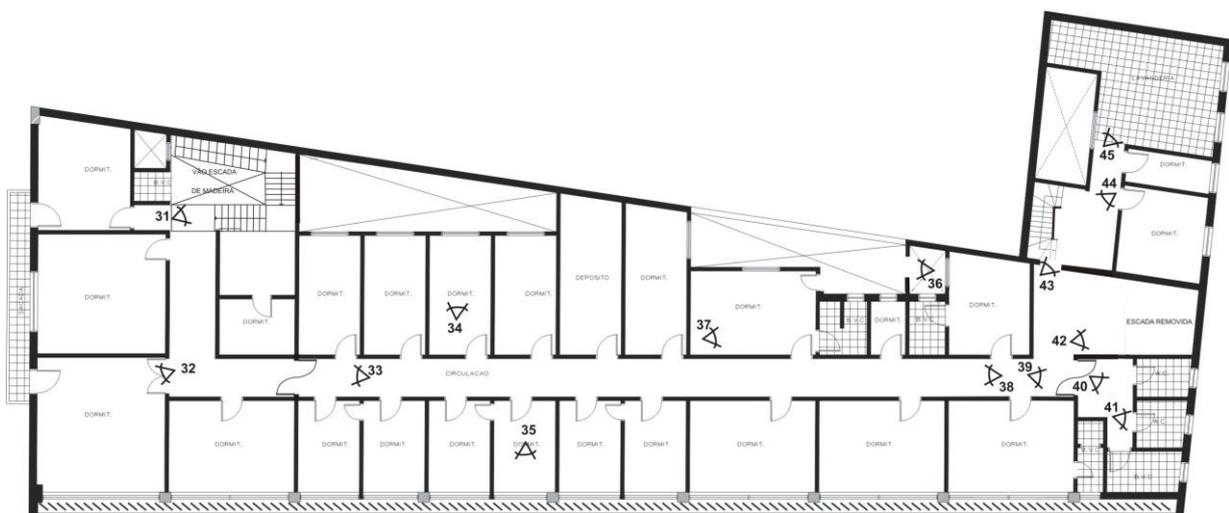


Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Abaixo encontra-se a planta baixa do segundo pavimento (Figura 70) com as marcações das visadas (Figuras 71 a 85). Ele seria destinado ao Salão de Exposições e Hotel, e já se encontra com as descaracterizações feitas através das reformas para novo uso. Atualmente encontra-se desocupado.

Figura 70 - Planta Baixa Segundo Pavimento, sem escala.



Fonte: Monserrat Arquitetura, alterada por Alberto Wolle, 2006

Figura 71 - Visada 31.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 72 - Visada 32.



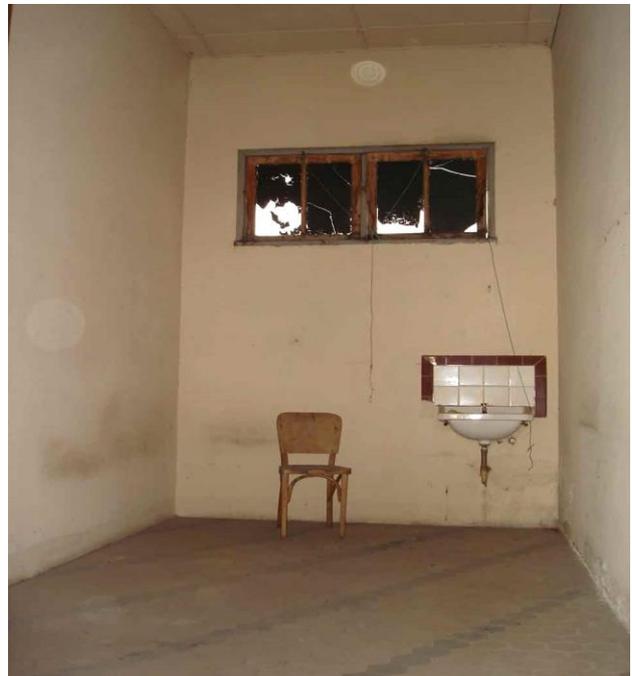
Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 73 - Visada 33.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 74 - Visada 34.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 75 - Visada 35.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 76 - Visada 36.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 77 - Visada 37.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 78 - Visada 38.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 79 - Visada 39.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 80 - Visada 40.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 81 - Visada 41.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 82 - Visada 42.



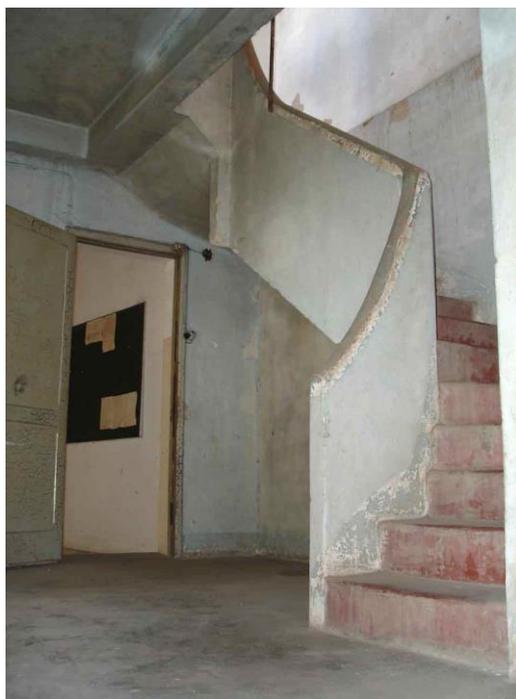
Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 83 - Visada 43.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 84 - Visada 44.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

Figura 85 - Visada 45.



Fonte: Acervo Alberto Wolle, 2006.

5 PRODUTO DA DISSERTAÇÃO - O INVENTÁRIO DO EDIFÍCIO DA SULBRA

Neste capítulo será apresentado o produto final para o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. Trata-se de um inventário do edifício da SULBRA, que será entregue ao Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN), com o objetivo de assegurar a sobrevivência do objeto deste estudo, intitulando-o como Patrimônio Arquitetônico Moderno.

5.1 A LEI MUNICIPAL E A FICHA DO IPLAN

5.1.1 Lei Municipal 3.999/96

Esta lei dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural no município de Santa Maria, e foi aprovada na Câmara dos Vereadores desta cidade no dia 24 de setembro de 1996. Em seu artigo 1º diz que:

Art. 1º - Constitui Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no seu território, que seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente da atividade humana e do passar do tempo em virtude de:

- a) Sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos;
- b) Seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico ou folclórico;
- c) Sua relação com a vida e a paisagem do Município [...] (SANTA MARIA, 1996).

Além disso, nos artigos 2º e 3º, a lei orienta que os bens que sejam dispostos ao tombamento deverão ter sua inscrição no Livro do Tombo, e que os objetos que pertencem tanto às pessoas físicas quanto às jurídicas, privado e público interno, estão sob resguardo da mesma.

O órgão de assessoramento responsável pela proteção, que está vinculado ao prefeito por linha de coordenação, é o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHIC-SM). A ele compete:

- a) Inventariar e registrar os bens cujas características ensejam preservação;
- b) Cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento emitindo parecer fundamentado;
- c) Apreciar, de ofício ou requerimento, a conveniência de tombamento, emitindo parecer ao tombamento fundamentado;

- d) Proceder ao tombamento provisório;
- e) Encaminhar ao Prefeito para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo;
- f) Articular-se com os demais órgãos da administração Municipal, para o atendimento de suas finalidades e, especialmente, para fiscalização do cumprimento da Lei (SANTA MARIA, 1996).

Para iniciar o processo de tombamento de um bem, será necessário entrar com o requerimento do proprietário ou de qualquer outra pessoa que deseja fazê-lo, bem como a proposta de qualquer membro do COMPHIC-SM, ou por alguma solicitação do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal.

Com base nesta lei, neste primeiro momento será feito apenas o inventário, o qual será importante para subsidiar um futuro tombamento do edifício da Sulbra. Segundo seu art.18, a proposta de Tombamento Municipal assegura a proteção, vigilância e fiscalização permanente do bem, fazendo com que o COMPHIC-SM inspecione sempre que julgar necessário.

5.1.2 Inventário de Identificação e a ficha do IPLAN

Para esta etapa de inventário do patrimônio cultural material, usou-se o Inventário de Identificação, um método técnico tradicional de identificação arquitetônica. Neste caso, para este trabalho, a ficha utilizada foi a existente no IPLAN, por se tratar de um edifício com grande relevância para a cidade de Santa Maria.

Fazer este inventário consiste em catalogar *in loco* a edificação que abriga a antiga Sulbra, bem como utilizar fotos em algumas situações que não são permitidos o acesso, como é o caso do mezanino, onde as escadas para acessá-lo foram demolidas, como foi dito no item anterior. Para fazer esse registro é importante fornecer algumas informações específicas voltadas a esta área de conhecimento, que já estão previamente definidas na ficha.

A ficha utilizada foi a Ficha de Inventário de Bens Imóveis de Santa Maria/RS (Ver Apêndice A), que contém os seguintes questionamentos:

1. Finalidade
2. Código
3. Identificação
4. Fotografia
5. Grau de Proteção

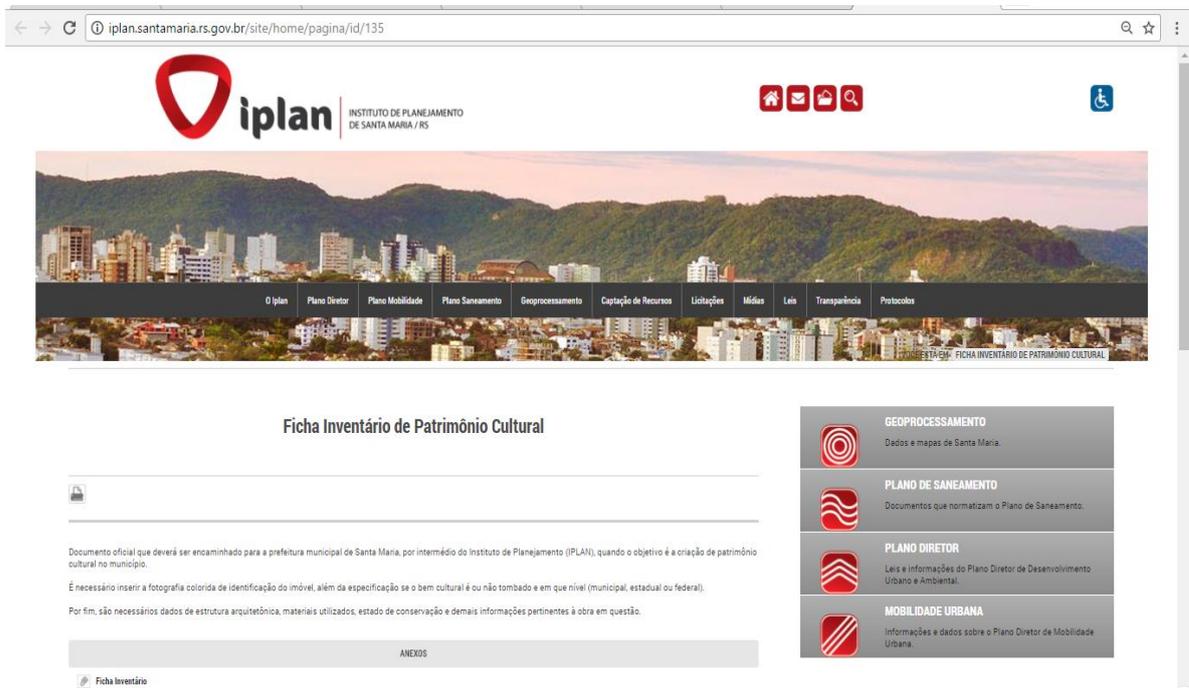
6. Descrição Arquitetônica da Edificação
7. Tipo de Estrutura
8. Materiais
9. Esquadrias
10. Estado de Conservação
11. Estado Físico
12. Entorno Próximo
13. Observações
14. Responsável Técnico
15. Data e Assinatura do Responsável Técnico

Além desses itens, há três anexos que também deverão ser preenchidos, a fim de valorizar o nível de informações referentes ao prédio que será inventariado. O primeiro solicita informações sobre o Levantamento Histórico da edificação; o segundo, sobre o Levantamento Arquitetônico, como plantas baixas, cortes, fachadas, dentre outros; enquanto o terceiro, o Registro Fotográfico, com imagens do entorno, das partes internas e externas da edificação, e etc.

Para a realização do Inventário, utilizou-se fotos não somente de autoria da pesquisadora, como também as pertencentes ao acervo do arquiteto Alberto Brilhante Wolle, pois o mesmo fez um levantamento do edifício em uma época em que eram permitidos o acesso e a captura das imagens de todo o complexo, o que não foi autorizado por completo para a autora. As imagens utilizadas são as que somente não aparentam alterações apenas o desgaste natural do tempo, uma vez que a própria autora fez o levantamento pessoalmente *in loco*.

No site do IPLAN é possível identificar facilmente o modelo do documento que se encontra em anexo no site, que é a Ficha de Inventário de Patrimônio Cultural, através da aba Plano Diretor e depois na aba Ficha Inventário. Esta ficha deve ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Santa Maria, por intermédio do Instituto de Planejamento de Santa Maria, quando há a intenção de promover um bem à patrimônio cultural do município. Abaixo, a entrada do site do IPLAN:

Figura 86: Imagem do site do IPLAN – Ficha de Inventário de Patrimônio Cultural.



Fonte: Site do IPLAN. www.iplan.santamaria.rs.gov.br - ago.2017

5.1.3 Ficha preenchida de Inventário

A seguir, segue a ficha preenchida de inventário, produto desta dissertação:

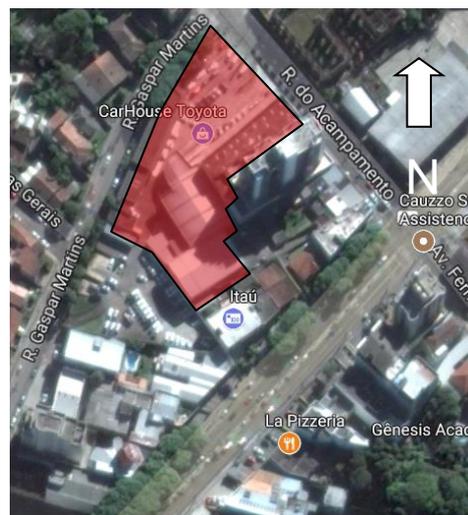
INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE SANTA MARIA/RS

1. **FINALIDADE:** Inventário de registro – tombamento municipal
2. **CÓDIGO:** -

3. IDENTIFICAÇÃO:

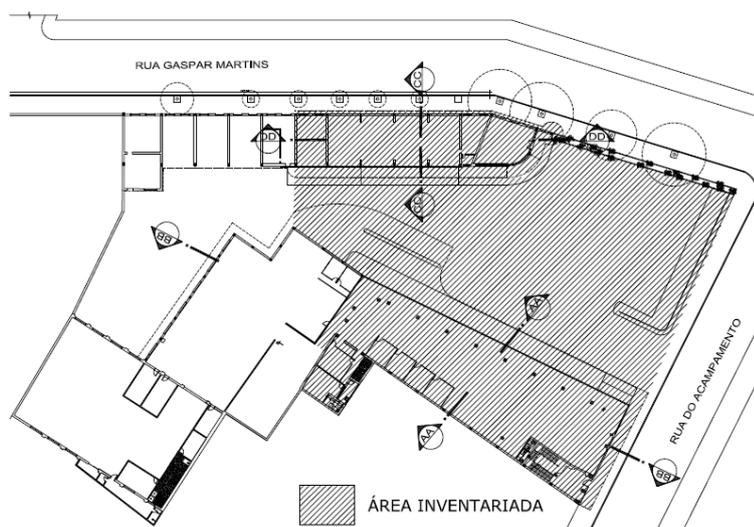
- 3.1. **Município:** Santa Maria/RS.
- 3.2. **Distrito:** 1º Distrito – Sede.
- 3.3. **Endereço:** Rua do Acampamento, nº 713, esquina com a Rua Gaspar Martins – Centro.
- 3.4. **Orientação cadastral:**
SE.0011.0029.0055.001/SE.0011.0029.0055.002
- 3.5. **Matrícula do imóvel:** 92.359
- 3.6. **Quarteirão formado pelas vias:** Rua do Acampamento, Rua Gaspar Martins e Avenida Nossa Senhora Medianeira, Rua 19 de Novembro.
- 3.7. **Denominação:** Antiga Sulbra
- 3.8. **Uso original/atuat:** Edificação comercial com Hotel Restaurante para atender viajantes, salão de exposição e venda de peças, veículos e maquinários agrícolas, bem como prestação de serviço para esses veículos e maquinários. / Venda e revenda de veículos da marca Toyota e prestação de serviços para estes automóveis.
- 3.9. **Nome do Proprietário:** Construtora Jobim
- 3.10. **Endereço do Proprietário:** Rua professor Braga, 125
- 3.11. **Telefone e e-mail do Proprietário:**
(55) 3026 2288/9972 4040

3.12. Planta de situação:



■ Lote da edificação

Figura 01: Mapa
Fonte: Google Earth (2017)



4. FOTOGRAFIA:



Figura 02: Fachada Noroeste do Edifício da antiga Sulbra
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

5. GRAU DE PROTEÇÃO:

O conjunto da antiga Sul Brasileira de Comércio, Importação e Exportação S.A. (SUBRA - 1954), atual revenda House Car Center Veículos Ltda. (com o nome fantasia CarHouse Toyota, desde 2002), não é tombado, mas por estar situado na Zona 2 – Centro Histórico, conforme a Lei Complementar nº 072/2009 (LUOS), pertence a zona delimitada como área especial de preservação do patrimônio cultural, na qual vigoram normas diferenciadas para padrões construtivos, portanto faz parte do rol de imóveis assegurados pela legislação.

6. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA DA EDIFICAÇÃO:

Edificação comercial construída na década de 1950 com estilo arquitetônico Moderno. Prédio em três pavimentos fazendo parte de um conjunto arquitetônico composto por setor de vendas, oficina de montagem e conserto de veículos.

7. TIPO DE ESTRUTURA:

Estrutura independente com pilares e vigas em concreto armado e fechamento em alvenaria.

8. MATERIAIS:

- Cobertura: 2 águas em fibrocimento, coroamento com platibanda maciça em alvenaria de tijolo de barro cozido assentados com argamassa de cal e areia.
- Vedação: Alvenaria de tijolo de barro cozido assentados com argamassa de cal e areia. Brises verticais em concreto pré-moldado revestido como as paredes.

ARQUITETA E URBANISTA RAQUEL GONZALEZ POUBEL MENDES

Rua Venâncio Aires, 2035 - 8º andar / Centro - Santa Maria - RS / CEP 97010-005 / Fone: (55) 3219-0104 - (55) 3218-1072
iplan.santamaria.rs.gov.br

- Revestimento de fachada: paredes revestidas em argamassa de cal e areia e pintada com tinta acrílica branca.
- 1º Pavimento: Térreo:
Piso: porcelanato polido.
Parede: Alvenaria de tijolo de barro cozido rebocada com argamassa de cal e areia;
Vidro temperado transparente liso.
Soleira: granito polido.
Forro: Gesso acartonado.
- 2º Pavimento (antigo mezanino):
Piso: Cimento queimado.
Parede: Alvenaria de tijolo de barro cozido rebocada com argamassa de cal e areia.
Teto: Laje emassada e pintada.
- 3º Pavimento:
Piso: ladrilho cerâmico e parquet.
Revestimento interno: parede emassada e pintada; revestimento cerâmico branco 15x15 com brilho até 1,55m nas áreas molhadas.
Forro: tipo Eucatex modular.
- Pintura Externa: cor branca.
- Pintura Interna: cor branca e bege 2º e 3º pavimentos.
- Fechamento do lote: Paredes das edificações em alvenaria de tijolo de barro cozido emassada e pintada nas laterais e fundos; gradil metálico (tubo de metalão e painéis de tela) na frente do lote (Rua do Acampamento); muro de pedra de basalto regular e alvenaria de tijolo de barro cozido emassada e pintada rente à Rua Gaspar Martins.
- Escada improvisada em madeira, construída através de uma abertura na laje do segundo e do terceiro pavimento.
- Escada de acesso ao terraço da lavanderia em concreto com piso de cimento queimado na cor vermelha e peitoril em alvenaria de tijolo maciço assentado e revestido com argamassa de cal e areia.

9. ESQUADRIAS:

Terceiro Pavimento:

Janelas

- Janelas dos dormitórios:
J1 - 2,30X1,20/1,20m, 4 folhas de abrir com vidros brancos cada e postigos com 4 almofadas, ambas de madeira de lei maciça (cedro); 15 unidades
J2 - 1,73X1,26/1,10m, 8 vidros brancos fixos de 2 em 2 intercalados por 3 básculas com 17 painéis de vidros compostos por verticais de 3 folhas cada; 1 unidade
J5 - 1,15X1,20/1,15m, 2 folhas de abrir com 4 vidros brancos e postigo com 4 almofadas cada; 1 unidade
J6 - 0,70X0,65/1,60m, esquadria metálica em ferro cantoneira com basculante de vidro branco composto por 2 vidros superiores móveis e 1 vidro inferior fixo; 3 unidades

J7 - 1,00X1,50/1,15m, 2 folhas de correr com vidro branco e duas bandeiras fixas compostas por vidros incolores, ambas de madeira de lei maciça (cedro); 1 unidade

J8 - 1,50X1,40/ 1,20m, esquadria metálica em ferro cantoneira com basculante de vidro composto por 5 vidros móveis e 16 vidros fixos; 1 unidade

J9 - 1,50X0,75/2,15m, esquadria com duas folhas pivotantes na horizontal composta por 2 vidros brancos pintados cada, ambas de madeira de lei maciça (cedro); 4 unidades

J10 - 2,40X1,40/1,40m, esquadria com 4 folhas de correr na horizontal com vidro branco nas laterais medindo 1,04m cada e bandeira medindo 0,30m, em madeira de lei maciça (cedro); 1 unidade

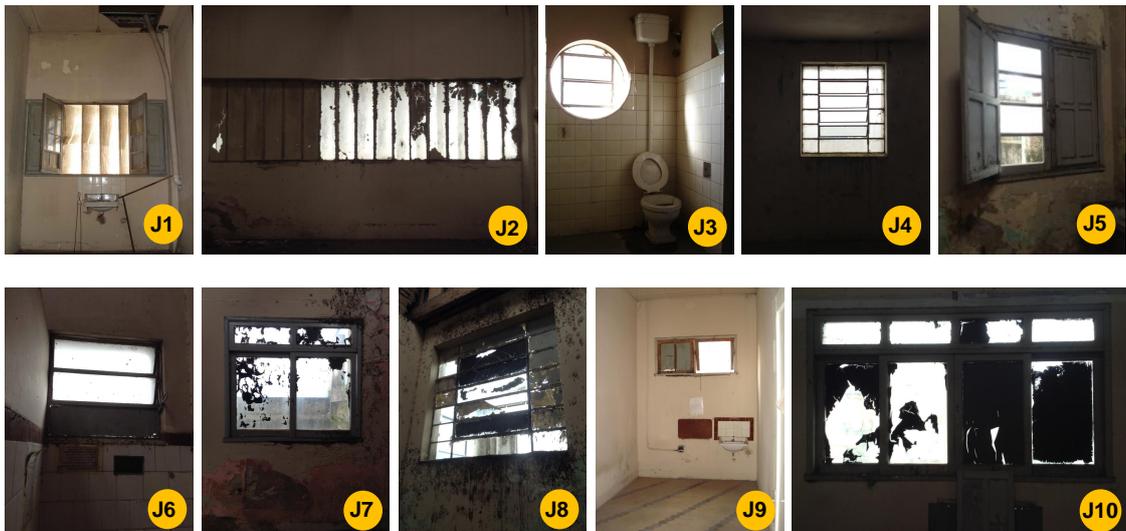
J11 - 0,85X1,00/1,20m, 1 folha de abrir com vidro branco e postigo com 4 almofadas, em madeira de lei maciça (cedro); 1 unidade

– Janelas dos banheiros:

J3 - diâmetro de 0,80m/1,20m, esquadria metálica em ferro cantoneira com basculante de vidro branco com 2 vidros móveis e 4 vidros fixos; 3 unidades

– Janelas da lavanderia:

J4 - 1,20X1,30/1,15m, esquadria metálica em ferro cantoneira com basculante de vidro branco composto por 4 vidros móveis e 14 vidros fixos; 5 unidades



Portas:

– Portas dos dormitórios:

P1 - 0,80X2,10m, em madeira de lei maciça (cedro), com uma folha de abrir com 2 rebaixos; 27 unidades

P12 – 1,40X2,18m, em madeira de lei com duas folhas de abrir, compostas por 3 vidros brancos lisos e uma almofada de madeira na parte inferior cada; bandeira fixa composta por 6 vidros brancos lisos, sendo os 2 centrais menores; 1 unidade

- Portas da circulação:
P2 - 1,40X2,18m, em madeira de lei com duas folhas de abrir, composta por 6 vidros janela superior medindo 1,49X0,80m, composta por 2 folhas de abrir e 3 vidros brancos martelados cada; 1 unidade
- Portas dos banheiros:
P3 - 0,70X2,10m, em madeira de lei maciça (cedro), com uma folha de abrir com rebaixo central; 4 unidades
P4 - 0,60X2,10m, em madeira de lei maciça (cedro), com uma folha de abrir com rebaixo central; 4 unidades
- Portas externas:
P5 - 0,60X2,10m, em madeira de lei (cedro) com metade inferior composta por 3 almofadas em madeira e metade superior composta por 4 vidros brancos fixos e 1 folha de postigo interno com 4 almofadas; 2 unidades
P6 - 0,90X2,10m, em madeira de lei (cedro) almofadada composta por uma folha de abrir; 2 unidades



Segundo Pavimento

Janelas:

- Janelas do depósito:
J4 - 1,20X1,30/1,15m, janela basculante de ferro cantoneira composto por 4 vidros brancos móveis e 14 vidros fixos; 1 unidade
- Janelas do segundo pavimento:
J12 - 4,60X1,26/1,05m, janela basculante de ferro cantoneira composto por 5 vidros brancos móveis e 37 vidros fixos; 4 unidades
J13 - 4,65X1,26/1,05m, janela basculante de ferro cantoneira composto por 5 vidros brancos móveis e 37 vidros fixos; 3 unidades
J14 - 1,73X1,26/1,05m, janela basculante de ferro cantoneira composto por 4 vidros móveis e por 14 vidros brancos fixos; 1 unidade
J15 - 2,39X1,26/1,05m, janela basculante de ferro cantoneira composto por 5 vidros brancos móveis e 19 vidros fixos; 1 unidade
J16 - 1,48X1,26/1,05m, esquadria metálica com 15 vidros brancos fixos; 1 unidade
J17 - 1,88X1,26/1,05m, esquadria metálica com 18 vidros brancos fixos; 1 unidade
J18 - diâmetro de 0,48m/1,88m, janela basculante de ferro cantoneira composto por 2 vidros brancos móveis e 4 fixos; 2 unidades

Obs: As Janelas dos banheiros não existem mais. Em ambas os vãos foram fechados com tijolo cerâmico.



Portas:

- Porta do Depósito:
P12 - 0,90X2,10m, em madeira de lei (cedro) almofadada, composta por uma folha de abrir com 2 rebaixos; 1 unidade
- Porta dos Banheiros:
P4 - 0,60X2,10m, em madeira de lei (cedro) com uma folha de abrir com rebaixo central; 2 unidades
- Porta Copa/Cozinha:
P3 - 0,70X2,10m, em madeira de lei maciça (cedro), com uma folha de abrir; 2 unidades



Primeiro Pavimento - Térreo

Prédio Principal - Showroom

Janelas:

- Salão:
J20 - 5,05X3,50m, pano de vidro temperado translúcido 10mm com esquadria de alumínio anodizado cor natural fosco, composto por 4 vidros brancos fixos medindo 1,21X2,33m e 4 bandeiras, sendo 2 fixas ao centro e 2 móveis nas laterais, medindo 1,21X1,17m, cada; 8 unidades
J21 - 2,00X3,50, pano de vidro temperado translúcido 10mm com esquadria de alumínio anodizado cor natural fosco, composto por 2 vidros brancos fixos medindo 1,82X3,48m cada; 1 unidade
J22 - 5,05X2,80m, pano de vidro temperado translúcido 10mm com esquadria de alumínio anodizado cor natural fosco, composto por 4 vidros brancos fixos medindo 1,21X2,70m cada; 1 unidade



– Oficinas:

J23 - 3,75X3,08m, esquadria em ferro pintado com vidro branco e película preta, composta por 4 vidros medindo 0,94X3,08m; 1 unidade

J24 - 3,90X3,08m esquadria em ferro pintado com vidro branco e película preta, composta por 4 vidros fixos medindo 0,97X3,08m; 1 unidade.

J25 - 1,00X1,20/2,75m, janela basculante de ferro cantoneira em vidro branco martelado, composto por 2 vidros móveis e 3 vidros fixos; 1 unidade

J26 - 1,40X1,20/2,75m, janela basculante de ferro cantoneira em vidro branco martelado composto por 4 vidros móveis e 14 vidros fixos; 4 unidades



Portas:

– Salão:

P7 - 5,05X3,50m, pano de vidro temperado translúcido 10mm com esquadria de alumínio anodizado cor natural fosco, composto por porta de abrir ao centro com 2 folhas medindo 1,21X2,33 cada, e bandeira fixa medindo 2,42X1,17m e, 2 vidros fixos nas laterais medindo 1,21X2,33m com 2 bandeiras fixas medindo 1,21X1,17m; 2 unidades

P8 - 1,00X2,25m, em chapa de ferro dividida em duas partes piramidais, com uma folha de abrir; 1 unidade

– Lavabos e Serviço:

P3 - 0,70X2,10m, em madeira de lei maciça (cedro), com uma folha de abrir; 8 unidades



- Oficinas:

P9 - 0,50X2,10m, em madeira de lei maciça (cedro), com uma folha de abrir; 1 unidade

P10 - 4,86X3,50m, pano de vidro temperado translúcido 10mm com esquadria de alumínio anodizado cor natural fosco, composto por porta de abrir ao centro com 2 folhas medindo 1,21X2,75 cada, e bandeira fixa medindo 2,42X1,17m e, 2 vidros brancos fixos nas laterais medindo 1,21X2,33m com 4 bandeiras fixas medindo 1,21X1,17m; 1 unidade

P11 - 4,65X3,50m, pano de vidro temperado translúcido 10mm com esquadria de alumínio anodizado cor natural fosco, composto por porta de abrir ao centro com 2 folhas medindo 1,16X2,75 cada, e bandeira fixa medindo 2,42X1,17m e, 2 vidros brancos fixos nas laterais medindo 1,16X2,33m com 4 bandeiras fixas medindo 1,16X1,17m; 1 unidade



10. ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Assinalar qual o atual estado de conservação do bem cultural em relação às modificações dos elementos originais:

- () Homogêneo (original).
 (X) Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos).
 () Descaracterizado (muitos elementos substituídos).

11. ESTADO FÍSICO:

O edifício principal é composto de 3 pavimentos. O térreo (Salão de Exposições), está em bom estado de conservação, uma vez que lá está localizado a revenda de veículos da Toyota. Já no segundo (mezanino), bem como no terceiro pavimento (dormitórios), há deterioração por microrganismos, oxidação de alguns metais, alguns vidros quebrados, já que estes ambientes se encontram fechados há muitos anos e virou depósito de entulho. Além disso, há deterioração oriunda de dejetos de morcegos que fizeram daquele espaço local ideal para abrigo (há muita quantidade). Preservar exige manutenção, e sem manutenção há deterioração.

Nas oficinas, encontramos bom estado de conservação, assim como o antigo galpão.

12. ENTORNO PRÓXIMO:

Assinalar a classificação do imóvel em relação ao entorno próximo:

- (X) Edificação de referência urbana.
- (...) Edificação integrante de um conjunto representativo.
- (...) Edificação conformadora do perfil urbano.

13. OBSERVAÇÕES:

Para a realização do Inventário, utilizou-se fotos não somente de autoria da pesquisadora, como também as pertencentes ao acervo do arquiteto Alberto Brilhante Wolle, pois o mesmo fez um levantamento do edifício em uma época (2006) em que eram permitidos o acesso e a captura das imagens de todo o complexo, o que não foi autorizado por completo para a autora. As imagens utilizadas são as que somente não aparentam alterações, apenas o desgaste natural do tempo, uma vez que a própria autora fez o levantamento pessoalmente *in loco*.

Por estar situada em um terreno de esquina e com um recuo considerável, é a única edificação que mostra com clareza toda a dimensão e volumetria existente naquela rua. É impossível, ao pensar na Rua do Acampamento, não vir à mente o Complexo da Sulbra. Além disso, trata-se de um exemplar moderno na cidade de Santa Maria, com suas características peculiares tão marcantes. É um objeto arquitetônico que está inserido na identidade da cidade, bem como de papel fundamental para a memória da sociedade.

Existia uma escada em dois lances que uniam o pavimento térreo com o mezanino que foram demolidas na reforma de 1998 em que foi isolado o segundo pavimento do térreo, assim como a escada de acesso direto do térreo para o terceiro pavimento. Com isso foi construído uma escada improvisada de madeira, onde rasgou-se parte da laje, para existir o acesso.

No largo, o revestimento do piso está em asfalto (original em paralelepípedo), porém este espaço deve ser preservado e mantido como largo.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Arquiteta e Urbanista Raquel Gonzalez Poubel Mendes, CAU 115763-9, Avenida Itaimbé, 703/301 - Centro, (55) 98121-7464, raquelpoubel@ymail.com

14. DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ARQUITETA E URBANISTA RAQUEL GONZALEZ POUBEL MENDES

Rua Venâncio Aires, 2035 - 8º andar / Centro - Santa Maria - RS / CEP 97010-005 / Fone: (55) 3219-0104 - (55) 3218-1072
iplan.santamaria.rs.gov.br

ANEXO 01 – LEVANTAMENTO HISTÓRICO

CÓDIGO: nºcadastroIPTU/INV2016

O prédio da Sulbra é um edifício comercial localizado na Rua Acampamento, número 703, no bairro Centro, na cidade de Santa Maria. Foi construído na década de cinquenta, e trata-se de uma construção de três pavimentos, inserido em um conjunto arquitetônico composto por posto de gasolina, revenda, oficina de montagem e conserto de veículos, bar, restaurante e alojamentos (SCHLEE, 2002).

Ao que tudo indica, o projeto completo do complexo possivelmente foi executado em partes, e além disso, não é possível diagnosticar a ordem precisa das construções de cada bloco. Porém, o que se sabe, é que as primeiras partes a serem edificadas foram o *Service Station*, onde localizavam-se as bombas de gasolina, e o bloco anexo que abrigava o bar e os boxes de manutenção dos veículos. No mesmo momento estava sendo construído o prédio que abrigaria o salão de exposições e o Hotel Restaurante.

Conforme as plantas encontradas durante a fase de levantamento das informações desta pesquisa, foram observados dois estudos de projeto para o projeto principal: o primeiro data de 1951 e o segundo de 1953. Ambos estudos possuem as assinaturas do Engenheiro e Construtor Luíz Bollick - que era um empresário do ramo da construção de renome na cidade naquela época -, e de Floriano Dias - proprietário da empresa Floriano Dias Construções, fundada em 1948. Até o momento desconhece-se a autoria do projeto, porém é atribuída ao Engenheiro Luíz Bollick.

A planta de 1951 (Figura 03) foi provavelmente o primeiro estudo, onde é possível observar o último pavimento sendo ocupado por refeitório, dormitórios e sanitários. Em uma outra prancha, vê-se o projeto para construção do *Service Station*, em português Estação de Serviço, que servia para o atendimento e abastecimento dos veículos, na CIPRA. Hoje, esta parte do projeto está demolida. O episódio aconteceu em 1998, quando a edificação sofreu alterações para o projeto de venda de automóveis da Revenda Toyota.

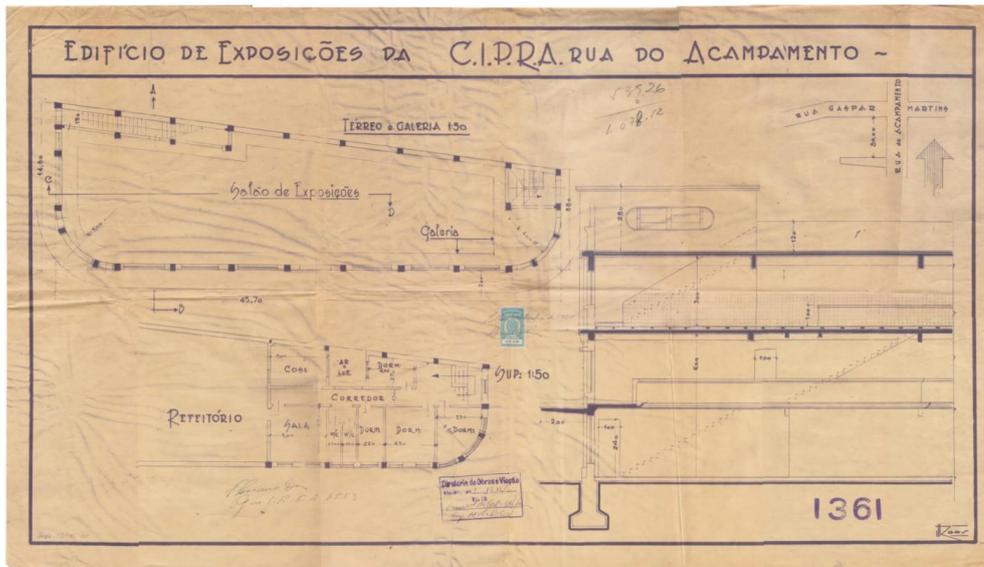


Figura 03: Planta do projeto datado de 1951, sem escala
 Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santa Maria

Já a planta de 1953 (Figura 04) tem como proposta uma quantidade maior de dormitórios, que serviam de hospedagem para os viajantes, além de banheiros, copa, cozinha, lavanderia e refeitório.

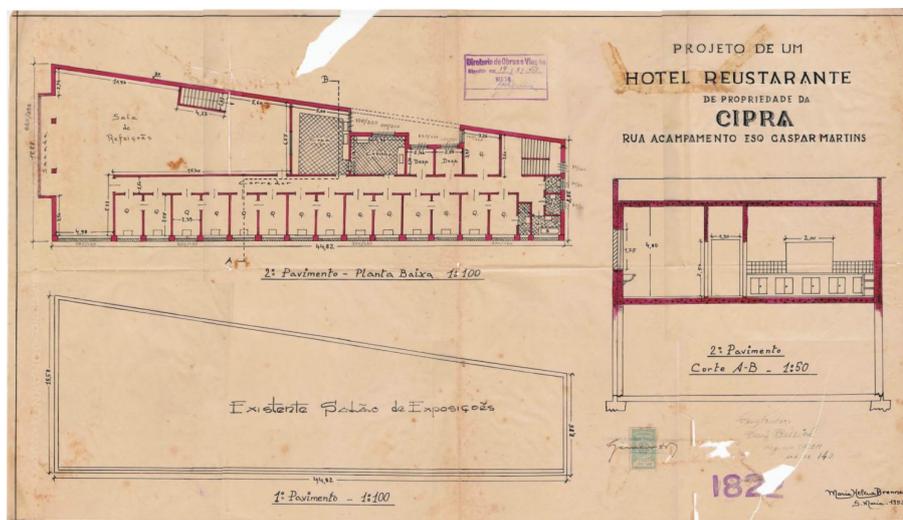


Figura 04: Planta do projeto datado de 1953, sem escala
 Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santa Maria

Apesar das duas propostas desenhadas, é importante comentar que nenhuma delas foi totalmente utilizada na construção, e assim foi aplicado um terceiro projeto.

Infelizmente, como dito anteriormente, não é possível datar ao certo quando as obras foram concluídas, porém, o *Service Station*, o Hotel Restaurante e o Salão de Exposições

foram finalizados entre os anos 1953 e 1954. Obtêm-se esta conclusão através das datas da última planta do prédio principal, 1953, e também pelo acontecimento da 1ª EXFERSUL (Exposição Filatélica Estadual), nos dias 14 a 16 de novembro de 1954, em Santa Maria. Em ato de comemoração e divulgação do evento, houve a impressão de selos especiais, onde em sua ilustração apareciam os edifícios comerciais e os produtos industriais vendidos no município.

Posteriormente a empresa deixa de ser CIPRA e passa a ser chamada de Parque de Serviços da Sulbra (Sul Brasileira de Comércio, Importação e Exportação S.A.), como até hoje é conhecida na memória da população santa-mariense.

Na imagem a seguir (Figura 05), é possível observar a edificação já concluída, sem data registrada. Esta foto é o que se tem de mais próximo encontrado até o momento, onde mostra o conjunto ainda com suas prováveis características originais.



Figura 05: Imagem da fachada principal do edifício da Sulbra
Fonte: Acervo Veísa Veículos



Figura 06 e 07: Imagem do Salão de Exposições
Fonte: Acervo Veísa Veículos

As figuras 06 e 07, mostram o salão de exposições e vendas de veículos e peças. O espaço também era multifuncional, sendo utilizado para lançamentos de modelos automotivos, além de jantares e coquetéis comemorativos, assim como congressos de funcionários e recepções de autoridades que representavam marcas estrangeiras.

As figuras 08 e 09 mostram a edificação antes das reformas que ocorreram no ano de 1998. Nesta época suas características originais ainda eram preservadas, como o revestimento em pedra nos pilares, vedação em vidro no salão de exposições que inclusive acompanhava a curvatura se alinhando aos pilares, aberturas circulares na fachada lateral e o anexo próximo ao volume principal, ambos na parte Sudoeste.



Figuras 08 e 09: Fachada anterior e posterior, respectivamente, da edificação principal
Fonte: Acervo Andrey Schlee, 2002

Nas próximas imagens (Figuras 10 e 11) aparecem o interior da edificação, ainda com as escadas e mezanino intactos. Hoje já não existe mais o guarda corpo do mezanino e o vão foi fechado com placas de madeira. As escadas, infelizmente, foram demolidas e seus vãos foram fechados com concreto.



Figuras 10 e 11: Escadas de acesso do térreo ao mezanino e mezanino, respectivamente
Fonte: Acervo Andrey Schlee, 2002

As figuras 12 e 13 mostram algumas partes do complexo que ainda estão preservados. A primeira, mostra onde era originalmente o bar, ainda com seu revestimento em pedra em parte da fachada frontal, enquanto a segunda, mostra o *Service Station* antes de ser demolido nas últimas reformas.



Figuras 12 e 13: Bar e Service Station, respectivamente
Fonte: Acervo Andrey Schlee, 2002

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SCHLEE, Andrey. **Memória e Identidade**. Coisas que li e escrevi sobre Santa Maria, 2002.

WOLLE, Alberto. **Arquivo Histórico do município de Santa Maria**. 2006. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2006.

PESQUISADOR:

Arquiteta e Urbanista Raquel Gonzalez Poubel Mendes, CAU 115763-9, Avenida Itaimbé, 703/301 - Centro, (55) 98121-7464, raquelpoubel@ymail.com

DATA E ASSINATURA:

ARQUITETA E URBANISTA RAQUEL GONZALEZ POUBEL MENDES

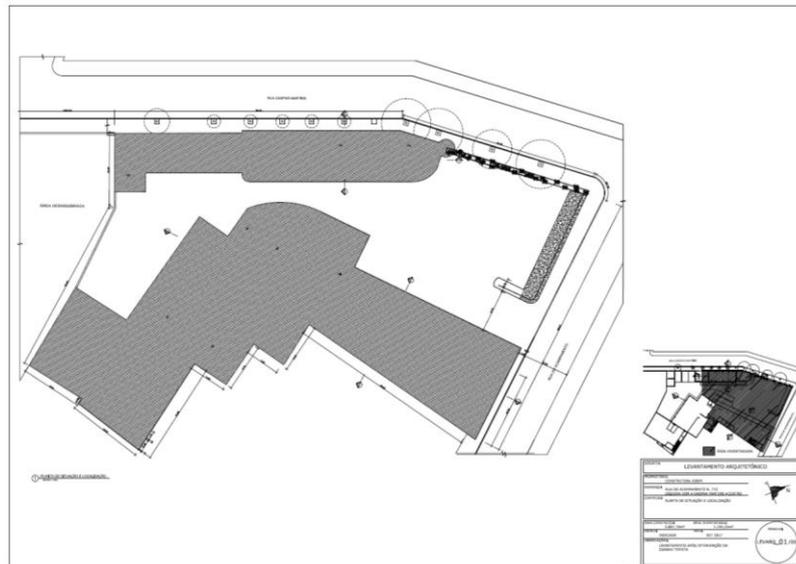
Rua Venâncio Aires, 2035 - 8º andar / Centro - Santa Maria - RS / CEP 97010-005 / Fone: (55) 3219-0104 - (55) 3218-1072
iplan.santamaria.rs.gov.br

ANEXO 02 – LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

CÓDIGO: nºcadastroIPTU/INV2016

PLANTA DE SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO:

LEVARQ_01/03

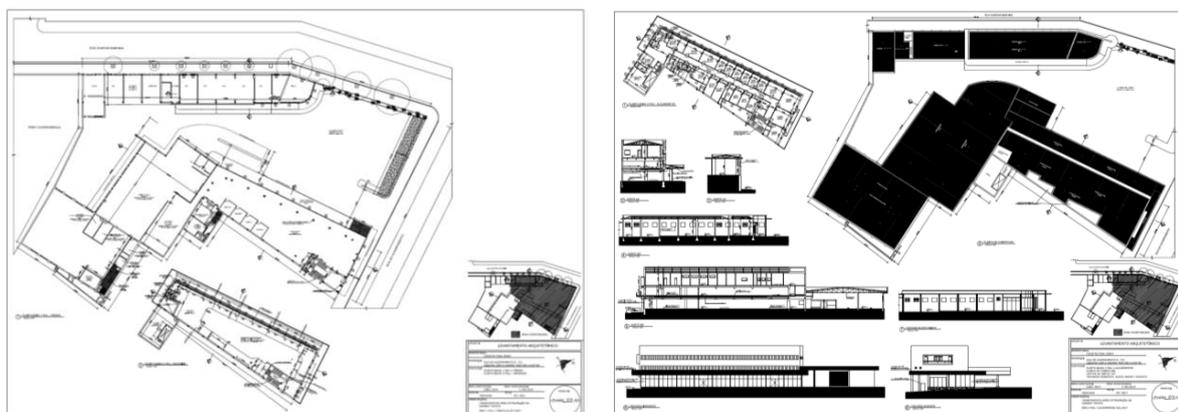


PLANTA BAIXA:

LEVARQ_02/03 - 1 PAV. - TÉRREO

LEVARQ_02/03 - 2 PAV. – ANTIGO MEZANINO

LEVARQ_03/03 - 3 PAV. – ALOJAMENTOS

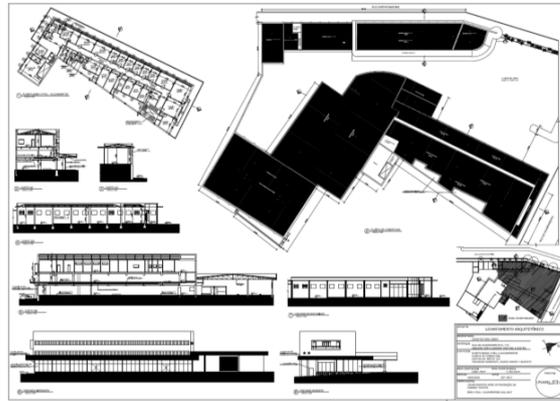


ARQUITETA E URBANISTA RAQUEL GONZALEZ POUBEL MENDES

Rua Venâncio Aires, 2035 - 8º andar / Centro - Santa Maria - RS / CEP 97010-005 / Fone: (55) 3219-0104 - (55) 3218-1072
iplan.santamaria.rs.gov.br

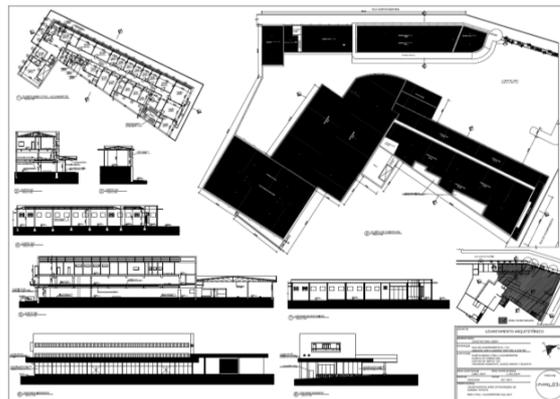
COBERTURA:

LEVARQ_03/03



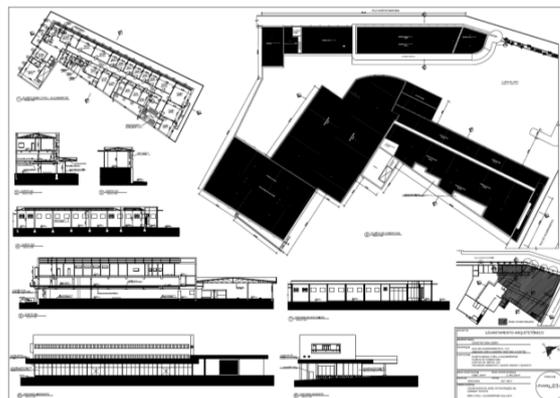
CORTES:

LEVARQ_03/03



I. FACHADAS:

LEVARQ_03/03

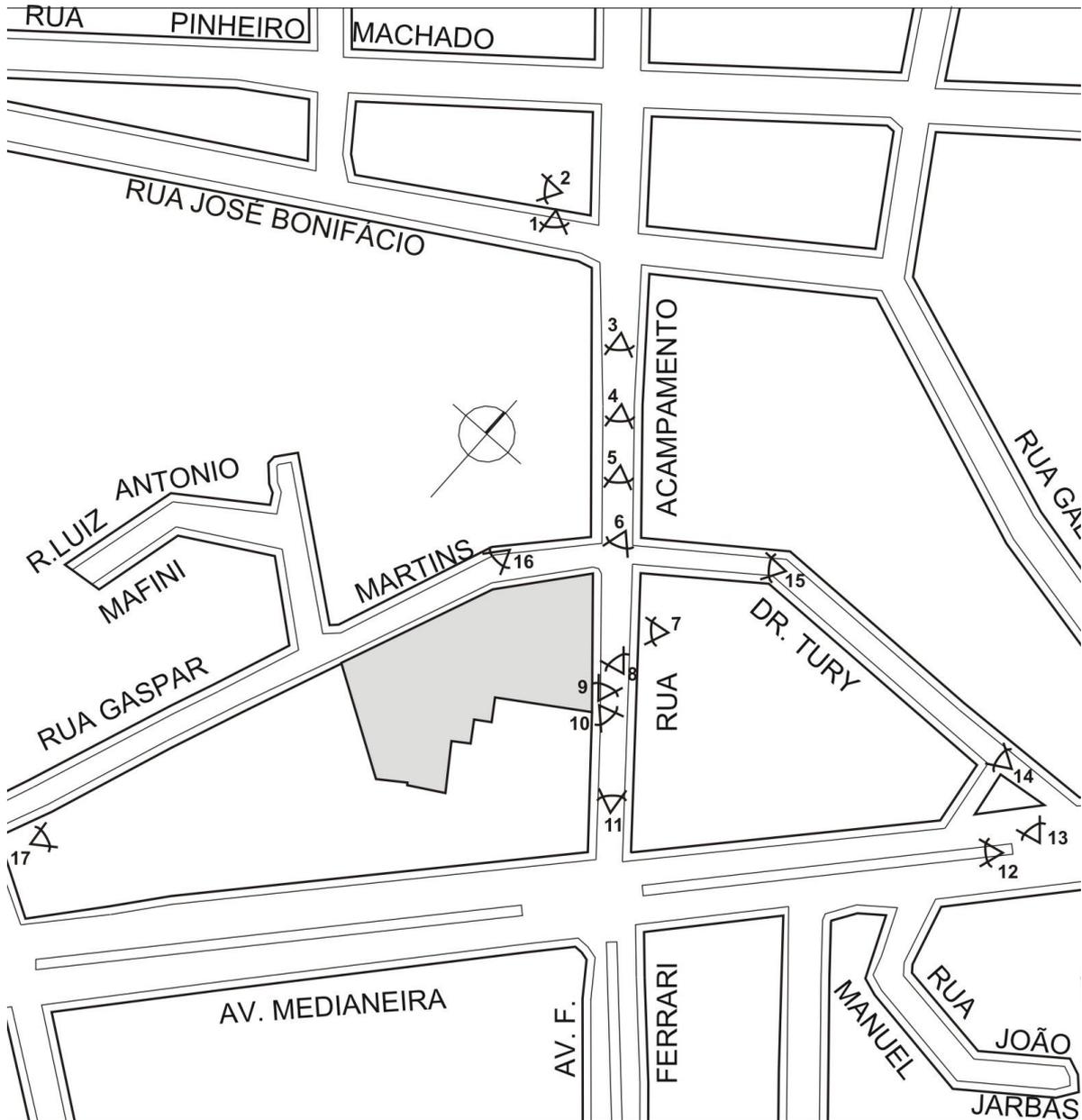


ARQUITETA E URBANISTA RAQUEL GONZALEZ POUBEL MENDESRua Venâncio Aires, 2035 - 8º andar / Centro - Santa Maria - RS / CEP 97010-005 / Fone: (55) 3219-0104 - (55) 3218-1072
iplan.santamaria.rs.gov.br

ANEXO 03 – REGISTRO FOTOGRÁFICO

CÓDIGO: nºcadastroIPTU/INV2016

A. ENTORNO:



Figuras 14: Planta de Localização com marcação das visadas fotográficas (s/escala).

Fonte: WOLLE, Alberto (2006), alterada pela autora.



Figura 15: Visada 1 - Vista geral do conjunto.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 16: Visada 2 - Praça Roque Gonzalez.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 17: Visada 3 - Mostrando o gabarito da Rua do Acampamento, sentido Avenida Nossa Senhora Medianeira, antes da Rua Gaspar Martins.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 18: Visada 4 - Mostrando o gabarito da Rua do Acampamento, sentido Avenida Nossa Senhora Medianeira, antes da Rua Gaspar Martins.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 19: Visada 5 - Mostrando o gabarito da Rua do Acampamento, sentido Avenida Nossa Senhora Medianeira, antes da Rua Gaspar Martins.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 20: Visada 6 - Rua do Acampamento, esquina com a Rua Gaspar Martins, mostrando o objeto de estudo. Abertura do ângulo visual proporcionada pela forma que a edificação foi implantada no lote.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 21: Visada 7 - Rua do Acampamento mostrando a parte frontal do objeto de estudo.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 22: Visada 8 - Rua do Acampamento mostrando o acesso ao complexo da Sulbra.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 23: Visada 9 - Rua do Acampamento sentido contrário ao tráfego.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 24: Visada 10 - Rua do Acampamento esquina com a Avenida Nossa Senhora Medianeira.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006)



Figura 25: Visada 11 - Rua do Acampamento esquina com a Avenida Nossa Senhora Medianeira,
sentido contrário ao tráfego.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006)



Figura 26: Visada 12 - Avenida Nossa Senhora Medianeira.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 27: Visada 13 - Avenida Nossa Senhora Medianeira, Largo Maçônico J.P.M. Barreto.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 28: Visada 14 - Rua Dr. Turi.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 29: Visada 15 - Rua Dr. Turi.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 30: Visada 16 - Mostrando o desnível da Rua Gaspar Martins na área do complexo da Sulbra.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 31: Visada 17 Situação atual no fundo do lote.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

B. EXTERIOR:

Figura 32: Foto ilustrando a fachada frontal e lateral do bloco principal, bem como do bloco anexo.

Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 33: Foto da fachada frontal na parte térrea.

Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 34: Fachada Noroeste bloco principal.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 35: Fachada Noroeste bloco principal.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 36: Fachada posterior bloco principal.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 37: Bloco anexo.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 38: Bloco anexo.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 39: Na direita o bloco principal, na esquerda o bloco anexo.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 40: Bloco anexo.
Fonte: POUBEL, Raquel (2017).

C. INTERIOR:

TÉRREO:



Figura 41: Salão de exposição dos carros da Toyota.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 42: Salão de exposição dos carros da Toyota.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 43: Salão de exposição dos carros da Toyota.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 44: Escada de madeira improvisada que fizeram para acessar os pavimentos superiores. Para coloca-la, foi necessário fazer um rasgo na laje.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 45: Salão de exposição dos carros da Toyota.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

SEGUNDO PAVIMENTO (ANTIGO MEZANINO):



Figura 46: Mezanino.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 47: Mezanino.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 48: Mezanino.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 49: Mezanino.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 50: Mezanino.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 51 e 52: Banheiros do Mezanino com vãos das janelas fechados com tijolo cerâmico.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

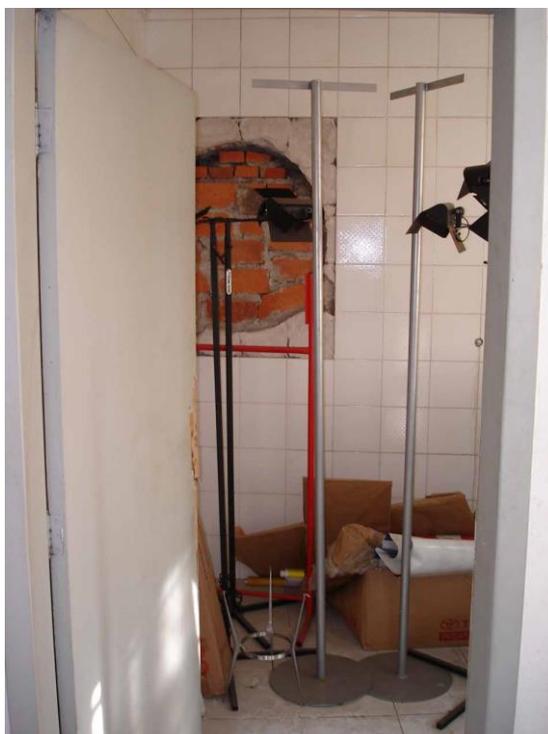


Figura 53: Banheiro do Mezanino com vão da janela fechado com tijolo cerâmico.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 54: Mezanino.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 55: Mezanino.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 56: Rasgo na laje para escada improvisada de madeira.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 57: Rasgo na laje para escada improvisada de madeira.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 58: Rasgo na laje para escada improvisada de madeira.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

TERCEIRO PAVIMENTO:



Figura 59 e 60: Dormitório e lavatório do dormitório.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 61 e 62: Dormitórios.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 63: Corredor de acesso aos dormitórios.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 64: Área descoberta do pavimento.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 65: Vão da escada que foi demolida com laje concretada.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 66 e 67: Banheiro e lateral da escada de acesso ao terraço do terceiro pavimento, respectivamente.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 68 e 69: Escada de acesso ao terraço e hall, respectivamente.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

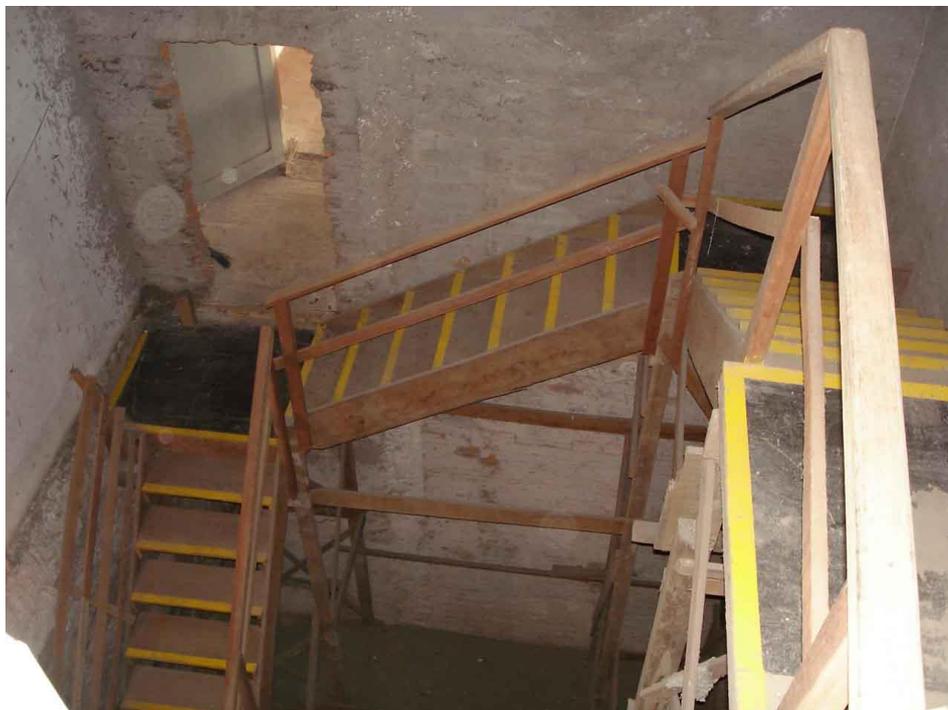


Figura 70: Escada improvisada em madeira.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 71: Lavanderia.
 Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

D. DETALHES CONSTRUTIVOS:

ESQUADRIAS E PORTAS TERCEIRO PAVIMENTO:



Figura 72 e 73: J1 aberta e fechada.
 Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 74: J2
Fonte: POUBEL, Raquel (2017).

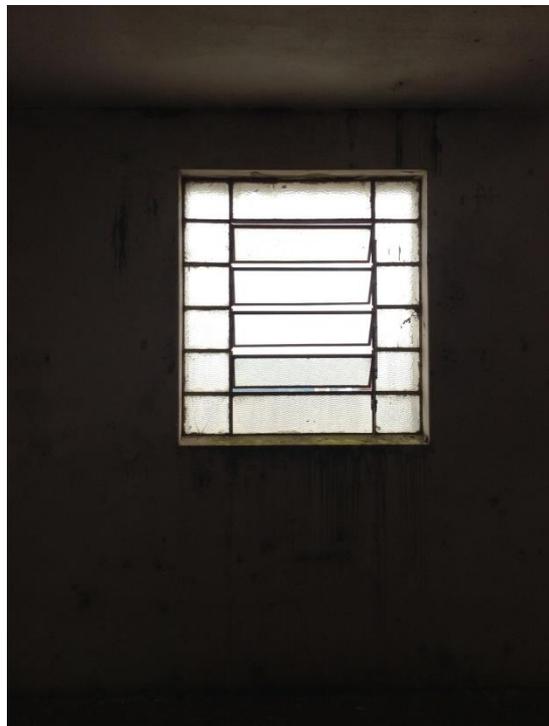


Figura 75 e 76: J3 e J4, respectivamente.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006) e POUBEL, Raquel (2017), respectivamente.



Figura 77: J5
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)

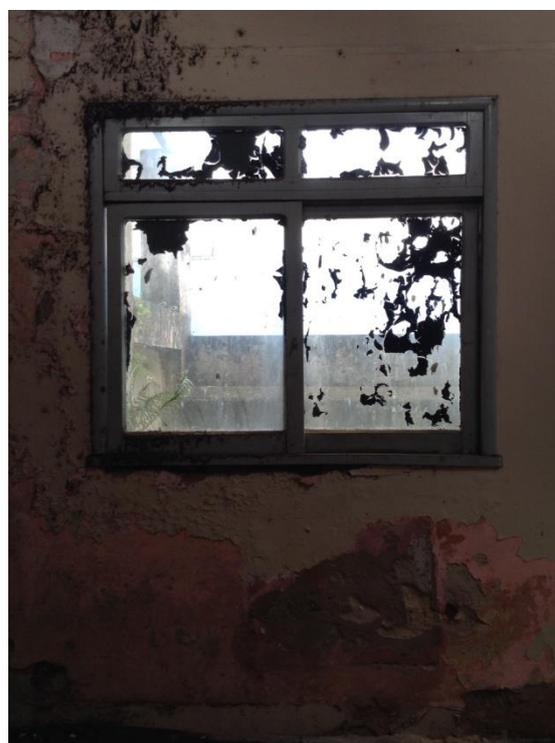


Figura 78 e 79: J6 e J7, respectivamente
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 80 e 81: J8 e J9, respectivamente
Fonte: POUBEL, Raquel (2017) e WOLLE, Alberto (2006), respectivamente



Figura 82: J10
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 83 e 84: P1 e P2, respectivamente
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 85 e 86: P3 e P4, respectivamente
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 87 e 88: P5 e P6, respectivamente
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)

ESQUADRIAS SEGUNDO PAVIMENTO (ANTIGO MEZANINO):



Figura 89: J12 e J13.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 90: J14 (destaque com seta vermelha) e J15 (destaque com seta amarela).
Fonte: WOLLE, Alberto (2006), alterado pela autora.



Figura 91: J17
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 92: J18
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 93: Janela dos banheiros fechadas com tijolo cerâmico.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).
OBS: Não foi possível tirar a foto da J16, pois não foi autorizada a entrada.



Figura 94: P4 (destaque com seta vermelha) e P3 (destaque com seta verde).
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 95: P12.
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)

ESQUADRIAS PRIMEIRO PAVIMENTO - TÉRREO:



Figura 96: J20.
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 97: J20 (seta vermelha), J21 (seta verde) e J22 (seta amarela)
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 98: J23
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 99: J24
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 100: J25
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 101: J26
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 102: P7
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 103: P8
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 104: P10
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 105: P11
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)

DETALHES CONSTRUTIVOS:



Figura 106: Brise Soleil.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 107: Telhado escondido composto por 2 águas em fibrocimento, coroamento com platibanda maciça em alvenaria de tijolo de barro cozido assentados com argamassa de cal e areia.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 108: Muro em pedra na lateral do empreendimento (Rua Gaspar Martins)
Fonte: POUBEL, Raquel (2017).

E. PATOLOGIAS:

TERCEIRO PAVIMENTO:



Figura 109: Lajota do piso comprometida, assim como as paredes, os caixonetes e alisares das portas (manchas causadas pelos dejetos dos morcegos).
Fonte: POUBEL, Raquel (2017).



Figura 110: Parquet comprometido pela falta de manutenção
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 111: Piso em Taco tomado por dejetos de morcego.
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 112: Paredes com umidade e dejetos de morcego.
Fonte: POUBEL, Raquel (2017)



Figura 113: Paredes internas com pintura comprometida devido à umidade e falta de manutenção.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 114: Piso do terraço comprometido pela falta de manutenção
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 115: Piso em cimento queimado comprometido pela falta de manutenção,
assim como as paredes.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 116: Forro solto e comprometido devido a umidade e vazamento do telhado.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 117: Ferros da estrutura aparentes após o rasgo na laje para colocação da escada improvisada em madeira e paredes sem acabamento.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 118: Forro da estrutura aparente devido a falta de manutenção.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 119: Vidro e parte da esquadria quebrados.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 120: Porta descascada, paredes e piso desgastados pela umidade e falta de manutenção e vidros da esquadria quebrado.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 121: Janela com vidros quebrados e sem pintura devido a falta de manutenção.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

SEGUNDO PAVIMENTO (ANTIGO MEZANINO):

Figura 122: Piso comprometido pela falta de manutenção. Vão do mezanino fechado.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 123: Portas sem caixonetes e alisares e pintura comprometida.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 124: Ferros da estrutura aparentes e falta de acabamento na parede.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 125: Rasgo na laje para colocação da escada improvisada de madeira com fios aparentes, paredes sem acabamento e laje com estrutura aparente.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).



Figura 126: Rasgo na laje para colocação da escada improvisada de madeira com fios aparentes, paredes sem acabamento e laje com estrutura aparente, e janelas e portas apenas com os vãos.
Fonte: WOLLE, Alberto (2006).

6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como tema central a importância da preservação do patrimônio cultural e todas as variáveis que fazem parte deste assunto. Apoiou-se, basicamente, em referências bibliográficas discutindo conceitos de cultura, patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio material, memória e lugares de memória, de forma clara e sucinta, considerados de grande relevância para a compreensão e entendimento da relação da cidade com seu patrimônio, neste caso, o edifício da Sulbra, na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul.

Cuidar da manutenção e da preservação do patrimônio construído é um grande desafio da atualidade. A expansão imobiliária e o crescimento das cidades, dentre outros problemas gerados pelo desenvolvimento urbano, constituem fatores desafiadores de gestão pública que se confrontam com o desenvolvimento eminente de necessidade em minimizar ao máximo os impactos ambientais.

Sabe-se que é muito comum o pensamento do homem moderno em destruir o antigo, muitas vezes já considerado impróprio e em desuso, para dar espaço ao novo, à uma arquitetura com traços contemporâneos, imponente e funcional. Porém, é uma forma de pensar contraditória, pois a idéia de preservar, de valorar um bem patrimonial, é a garantia de proteger a memória e perpetuar uma história. Destruir os bens que foram herdados das gerações anteriores, é o principal motivo para causar a ruptura no eixo do conhecimento das identidades das pessoas.

O patrimônio material é uma presença física que evidencia a história, e exerce também a função de referencial concreto para as comunidades, servindo de ponte de ligação entre os participantes dessa sociedade, como também com a sua narrativa. Mostra para eles que há laços em comum que os une, gerando um sentimento de pertencimento.

Este sentimento é facilmente notado em relação ao edifício da Sulbra. Por seu significado, valor afetivo perante a sociedade e importância cultural, possui grande relevância para a população santamariense. Quando foi construído, era ponto de referência para a cidade, seja economicamente como também pela sua arquitetura imponente, com seus traços modernos.

Trata-se de um conjunto arquitetônico com construção em três pavimentos, que era formado também por posto de gasolina, oficina de montagem e conserto de automóveis, além de alojamentos, restaurante e bar. Os blocos foram dispostos de

forma periférica ao lote, formando dois pátios internos: o primeiro localizado à frente da loja de venda e exposições de veículos - o prédio principal -, e o segundo, em frente às oficinas. O volume correspondente ao prédio principal é longitudinal e apoiado sob pilotis, gerando uma planta livre com entrada diária de luz natural, favorecendo a exposição de suas mercadorias. Possui também um mezanino localizado na periferia desse volume, impondo ainda mais o pé direito duplo neste pátio expositor. Acima, ainda neste bloco, há o primeiro e o segundo pavimentos (SCHLEE, 2002). Na fachada as janelas são em fita protegidas por *brises soleil* verticais (cabe salientar que não existe outro registro de edificação com tais características) e panos de vidro.

O prédio está em perigo, uma vez que há a intenção de destruí-lo para dar lugar à um novo empreendimento. Foi visível, durante este estudo, constatar a importância dessa arquitetura para este município. Construído na década de 1950, e apesar de ter sofrido algumas intervenções no decorrer dos tempos - como demolição do *Service Station*; remoção do revestimento de pedra dos pilares; asfaltamento de toda área descoberta; ampliação do salão de exposições com vidro; demolição das escadas internas, do peitoril existente no mezanino e dos pavilhões em anexo; além da desativação do mezanino e o último pavimento que os tronaram áreas subutilizadas - estas não foram capazes de alterar sua expressão e representatividade. É um dos representantes do estilo moderno na cidade, marcando uma nova "era" econômica e social. Sem dúvida, um marco arquitetônico, econômico e social.

O patrimônio vai se perdendo nas mãos dos que entendem o progresso como a "tempestade [que] impele irresistivelmente para o futuro" o anjo da história que foi descrito pelo autor Benjamin (1987, p. 226), "enquanto o amontoado de ruínas cresce até os céus".

Segundo o IPHAN (2001), conforme expresso em legislação específica, os processos de identificação de bens culturais são parte importante das ações relacionadas ao patrimônio cultural, uma vez que são possibilitadores de uma visão mais abrangente entre os bens culturais, podendo resultar, posteriormente, em medidas legais de proteção. É de relevância considerável a realização de inventário como ferramenta de produção de conhecimento sobre o bem cultural, como forma de garantir a vida do patrimônio e o registro da memória.

Desta forma, buscou-se como amparo legal a realização de um inventário, servindo como um instrumento-base para posterior realização de tombamento municipal, possibilitando a permanência do suporte material de forma a manter os

valores a ele atribuídos e que foram capazes de legitimar seu reconhecimento, fazendo com que exista a garantia de preservação deste objeto arquitetônico. Este inventário é o produto deste trabalho, e foi elaborado utilizando a ficha do IPLAN, onde se apropriou dos valores de seleção de bens inventariados utilizados pelo IPHAE.

Através desses valores foi possível constatar que o edifício da Sulbra possui valor enquanto conjunto. Retirá-lo daquele contexto em que está inserido é descaracterizar a paisagem e arrancar de forma brusca um pedaço da história da cidade, pois o mesmo encontra-se completamente introduzido no cotidiano daquela comunidade. É muito difícil não o associar a imagem da cidade, principalmente quando se trata da Rua do Acampamento, onde está localizado. A perda deste exemplar moderno significa o prejuízo de um expressivo momento da história da arquitetura local, pois é também através dele que se faz a leitura dos comportamentos e estilos de vida da sociedade em questão. É inegável sua relevância quanto objeto arquitetônico.

Portanto, concluiu-se com esta dissertação de mestrado, com a certeza que o trabalho foi desenvolvido com cumprimento da metodologia, alcançando os objetivos que foram propostos bem como utilizados de forma correta os métodos para elaboração de um inventário de proteção de um bem arquitetônico.

Espera-se que, com este produto, seja possível garantir a perpetuação de parte da identidade desta cidade, atendendo de forma positiva o resguardo da memória e sua eternização perante as gerações vindouras, sendo uma atividade eficaz para garantir que a comunidade tenha a oportunidade de conhecer e valorizar sua própria história.

Por fim, deseja-se que, com essa pesquisa, haja discussões e uma melhor compreensão sobre a importância de preservar a memória e, conseqüentemente, a história de uma comunidade. O poder não pode e não deve estar acima do valor de um bem patrimonial.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARRUSSUL, L. G. **Arquitetura/Urbanismo/Educação**: o campus da Universidade Federal de Santa Maria. 2009. 166f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

AUSTRALIA ICOMOS. **Burra Charter**, 1999. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOG SANTA MARIA RS. Disponível em: <<http://santamaria-rs-brasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória da cidade: lembranças paulistanas**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol. 1, n. 1, 1987.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **Da etimologia ao sentido do patrimônio**. Belo Horizonte. Revista Eletrônica Interpretar Arquitetura n° 3, 2001. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988 - Seção II - Da Cultura -1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1981.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 14ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CAVALCANTI, L. **Le Corbusier, o Estado Novo e a formação da arquitetura moderna brasileira**. Projeto, São Paulo, n. 102, ago. 1987.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 5ª ed. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, L. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. 1. ed. Brasília: Brasília Jurídica - DF, 2000.

CURY, I. (ORG.). **Cartas patrimoniais**. 2ª Ed. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DENARDIN, André. **Vila Waldemar Rodrigues: Preservando parte da história das habitações populares relacionadas a viação férrea – Santa Maria, RS**. 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

DOCOMOMO Brasil. **Domentation and Conservation of the Modern Moviment**. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FONSECA, LUCAS. **Tombamento versus inventário. A eficácia na proteção do patrimônio cultura**. 2015. Disponível em:

<<https://lucasvalladao.jusbrasil.com.br/artigos/204312226/tombamento-versus-inventario-a-eficacia-na-protecao-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA. **Ficha de Inventário de Patrimônio Cultural**. Santa Maria: IPLAN, 2016. Disponível em: <<http://iplan.santamaria.rs.gov.br/site/home/pagina/id/135>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de Preenchimento**. Brasília: IPHAN, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.

LONDRES, Cecília. **Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio**. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação**. IPHAN, 2000.

MARQUES, Sergio M. **A Revisão do Movimento Moderno? Arquitetura no Rio Grande do Sul dos anos 80**. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2002.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11164>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). **Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

OKSMAN, Silvio. **Preservação do patrimônio arquitetônico moderno: a FAU de Vilanova Artigas**. 2011. 65 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço**. ArtCultura, Uberlândia, vol. 4, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

REIS, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Debates arquitetura. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

RIBEIRO, Demétrio. A arquitetura no período 45-60. In: XAVIER, Alberto & MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Pini, 1987, pg. 26-31.

RODRIGUES, Marly. **Patrimônio, idéia que nem sempre é pratica**. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. A Construção da cidade de Brasília. Brasília, 1998.

SANTA MARIA. **Câmara Municipal de Santa Maria**. Disponível em: <<https://camara-municipal-da-santa-maria.jusbrasil.com.br/legislacao/540602/lei-3999-96>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SCHLEE, Andrey. **Memória e Identidade**. Coisas que li e escrevi sobre Santa Maria. 2002.

SCHWERS, João Paulo. **Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural: olhar técnico e olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS)**. 2009. Dissertação (Mestrado Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009.

SEGAWA, HUGO. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo. Edusp, 1997.

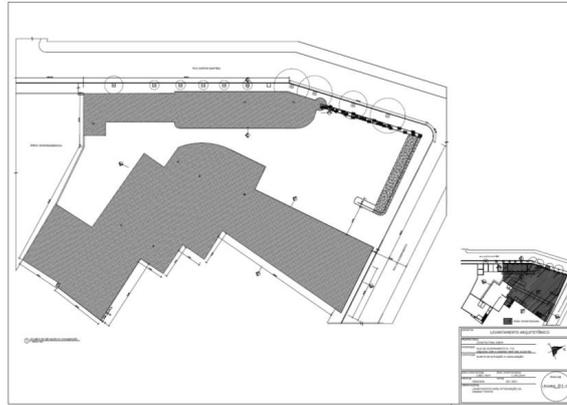
TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. In: Revista de História e Estudos Culturais. Revista Fenix, 2010.

WIKITRAVEL. Disponível em:<http://wikitravel.org/pt/Rio_Grande_do_Sul>. Acesso em: 29 jul. 2017.

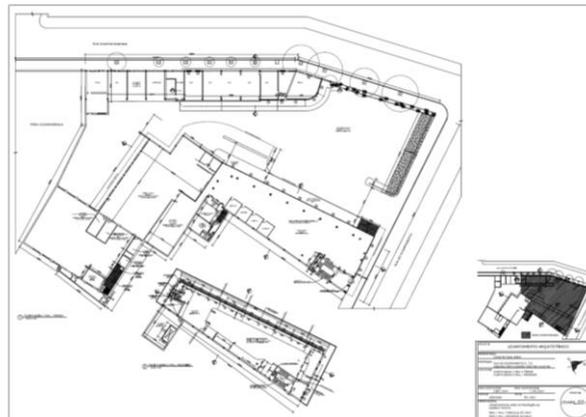
WOLLE, Alberto. **Arquivo Histórico do município de Santa Maria**. 2006. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2006.

APÊNDICE

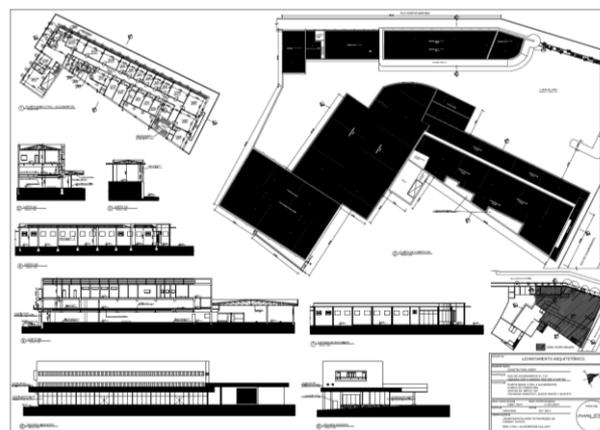
Planta de Situação e Localização - LEVARQ_01/03

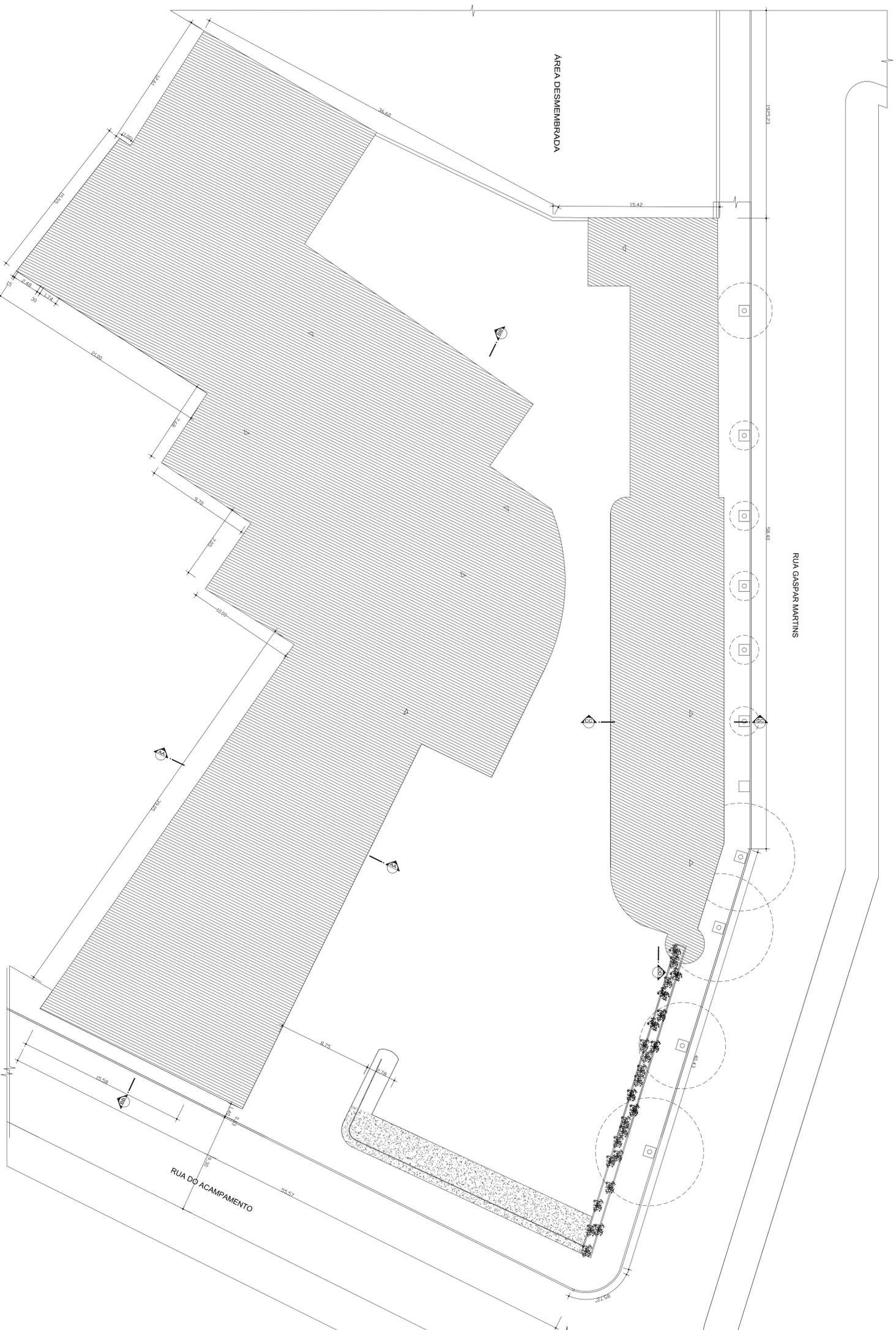


Planta Baixa do Pavimento Térreo e do antigo Mezanino - LEVARQ_02/03

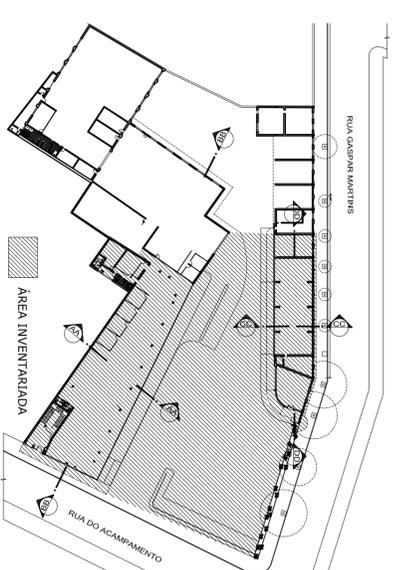


Planta Baixa do Terceiro Pavimento; Cortes, Fachadas - LEVARQ_03/03





1 PLANTA DE SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
ESCALA 1:200



ASSUNTO: LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

PROPRIETÁRIO: CONSTRUTORA JOBIM

ENDEREÇO: RUA DO ACAMPAMENTO N. 713

CONTEÚDO: ESQUINA COM A GASPARD MARTINS - CENTRO

CONTÉUDO: PLANTA DE SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO



ÁREA CONSTRUIDA: 2.867,70m²

ÁREA INVENTARIADA: 1.764,25m²

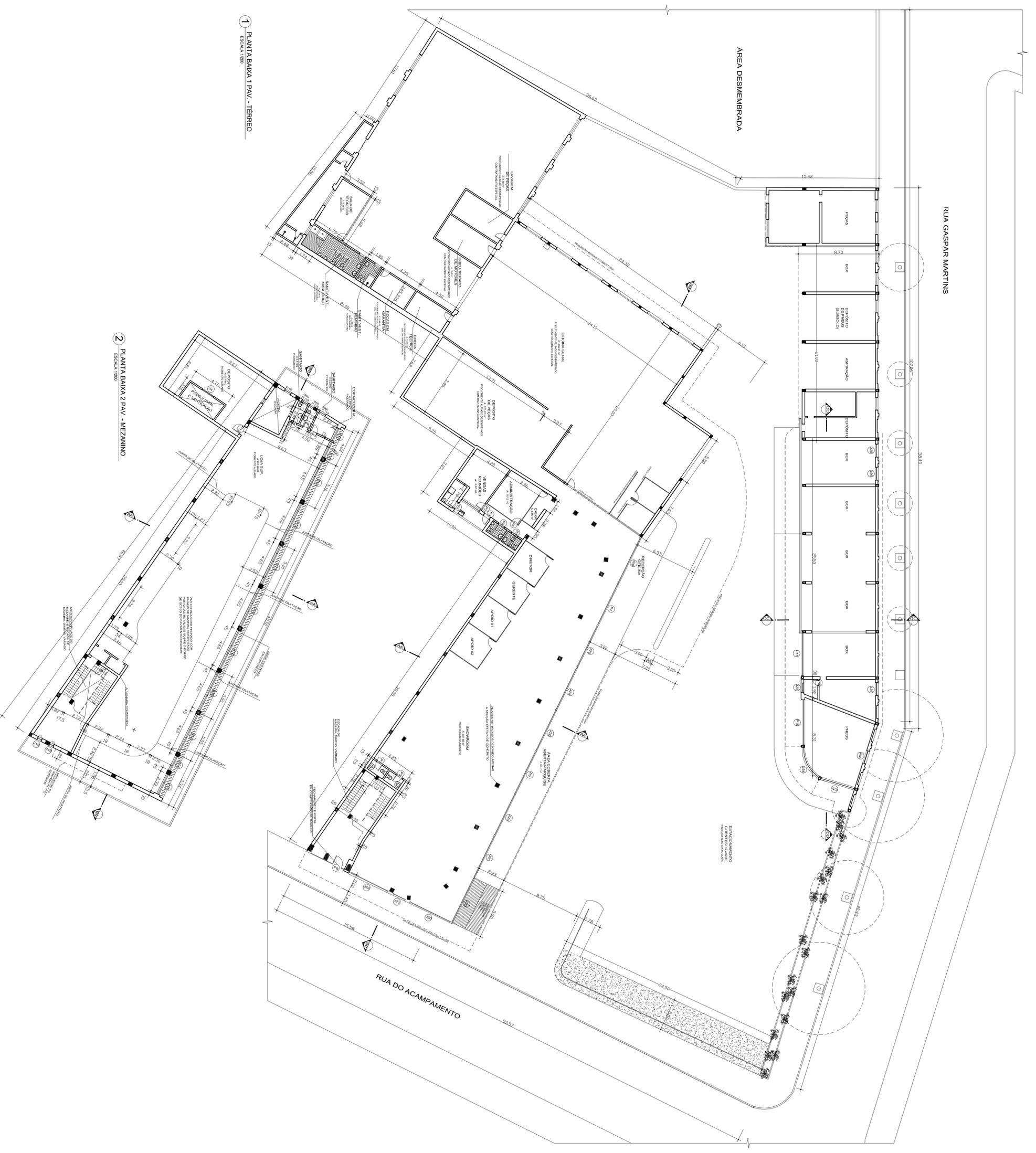
ESCALA: INDICADA

INDICADA DATA: SET 2017

OBSERVAÇÕES: LEVANTAMENTO APÓS INTERVENÇÃO DA CARWAY TOYOTA

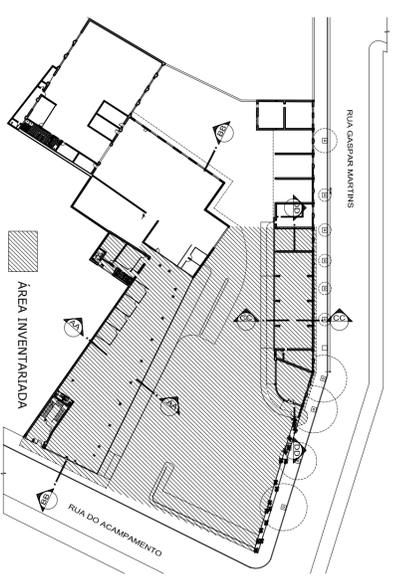
PRANCHA:

LEVARQ_01/03



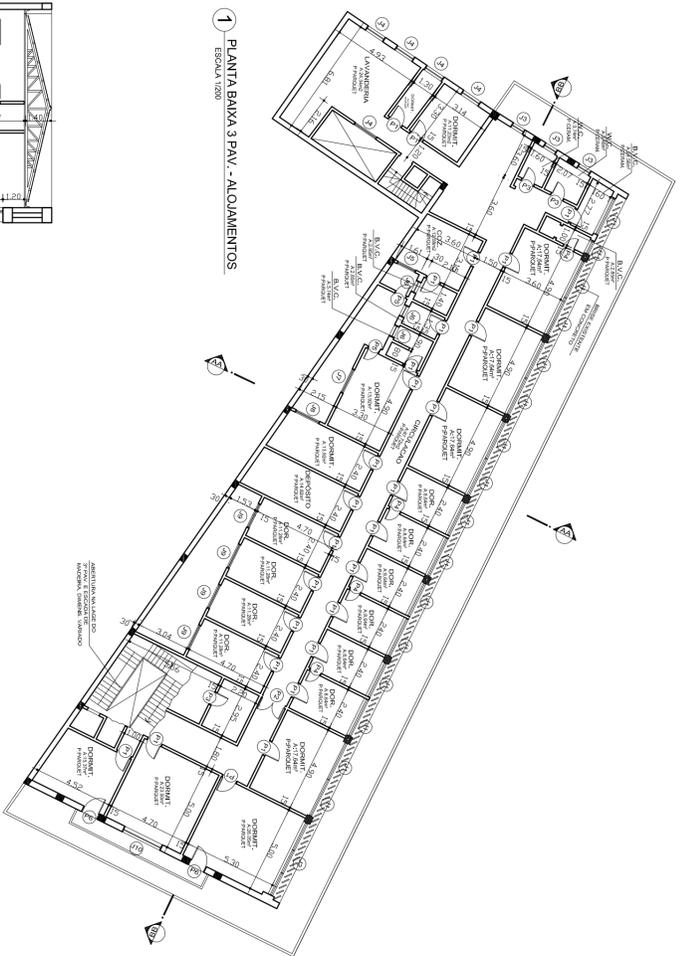
1 PLANTA BAIXA 1 PAV. - TERREO
ESCALA 1/200

2 PLANTA BAIXA 2 PAV. - MEZANINO
ESCALA 1/200

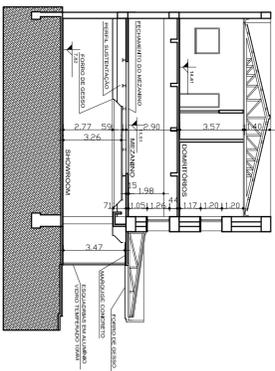


LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

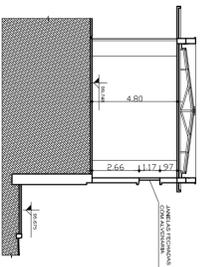
ASSUNTO:	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO		
PROPRIETÁRIO:	CONSTRUTORA JOBSIM		
ENDEREÇO:	RUA DO ACAMPAMENTO N. 713 ESQUINA COM A GASPAR MARTINS - CENTRO		
CONTEÚDO:	PLANTA BAIXA 1 PAV. - TERREO PLANTA BAIXA 2 PAV. - MEZANINO		
ÁREA CONSTRUIDA:	ÁREA INVENTARIADA:	PRANCHA:	
2.867,70m²	1.764,25m²	LEVARQ_02/03	
ESCALA:	DATA:	INDICADA	
1/200	SET 2017		
OBSERVAÇÕES:	LEVANTAMENTO APÓS INTERVENÇÃO DA CARWAVY TOYOTA		
	ÁREA 1 PAV. - TERREO: 2.147,74m² ÁREA 2 PAV. - MEZANINO: 203,80m²		



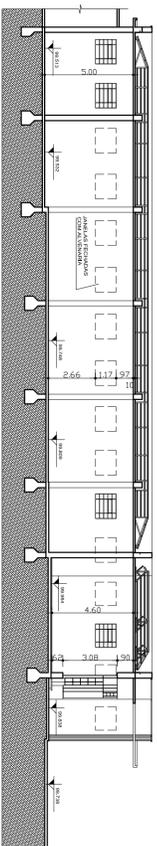
1 PLANTA BAIXA 3 PAV. - ALIMENTOS
ESCALA 1/200



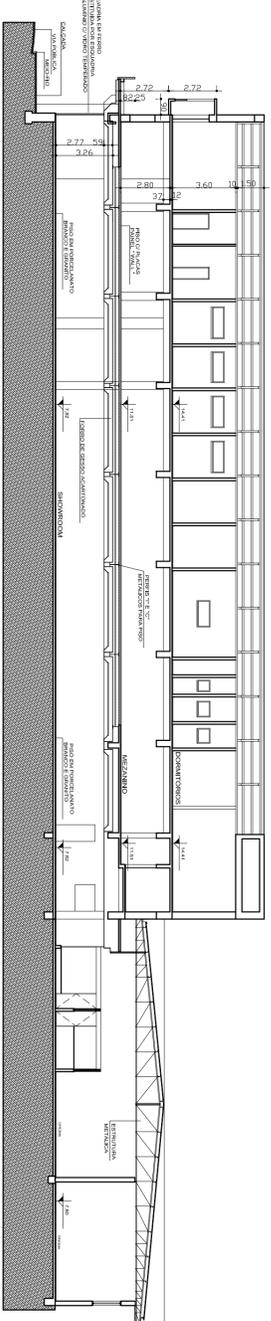
2 CORTE AA
ESCALA 1/200



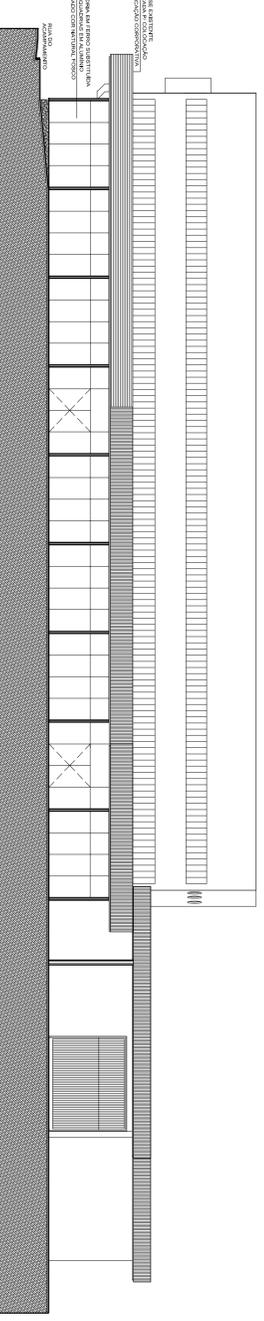
3 CORTE CC
ESCALA 1/200



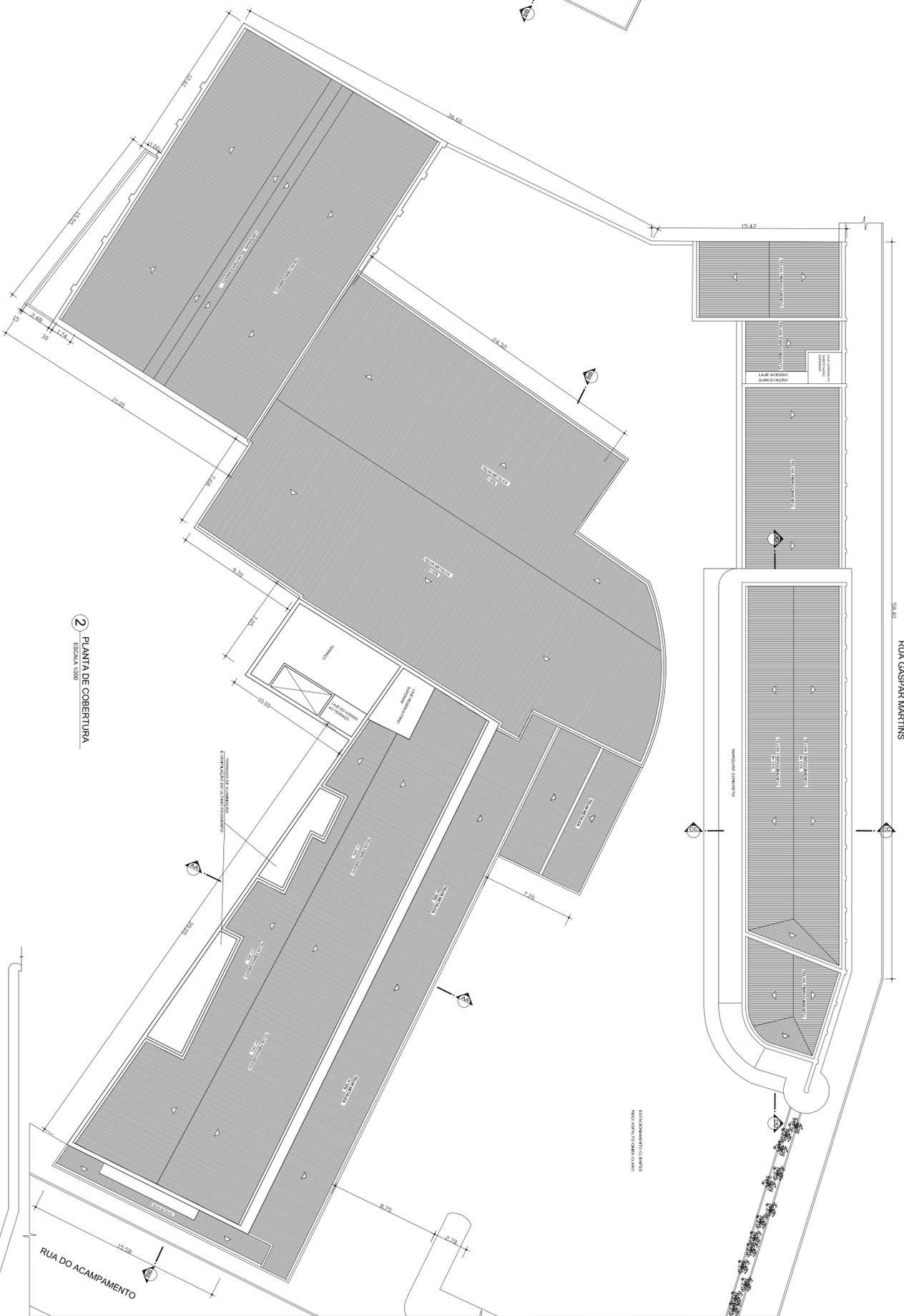
4 CORTE DD
ESCALA 1/200



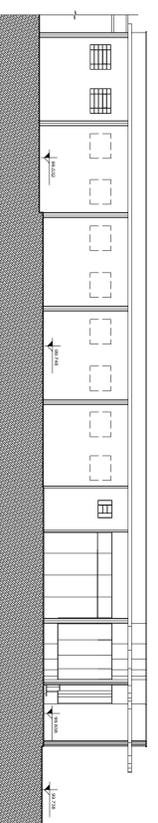
5 CORTE BB
ESCALA 1/200



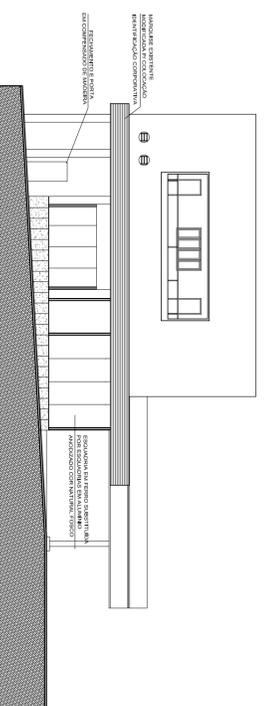
6 FACHADA NOROESTE
ESCALA 1/200



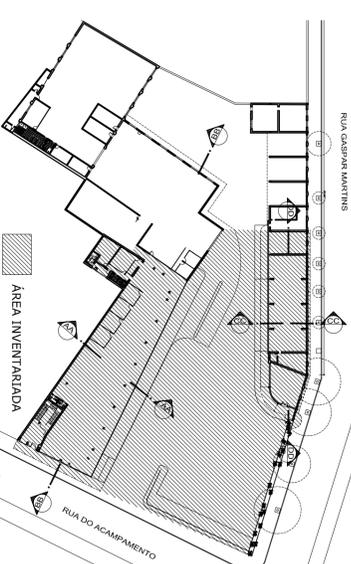
2 PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1/200



7 FACHADA BLOCO ANEXO
ESCALA 1/200



8 FACHADA SUDESTE
ESCALA 1/200



LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

ASSUNTO:

PROPRIETÁRIO:
CONSTRUTORA JOBIM

ENDEREÇO:
RUA DO ACAMPAMENTO N. 713
ESQUINA COM A GASPAR MARTINS - CENTRO

CONTEÚDO:
PLANTA BAIXA 3 PAV. - ALIMENTOS
PLANTA DE COBERTURA
CORTES AA, BB, CC, DD
FACHADAS NOROESTE, BLOCO ANEXO E SUDESTE

ÁREA CONSTRUIDA: 2.867,70m²
ÁREA INVENTARIADA: 1.764,25m²

ESCALA: INDICADA
DATA: SET 2017

OBSERVAÇÕES:
LEVANTAMENTO APÓS INTERVENÇÃO DA
CARWAV TOYOTA
ÁREA 3 PAV. - ALIMENTOS: 516,15m²

PRANCHA:

LEVARQ_03/03